

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE – CPDA

TESE

AVALIAÇÃO SOCIAL MULTICRITÉRIO DA IMPLANTAÇÃO DO
PORTO SUL, ILHÉUS, BA

Solange Rodrigues dos Santos Corrêa

2013



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**AVALIAÇÃO SOCIAL MULTICRITÉRIO DA IMPLANTAÇÃO DO
PORTO SUL, ILHÉUS, BA**

SOLANGE RODRIGUES DOS SANTOS CORRÊA

Sob a Orientação do Professor
Doutor Peter Herman May

Tese submetida como requisito
para obtenção do grau de **Doutor
em Ciências**, no Curso de Pós-
Graduação em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade – CPDA

Rio de Janeiro, RJ
Agosto de 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE

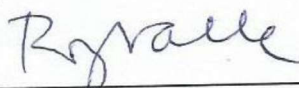
SOLANGE RODRIGUES DOS SANTOS CORRÊA

Tese submetida ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, como requisito parcial para a obtenção do grau de **Doutor em Ciências** em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Tese aprovada em 16/08/2013



Dr. Peter Herman May, UFRRJ/CPDA
(Orientador)



Dr. Rogério de Aragão Bastos do Valle, UFRJ/COPPE



Dr. John Wilkinson, UFRRJ/CPDA



Dra. Claudia Job Schmitt, UFRRJ/CPDA



Dra. Estela Maria Souza Costa Neves, UFRJ/PPED

363.78142
C824a
T

Corrêa, Solange Rodrigues dos Santos.

Avaliação social multicritério da implantação do
Porto Sul, Ilhéus, Bahia / Solange Rodrigues dos
Santos Corrêa, 2013.

132 f

Orientador: Peter Herman May

Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e
Sociais.

Bibliografia: f. 100-109

1. Conflitos ambientais - Teses. 2. Avaliação social
multicritério – Teses. 3. Porto Sul, Ilhéus (BA) – Teses.
4. Impacto ambiental – Teses. I. May, Peter Herman. II.
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto
de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

DEDICATÓRIA

Ao Ronan, meu companheiro de longas datas.

Minhas filhas, Sara e Ester,

por transformarem minha visão de vida.

A Deus, pilar fundamental de tudo o que sou,

por estar comigo em cada passo que dou.

AGRADECIMENTOS

Durante quatro anos desta pesquisa, chego ao final deste trabalho. Para tal, busquei apoio na teoria da Avaliação Social Multicritério (ASM) para compreender melhor a dimensão plural que norteia o comportamento dos atores sociais. Durante este período, tive o privilégio de contar com a valiosa orientação do Professor Peter May, quem me apresentou à temática multicritério. A ele devo a realização do sonho de tornar-me doutora em ciências sociais. Ao curtir esse sonho, tive a oportunidade de realizar o “estágio doutorado sanduíche” na Universitat Autònoma de Barcelona e a grata satisfação de ter aprendido o método multicritério com o “pai do método” de ASM, Professor Giuseppe Munda que, com simplicidade, discutia comigo a aplicação desse método neste trabalho.

Ao Prof. Peter, devo também a honra de conhecer o Professor Joan Martinez Alier que, mesmo com o seu pouco tempo em virtude das inúmeras atividades e demandas que ele tem, como um bom mestre, recebeu-me e colocou-me em contato com outros pesquisadores de sua equipe, os quais me ajudaram no entendimento do método multicritério. O Professor Alier sempre se preocupou com minha formação enquanto eu estive em Barcelona. Os Professores Giuseppe Munda e Joan Martinez Alier pediram ao Professor Gonzalo Gamboa que acompanhasse meus trabalhos. O Prof. Gamboa, sempre muito objetivo, mostrou-me o melhor caminho a trilhar e, por causa disso, devo ao Prof. Gamboa uma enorme gratidão por ter ajudado em muito na realização deste trabalho. Durante minha estada em Barcelona, sempre recorri ao Prof. Gamboa para sanar minhas dúvidas e, mesmo depois de retornar ao Brasil, pude continuar contando com sua valiosa ajuda. Ao Prof. Peter devo tudo isso, sinto-me honrada de ter sido sua orientada, não tenho palavras para expressar o quanto sou grata por todas as oportunidades que me foram proporcionadas. As únicas palavras que conheço realmente são: muito obrigada!

O processo de doutoramento pode até parecer um trabalho solitário, mas é um processo que se faz com muita participação. Devo ressaltar a participação do meu marido Ronan, que mesmo sendo de uma área tão diferente da minha, leu cada capítulo deste trabalho e fez perguntas que me fizeram dar mais clareza aos meus pensamentos e, sem dúvida, melhorar cada parte desta tese; a ele devo o início dessa caminhada, que se deu ainda em Viçosa, MG, quando me incentivou a fazer iniciação científica sob a orientação do Prof. Franklin Daniel Hotman. Ronan inspirou-me e despertou-me para a docência e fortaleceu minha autoconfiança como pesquisadora. Portanto, ajuda-me a mais tempo do que tenho lembrança, “a você devo o sonho de ter uma família”. A você dedico meu amor e minha vida. A você, de todo o coração, os meus mais profundos agradecimentos.

Às minhas filhas Sara e Ester que, nos últimos quatro anos, só me viram fazer tese. Ainda tão pequenas, encararam o desafio de ir para outro país para que pudéssemos, eu e Ronan, aprimorarmos nossos conhecimentos acadêmicos. Vocês são para mim a representação de um amor divino. Todo este carinho e tudo que me proporcionam, não tenho como agradecer, simplesmente conviver.

Agradeço aos professores do CPDA que compartilharam o seu saber, proporcionando um novo modo de olhar o mundo; sem dúvida, existe um antes e um depois, uma diferença considerável no modo de ser e de agir, após passar pela experiência do doutorado no CPDA.

Agradeço a todos os colegas que começaram comigo a jornada do DINTER. Embora estejamos na mesma instituição, foi mesmo esse programa de doutorado que nos fizeram ficar conhecidos. Gostaria também de destacar que neste período foi possível estreitar os contatos com Meire, Malu, Rosana; agradeço especialmente à Katianny, que sempre esteve mais presente na minha caminhada.

Muitas contribuições e muitos nomes me ocorrem, que corro o risco de não me lembrar de todos, mas alguns nomes são bem presentes, por estarem mais presentes e sempre contribuírem para que eu desse conta de realizar esse trabalho, como Andréa Spier que, durante muitos finais de semana, juntamente com sua filha Mariana, não deixaram minha filha Ester solitária, em virtude de eu estar sempre muito ocupada. Agradeço a Socorro Mendonça e a Rui Rocha, por partilharem comigo documentos que ajudaram neste trabalho. À Carina, Arise, Kátia (Colegiado de Ciências Contábeis) e Geysa (ASPLAN), pela torcida pelo meu sucesso. A babá de minhas filhas, Rose, que sempre cuidou com amor de Sara e Ester, em momentos que o doutorado me impedia de uma maior dedicação. Também às pessoas que concederam as entrevistas e que contribuíram muito para o desenvolvimento deste trabalho, não poderia esquecer-me de agradecê-las.

Devo um especial agradecimento ao Prof. Lino Vieira Cintra, coordenador do curso de Ciências Contábeis da UESC, do qual sou docente, pelo apoio fundamental que possibilitou meu afastamento para uma maior dedicação ao trabalho da tese.

À UESC (especialmente à Reitoria e PROPP) e UFRRJ, pela possibilidade de realizar um doutorado (DINTER). À CAPES, que financiou esse programa DINTER, bem como me concedeu bolsa de estudos. À CAPES-Fundação Carolina, que me concedeu a bolsa de doutorado sanduíche. É importante lembrar que o dinheiro que financia o ensino público vem do povo, e que o governo Lula ampliou a possibilidade de mais pessoas terem acesso ao ensino público. Infelizmente, o acesso ao ensino público ainda não é realidade para a maioria da população. Destaco também que, em 2012, houve uma greve longa os professores nas universidades federais, que lutaram e resistiram pela valorização do ensino público. A vocês, e também a mim que sou docente, o agradecimento por manterem a convicção de que a educação é emancipatória e dá oportunidade às pessoas de desenvolverem suas capacidades para o exercício da cidadania.

Minhas idas ao Rio de Janeiro não teriam sido tão prazerosas se não fosse o acolhimento das Irmãs Carmelitas da Divina Providência, cujo convívio me fortalecia física e espiritualmente.

Devo, e muito, ao Frei Célio de Oliveira Goulart, Bispo de São João del Rey, MG. Dom Célio, que há muitos anos é meu mentor espiritual e, carinhosamente, conduziu-me nos caminhos da fé, apresentou-me Francisco de Assis, que se tornou o meu modelo de fé.

Agradeço, acima de tudo a Deus, que sempre esteve presente em minha vida, por seu incondicional amor todo o tempo.

RESUMO

CORRÊA, Solange Rodrigues dos Santos. **Avaliação social multicritério da implantação do porto sul, Ilhéus, BA.** 2013. 132p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2013.

O Porto Sul foi proposto pelo governo baiano, em parceria com uma empresa privada, para ser construído em Aritaguá (Ilhéus, BA) como estratégia de desenvolvimento socioeconômico para o Estado, visando, principalmente, ao escoamento do minério de ferro. Nesse cenário, houve conflito com atores locais, porque cada ator considera critérios econômicos, sociais e ambientais distintos na avaliação de projetos de implantação de grandes empreendimentos. Nesta pesquisa, o principal objetivo foi analisar os impactos econômicos, sociais e ambientais da implantação do Porto Sul. Buscou-se explicitar bases teóricas e alternativas de desenvolvimento que considerem dinâmicas do local. O referencial teórico de modelo de desenvolvimento adotado nessa pesquisa considera a busca da qualidade de vida com minimização do risco ambiental, a eliminação das privações da liberdade dos sujeitos envolvidos nos atos econômicos e a valorização do lugar enquanto espaço, cultura e natureza. A análise institucional aqui realizada revelou que a participação dos atores locais favorece a identificação de alternativas econômicas que valorizam o potencial local. Os dois cenários identificados a priori (Porto Sul e atividade atual) foram ampliados para quatro alternativas de desenvolvimento a partir dos documentos institucionais e entrevistas em profundidade com atores locais, representando a sociedade civil, governo e ONGs. O método de avaliação social multicritério foi adotado no presente trabalho, explicitando-se seus fundamentos teóricos, operacionais e de adequação a situações similares ao presente conflito socioambiental. A análise multicritério implementada no método *Novel Approach to Imprecise Assessment and Decision Environments* (NAIADE) foi utilizada para avaliar as alternativas de desenvolvimento: Porto Sul (como apresentado pelo governo), Porto Sul otimizado (com ações locais indicadas pelos atores), atividade atual (como se encontra a região), atividade atual otimizada (com ações locais indicados pelos atores). Nesta avaliação, 12 critérios pertinentes às dimensões econômica, social e ambiental foram considerados. Verificou-se que as alternativas melhoradas apresentam maior preferência pelos entrevistados (Porto Sul otimizado; atividade atual otimizada). O conflito Porto Sul revela diferentes situações de coalizões entre atores: consenso sobre a necessidade de desenvolvimento na região; divergência explícita inter e intra-grupos de atores quanto à implantação do porto; e formação de subcoalizões em relação às políticas alternativas oriundas dos atores locais. Nesse contexto, devem-se incluir estratégias que atendem toda a população, principalmente os mais pobres que geralmente vivem em crise permanente.

Palavras-chave: conflitos ambientais, avaliação social multicritério, impacto ambiental, Porto Sul, Bahia, Brasil.

ABSTRACT

CORRÊA, Solange Rodrigues dos Santos. **Social multicriteria evaluation of the implementation of the Porto Sul, Ilhéus, BA.** 2013. 132p. Thesis (Ph.D. in Development, Agriculture and Society). Institute of Humanities and Social Sciences, CPDA, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2013.

The Porto Sul was proposed by the government of Bahia to be built in Aritaguá (Ilhéus, BA) as a strategy for socio-economic development for the state of Bahia. This port will transport mainly iron ore by a private partner in this venture. In this scenario, there was conflict with local actors, because each actor considers economic, social and environmental criteria for evaluating projects in different deployment. In this research, the main objective was to analyze the economic, social and environmental deployment of Porto Sul sought. I explicit theoretical foundations and developmental alternatives that considers local dynamics. This research systematized a theoretical model of development that considers the pursuit of quality of life with minimization of environmental risk, the elimination of deprivation of liberty of subjects in economic acts and appreciation of place as space, culture and nature. The institutional analysis revealed that the participation of local stakeholders can identify economic alternatives that give value to the local potential. The two scenarios a priori (Porto Sul, and current activity) were expanded to four alternatives from the analysis of institutional documents and interviews with local stakeholders representing civil society, government and ONGs. The social multicriteria evaluation method “Novel Approach to Imprecise Assessment and Decision Environments – NAIADE” were used to analyze four developmental alternatives for the region: port (as shown by the government), optimized port (with policies set by local actors), current activity (as is the region), current activity optimized (with policies set by local actors). In this evaluation, 12 criteria covering the economic, social and environmental dimensions were considered. It was found that optimized alternatives showed the highest levels of intensity of preference by respondents (Porto Sul optimized, and Current optimized). The Porto Sul conflict reveals three situations: consensus on the need for development in the region; explicit divergence within and between groups regarding the implementation of the port; formation of sub coalitions on policy alternatives, policies coming from local stakeholders. In this context, one should include strategies that address the entire population, especially the poor who generally live in permanent crisis.

Key words: environmental conflicts, social multicriteria evaluation, environmental impact, Porto Sul, Bahia, Brazil.

INDICE

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I.....	5
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO	5
1.1 Introdução	5
1.2 Risco, natureza e mercado	5
1.2.1 O risco na visão de Ulrich Beck.....	5
1.2.2 Mercado, a natureza em disputa.....	9
1.2.3 A lógica do mercado	16
1.3 Desenvolvimento e a natureza do lugar	17
1.3.1 Noções de “desenvolvimento” a partir da dinâmica local.....	17
1.3.2 Estado e movimentos sociais.....	20
1.3.3 Participação dos atores sociais no desenvolvimento.....	24
1.3.4 Desenvolvimento, possibilidades a partir de transformação socioeconômica	25
1.4 Conclusão e síntese: os riscos e o “sentido” do desenvolvimento.....	27
CAPÍTULO II.....	28
A REGIÃO DE ESTUDO E CONTEXTOS DO EMPREENDIMENTO	28
2.1 Introdução	28
2.2 Origens socioeconômica e política da região cacaueira	28
2.3 Região cacaueira, atualidades de Ilhéus.....	30
2.4 Turismo e cacaucultura, duas alternativas locais sustentáveis	33
2.4.1 Turismo, se infraestrutura melhorar com sustentabilidade socioambiental ...	33
2.4.2 Cacaucultura no sistema cabruca e agregação de valores ao cacau	34
2.5 Caracterização do empreendimento e do local de estudo	36
2.5.1 Características gerais do empreendimento.....	36
2.5.2 Caracterização do local de implantação do Porto Sul.....	37
2.6 Histórico dos acontecimentos sobre o projeto Porto Sul	40
2.7 Conclusão e síntese: desconexão entre Porto Sul e alternativas econômicas locais	41
CAPÍTULO III	43
ANÁLISE MULTICRITÉRIO E SUA APLICAÇÃO AO ESTUDO DE CASO	43
3.1 Introdução	43
3.2 Fundamentos da aplicação do método multicritério no cenário internacional	43
3.2.1 Características dos métodos multicritérios e escolha para o presente estudo	43
3.2.2 Fundamentos da avaliação social multicritério	47

3.2.3 O Método NAIADE, um processo de avaliação para tomada de decisão	51
3.2.4 Experiências de aplicação da avaliação social multicritério	51
3.3 Análise institucional e estruturação de cenários no caso do Porto Sul	54
3.3.1 Identificação de atores sociais envolvidos no conflito.....	54
3.3.2 Principais documentos e indicação dos cenários <i>a priori</i>	55
3.3.3 Visão dos atores pelo instrumento PDMP.....	56
3.3.4 EIA/RIMA, avaliações ambientais formais	57
3.3.5 AAE, avaliação ambiental estratégica.....	58
3.4 Cenários de futuro, combinação de análise institucional e dado de entrevista.....	59
3.5 Conclusões e síntese: escolha de método e definição de alternativas.....	60
CAPÍTULO IV	62
O PORTO SUL NA PERSPECTIVA DOS ATORES, APLICANDO A ANÁLISE MULTICRITÉRIO	62
4.1 Introdução	62
4.2 Metodologia participativa, a concepção dos atores sobre o Porto Sul.....	62
4.3 Descrição dos resultados das entrevistas	63
4.3.1 Concepção sobre o porto, benefícios ao investidor e empregabilidade	63
4.3.2 Posição sobre o porto, situação atual e projetos futuros	69
4.4 Análise multicritério de alternativas de desenvolvimento e relações de preferência	83
4.4.1 Interação e ordenação das alternativas de desenvolvimento	83
4.4.2 Matriz de impacto de critérios por alternativas	86
4.4.3 Coalizões e discordâncias de diferentes atores	88
4.5 Conclusões e síntese: ordenação de alternativas, agrupamentos e suas implicações	92
CONCLUSÕES	94
BIBLIOGRAFIA	100
APÊNDICE A – Termo de consentimento	110
APÊNDICE B – Roteiro para entrevista semiestruturada	112
APÊNDICE C – Fotos de agrossistemas cabruca e tradicional	114
APÊNDICE D – Ideias dos atores para desenvolver Ilhéus obtidas nas entrevistas	115
ANEXO A – Fotos atuais e antigas da cidade de Ilhéus	121

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda um tipo de conflito socioambiental, problemática existente no mundo industrializado. Especificamente, lidamos com o embate estabelecido entre o projeto governo-empresa de implantação de um empreendimento econômico voltado à exportação de minério de ferro (e outros produtos do setor primário) e os anseios de diversos setores da comunidade local que preferem o desenvolvimento pautado na agenda local (notadamente com agregação de valor aos produtos e serviços). O capitalismo cada dia acirra mais a diferença entre ricos e pobres, em um modelo em que o poder e a riqueza condenam os excluídos a nenhuma possibilidade de inserção social, evidenciando a difícil equação: crescimento econômico e sustentabilidade ambiental. Para Martinez Alier e Roca (2001), os conflitos ambientais no mundo atual são causados pela desigualdade distributiva dos custos e benefícios do modelo de desenvolvimento neoliberal, que nega o acesso igualitário aos bens e serviços oferecidos pelo ambiente de maneira natural.

Dessa maneira, o conflito ambiental torna-se uma forma de colocar em evidência diante da opinião pública e dos organismos responsáveis pelas tomadas de decisões a questão da não internalização dos custos ambientais e sociais quando da implantação de grandes empreendimentos com relevante impacto sobre a comunidade local e o meio ambiente, pois o lucro é privado (lógica capitalista), mas o custo é socialmente distribuído (por exemplo, os riscos distribuídos a toda a população e incidem de forma mais violenta nos mais pobres). Segundo Sánchez-Parga (2005, p.50), o conflito “es doblemente necesario para la democracia, porque el conflicto se funda siempre en desigualdades y constituye una lucha contra ellas, siendo su causa “el deseo de igualdad”. Ceceña (2004) afirma que no regime neoliberal não existe a economia nacional e que nenhum recurso natural nos pertence, tudo está nas mãos de empresários estrangeiros, cujo único objetivo é lucrar com o trabalho alheio.

Apesar de muitas áreas de floresta tropical remanescentes serem partes de unidades de conservação, não está assegurada a manutenção da biodiversidade, visto que em termos ecológicos esses remanescentes precisam ser conectados entre si e terem a sua importância reconhecida amplamente. Segundo Sachs (2007), o desenvolvimento deve pautar-se em solucionar problemas específicos e particulares de cada eco região, como a ecologia e a cultura de cada lugar.

As pressões ambientais de diferentes grupos econômicos e da população na Amazônia e outros ambientes com elevada biodiversidade no Brasil, associado ao aumento da consciência internacional sobre os problemas ambientais, colocam nosso país em evidência quanto à necessidade de estabelecer áreas de preservação ambiental e recuperar os ecossistemas danificados. No caso da Mata Atlântica, as pesquisas científicas apontam perdas e ameaças da biodiversidade nos últimos 500 anos, uma vez que as aglomerações populacionais foram muito expressivas nesse Bioma.

O Brasil possui legislação ambiental em vigor e atuação de movimentos sociais em defesa do meio ambiente. Contudo suas áreas de preservação ambiental ainda são sujeitas a pressões sociais, tanto pelas populações locais (habitantes do entorno das reservas) como por projetos públicos e privados de empreendimentos econômicos (tais como ampliação de áreas agrícolas, construção de estradas de áreas agrícolas, construção de estradas e hidrelétricas e urbanização, construção de portos e aeroportos, construção de novas indústrias). Como enfatizamos anteriormente, o Bioma Mata Atlântica representa múltiplas regiões de endemismo, alta população humana há vários séculos e atualmente e, portanto, sujeito a

pressões antrópicas locais, além daquelas advindas dos implantes de grandes empreendimentos geralmente atraídos pelos governos.

A região litoral sul da Bahia, onde se encontra o município de Ilhéus, destaca-se como uma área importantíssima para conservação do Bioma Mata Atlântica. No entanto, essa região tem parte de seus recursos naturais ameaçados com a possível implantação de um complexo intermodal, conhecido como Porto Sul. Nesse complexo, prevê-se a instalação de um porto público e um porto privado. A mercadoria a ser transportada pelo porto privado, será o minério de ferro, altamente poluente, o que poderá trazer danos incalculáveis e irreversíveis para esse Bioma, e afetar diretamente a vida da população do entorno e indiretamente dos municípios vizinhos, afetando a saúde e a qualidade de vida da população. Além disso, trata-se de uma infraestrutura alimentadora do modelo pré-industrial de fornecimento de matéria prima brasileira para desenvolvimento de centros industriais estrangeiros, em detrimento a propostas de internalizar o desenvolvimento dos múltiplos setores da economia no próprio país de dimensões continentais.

O conflito gira em torno da política pública e sua gestão relacionada ao meio ambiente e sua ocupação humana atual, provocando um relacionamento tenso entre Estado, mercado e movimentos sócio ambientalistas, devido à possibilidade da implantação do Porto Sul no entorno de remanescentes de Mata Atlântica. Este empreendimento poderá causar danos incalculáveis a biodiversidade e destruir parte da Mata Atlântica. Diante da incerteza e da possibilidade de irreversibilidade, os atores envolvidos, notadamente os ambientalistas e críticos sociais, buscam as melhores alternativas para encontrar um caminho de influir no processo decisório, e garantir adoção de medidas mitigatórias e compensatórias ou maximizadoras, caso o Porto Sul venha a ser implantado.

Presume-se que há altos riscos ambientais da mercadoria (minério bruto) gerada por esta empresa internacional e suas parceiras nacionais, que será transportada na ferrovia e embarcada neste porto. O minério entra em choque com as expectativas de qualidade de vida da região litoral sul da Bahia, descartando a possibilidade do desenvolvimento com base no meio ambiente de uma maneira sustentável, que é a vocação da região por sua riqueza e beleza ambiental e seus produtos simbólicos como o cacau. De igual forma, a preocupação recai sobre os atores sociais, num enfoque entre as empresas que assumem dimensões globais, mas que não contribuem na vida da comunidade local. Existe um grande problema nas estratégias políticas e leis que, com o discurso de inclusão social e desenvolvimento, ignora os direitos conservacionistas, desapropriando área para instalação de uma empresa cujo grande beneficiário será a própria empresa.

Não são raros os casos de tragédias que empreendimentos dessa natureza trazem para as pessoas e o meio ambiente, deixando um passivo ambiental impagável para a população. Segundo Martinez Alier (2007), quando a dimensão econômica é grande, os ciclos naturais não conseguem absorver ou assimilar resíduos, ficando a resiliência do local ameaçada. Veiga (2009) sistematiza de forma pragmática essa situação ao dizer que o desenvolvimento sustentável requer o alcance da qualidade de vida compatível com a preservação da capacidade regenerativa dos ecossistemas.

Os riscos inerentes a este tipo de empreendimento tornaram-se preocupação para diferentes atores, incluindo-se os intelectuais e leigos que poderão ser afetados pelo complexo Porto Sul. A forma como a proposta do empreendimento foi encaminhada apresentou falhas na natureza, na economia, nas relações pessoais, nas relações sociais etc, causando preocupação em diversos setores da sociedade quanto a alterações que provavelmente ocorrerão no estilo de vida das pessoas e, principalmente, o de arcarem com os “custos” desse empreendimento. Sem dúvida, todos estarão expostos aos riscos que esse empreendimento possa ocasionar, independentemente de terem ou não influenciado no surgimento destes

riscos. Afinal, todo o mal causado atinge a todos, sem discriminação, mas causa ainda mais danos a população mais pobre.

A implantação de empreendimentos de grande porte como esse tem sido foco de avaliação social e de impacto econômico e ambiental. Por exemplo, a implantação do complexo Alumisa no Chile chamou grande atenção da comunidade científica internacional, porque ocorreu em uma área de baixa ocupação humana, com grande riqueza ambiental e atividade atual de pouco impacto ambiental (GAMBOA, 2009).

Segundo Gamboa (2003), no caso do projeto Alumisa, a avaliação social da implantação desse empreendimento foi realizada com base no princípio de avaliação participativa, adotando-se métodos que captam a percepção dos atores locais em relação aos empreendimentos propostos e consideram critérios múltiplos para cada dimensão analisada (social, econômica e ambiental). A região de Aysén, onde se projetava a implantação do projeto Alumisa, caracterizava-se pelas atividades econômicas de pesca, turismo, madeira e gado. As pesquisas socioeconômicas indicavam que havia pouca desigualdade social e pouca pobreza, devido à forte presença do estado na região. Por outro lado, apesar da região litoral sul da Bahia incluir atividades de pesca, turismo e cacauicultura, contrasta-se com aquela em termos socioeconômicos, por ser uma região de grandes desigualdades sociais e pobreza, com pouca intervenção governamental para sanar esses problemas. Adicionalmente, tal como no caso de Aysén, a região de implantação do Porto Sul representa uma área de grande riqueza de biodiversidade.

Na pesquisa sociológica, deve-se estar atento aos pensamentos dos atores sociais envolvidos, levando em conta o princípio de que fatos sociais consistem em maneiras de agir, pensar e sentir exteriores ao indivíduo (suponhamos o cidadão que se encontra na região de implantação do porto). Esses fatos sociais possuem poder de coerção sobre o indivíduo (digamos a coerção presente no imaginário local em função da implantação de um porto no local em que esse cidadão opera suas relações pessoais, sociais e econômicas). Esse poder de coerção revela-se nas diferenças de posição dos atores em relação aos fatos sociais. Ademais, parece-nos oportuno destacar que a participação da população torna-se registrada e sistematizada. Uma vez que a participação da população alcance espaços públicos, admite-se que há fortalecimento da democracia.

Nesta pesquisa, objetivou-se analisar impactos econômicos, sociais e ambientais da implantação do complexo intermodal (porto, aeroporto e ferrovia), planejado para ser construído em Aritaguá, município de Ilhéus, próximo ao assentamento Bom Gosto, visando explicitar alternativas de desenvolvimento para a região. Em termos específicos, buscou-se:

1. Sistematizar um referencial teórico de modelo de desenvolvimento que considere a busca da qualidade de vida com minimização do risco ambiental, a eliminação das privações da liberdade dos sujeitos envolvidos nos atos econômicos e a valorização do lugar enquanto espaço, cultura e natureza.
2. Identificar no contexto regional de implantação do Porto Sul, alternativas a esse projeto governamental público-privado, as quais considerem o referencial teórico aqui sistematizado e sejam validadas pela participação indireta (a partir dos documentos institucionais) e direta (a partir de entrevistas com atores locais) da sociedade civil, governo e ONGs.
3. Caracterizar o método de avaliação social multicritério quanto a fundamentos teóricos, operacionais e de adequação a situações internacionais similares ao presente estudo, visando delinear o método para análise do projeto de implantação do Porto Sul;
4. Descrever com base na análise institucional os cenários e as alternativas no contexto regional de implantação do Porto Sul, e validá-los a partir de entrevistas em profundidade com atores chave envolvidos no conflito;

5. Descrever a influência da implantação do Porto por meio de entrevistas semiestruturadas (com atores relevantes), abordando as dimensões social, econômica e ambiental;
6. Identificar múltiplos critérios de avaliação para cada dimensão (econômica, social e ambiental), visando avaliar as alternativas identificadas entre os atores envolvidos no conflito porto sul; e
7. Analisar pelo método multicritério de avaliação social as alternativas de desenvolvimento, as relações entre os diferentes atores, e as coalizões possíveis entre eles no âmbito do conflito observado na implantação do Porto Sul. A finalidade desta análise será identificar formas participativas de intervenção que conciliem os interesses socioambientais locais com o propósito do desenvolvimento.

CAPÍTULO I

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO

1.1 Introdução

Neste capítulo, as questões relacionadas com o desenvolvimento sustentável são abordadas. Inicialmente, questões sobre o crescimento econômico e como este crescimento coloca a vida humana diante de riscos quanto a sua própria existência são discutidas. De fato, nas economias baseadas no crescimento econômico a qualquer custo, ocorre o aumento da poluição, de doenças etc, gerando riscos que tem atingido a todos, sem exceção, mas com mais intensidade a população mais vulnerável. Foca-se a defesa do lugar como uma alternativa de desenvolvimento, no respeito à história de cada indivíduo.

Considera-se ainda, sob o olhar da economia ecológica e economia ambiental a impossibilidade de valorar um recurso ambiental, uma vez que muitos recursos não são possíveis de ser valorados, o que deixa evidente que não existe um mercado para o meio ambiente. Do ponto de vista da sociologia econômica, discute-se neste capítulo como o mercado interfere em questões relacionadas com a tomada de decisão quanto aos aspectos desenvolvimentistas. Portanto, analisa-se o mercado sob o enfoque da sociologia econômica, que vê o mercado como fruto de uma dimensão plural que envolve os diversos atores sociais, analisa sob um enfoque muito mais do que econômico. Finalmente, evidencia-se a importância dos movimentos sociais no sentido de provocar o debate entre governo e sociedade, em relação à apropriação de espaços públicos para interesses específicos que desconsideram valores intrínsecos do lugar.

A abordagem inicia-se com o tema sociedade do risco, fundamentado em Ulrich Beck, seguindo-se para a análise do mercado enquanto possuidor de um “conflito com a natureza” em sua lógica. As noções de desenvolvimento são direcionadas à defesa do lugar, seus recursos, constituintes sociais, culturais e ambientais. O papel dos movimentos sociais como mediador entre Estado e sociedade civil e sua importância no desenvolvimento local são discutidos.

1.2 Risco, natureza e mercado

1.2.1 O risco na visão de Ulrich Beck

Entre as diversas teorias referentes aos riscos uma das mais importantes é de autoria de Ulrich Beck. São de sua autoria os livros: *Risikogesellschaft* (Sociedade do Risco), *Gegengifte* (contraveneno) e *Was ist Globalisierung* (O que é Globalização), entre outros. As ideias centrais desses se resumem às etapas da modernidade e os desafios propostos por essas mudanças “a globalização, a individualização, o desemprego, o subemprego, a revolução dos gêneros e os riscos globais da crise ecológica e da turbulência dos mercados financeiros” (BECK e ZOLO, 2010). Todos esses fatos consolidaram um novo estilo de *vida*, distinto dos vividos nas fases anteriores do desenvolvimento social.

Antes de iniciarmos um estudo dirigido às ideias centrais de Beck vale retornar ao significado inicial da palavra risco, “que é derivada do italiano antigo ‘resicare’ e significa

ousar. Neste sentido, risco é uma opção e não um destino” (BERNSTEIN, 1997, citado por FABRA, 2006, p. 44). Correr riscos faz parte e é necessário que algo ideal se torne real. A partir dessa definição podemos inferir que a evolução da sociedade passa por riscos, mesmo que estes não se tornem reais. Eles se diferenciam de acordo com o ambiente e o tempo em que ocorrem. O risco é necessário para que algo se efetive. Contudo, atualmente, a palavra risco tem se referido apenas a eventos negativos. Para Beck (1999) risco tem dois sentidos: um que se aplica a probabilidade, onde tudo é mensurável e calculável, e outro em que os riscos são incalculáveis, onde correr riscos significa estar susceptível a incertezas fabricadas. “Essas *verdadeiras* incertezas, reforçadas por rápidas inovações tecnológicas e respostas sociais aceleradas, estão criando uma nova paisagem de risco global” (BECK, 2006).

Logo, os riscos são frutos das decisões tomadas e, atualmente, com ações tidas para garantir a modernização, os riscos gerados estão relacionados principalmente a eventos ambientais, financeiros e sociais (principalmente em relação a ataques terroristas). O grau de importância destes riscos está relacionado à forma de como tornaram as pessoas expostas a eles. Estes perigos que hoje nos cercam são intangíveis, invisíveis. Atinge a todos, desde os que mais se aproveitaram do desenvolvimento aos menos privilegiados, e a disseminação dessas ideias de perigo foi auxiliada graças à globalização e os meios de comunicação em massa. E, por conta dessa globalização, o convívio social foi afetado, um vez que a disseminação dessa nova concepção criou um novo estilo de pensamento quanto às possíveis catástrofes que ameaçam a sociedade. O medo que move essa nova sociedade e que chega por todos os lados: pelos alimentos, pela televisão, pelos jornais, pelas ruas, pelos rios, pelo ar. Enfim, toda a poluição que as indústrias nos submetem através do que é produzido e do que é dispensado na natureza; como também através das guerras entre diversas culturas por questões religiosas ou territoriais, por questão de petróleo ou de água, todos estão susceptíveis a algum tipo de risco, não importa onde esteja. Os riscos não respeitam as fronteiras geográficas ou governamentais.

Uma das consequências dos tempos modernos é a individualização, as pessoas se tornaram mais egoístas e interessadas nos lucros e na aparência exteriorizada. O auto isolamento prevalece. Contudo, por conta destes riscos civilizatórios a que todos estão sujeitos, as necessidades mudaram e foi necessário mudar também o estilo de vida para se evitar novos danos, mesmo que estes sejam inevitáveis. Criou-se a preocupação pela prevenção. O risco mundial veio substituir o individualismo pela comunicação forçada e muitas vezes não desejada.

De acordo com Beck (2010), a sociedade moderna se ocupa, cada vez mais, em debater, prevenir e administrar os riscos que ela mesma produziu. As ideias de destruição criaram novas relações, que vão além das fronteiras e das culturas. Os riscos estão fazendo as pessoas saírem dos seus mundos egoístas e se voltarem para as relações sociais. A solidariedade surge por medo e se converte numa força política que colide com os egoísmos dos Estados nacionais e com as organizações de partidos e de interesse predominantes dentro da sociedade industrial. Afinal, todos estão expostos à pressão igualitária dos riscos sociais que se potencializam. Os riscos com os quais a sociedade se confronta não possuem limites, isto é, não podem ser delimitados em termos espacial, temporal e social. Eles abrangem a todos, independentemente de classe social a que pertencem, ou a que Estado-nação ou aliança militar submetem-se. “E, por sua natureza, apresentam novos desafios às instituições designadas para seu controle” (BECK, 2006).

Os desafios dos riscos globais criam a originalidade dessa nova sociedade. Vivemos em um mundo interconectado e que está descontrolado, ou como cita Beck (2006) estamos propícios a “incertezas fabricadas”. Essas incertezas nada mais são que os danos que causamos ao nosso meio e a nós mesmos. Esses danos estão agora tornando-se ameaçadores e inevitáveis. Estamos vivendo em um mundo fora de controle. Por exemplo, o risco ao meio

ambiente, que se tornou muito mais evidente nas últimas décadas por conta da industrialização avançada. Poucos puderam de fato desfrutar dessa modernização e todo o resto luta agora para prevenir os desastres que muitas vezes atingem os menos preparados para enfrentar este risco. É evidente verificar nos dias atuais todas as catástrofes naturais e as principais vítimas são os mais pobres e vulneráveis, enquanto que os ricos consolidam suas riquezas.

Contudo, esse novo molde da sociedade abriu espaço para o reconhecimento da pluralidade do mundo (BECK, 2010). A responsabilidade de todos para com o controle dos riscos globais criou um espaço moral e político que pode produzir um panorama de responsabilidades que ultrapassa fronteiras e conflitos. O risco torna os objetivos de cada cultura semelhante e, até mesmo equivalente. O nativo confunde-se com o estrangeiro. Afinal, o que resta agora é a união dos povos a fim de tornar as catástrofes menos evidentes. O dano já está causado e a prevenção a novos danos é motivo de união da sociedade em um mesmo dilema.

Porém as decisões do que deve ser feito ainda ficam a mercê de poucos, a sociedade ainda se baseia na crença de que os riscos podem ser contornados por uma decisão de poucos, que se nomeiam entendidos da situação. Ou seja, isso se resume numa questão política. Toda humanidade busca acreditar que a salvação será consequência de algumas conclusões tomadas por poucas pessoas. Essa atitude pode ser compreendida pela falta de consciência da sociedade como um todo em relação aos reais danos gerados pelos riscos globais, e tudo é fruto, também, de uma precária educação e até mesmo da cultura local. O que resta à população é tentar adaptar-se às decisões tomadas e prevenir-se para tornar o mundo menos caótico.

O mundo industrializado tornou-se sinônimo de esperança para uns e destruição para outros. Aos países subdesenvolvidos que recebem essas indústrias existe um novo âmbito quanto às perspectivas de crescimento econômico, há a crença de que a extrema pobreza possa ser substituída pelo estilo de vida dos países ricos sem, contudo, haver zelo quanto às questões ambientais. Nos países desenvolvidos, as matrizes das empresas se adaptam às questões ambientais, fugindo de todos os problemas criados por suas próprias ações. Contudo, continuam a consumir esses produtos advindos do terceiro mundo e dessa forma nos deparamos com o que Beck chama de efeito bumerangue (BECK, 2006).

Tudo o que fazem os ricos é empurrar o que é errado a aqueles que não possuem defesas, contudo toda a toxicidade permanece entrelaçada ao produto produzido e esse não possui fronteira, todos consomem as impurezas que rejeitam. Ou seja, não é possível atingir a modernidade por um caminho onde as pessoas apoiam um estilo ambientalmente correto se continuam jogando o próprio lixo no quintal vizinho. As pessoas acomodaram-se aos riscos e ao consumo, e deixaram aos especialistas a responsabilidade pela criação da fórmula para a cura de todos os males. E quando o risco distancia-se do controle e do entendimento lógico, a crença religiosa torna-se um ponto de referência. O que ocorre atualmente é a falta de veracidade e equivalência quanto à forma de agir e pensar. O risco é lucro e tornou-se mercadoria, tornou-se produto envenenado e os mais vulneráveis são os que mais sentem o efeito danoso.

O risco pode ser tomado como um caminho para o progresso e deve ser aceito como parte do seu tempo e não invenção dele (BECK, 2006). A compreensão do que o risco pode gerar e influir na vida da sociedade é parte fundamental para o entendimento do que nos cerca e dos melhores contornos ao caos. A solução está em compreender o que se realmente é, e esta compreensão não está no exterior. As pessoas acreditam que a satisfação está no outro, e não em si mesmo, e apenas se dão conta dos riscos quando sentem o problema que estes podem acometer-lhes. A consciência do risco provoca uma reação entre as pessoas que podem compartilhar do mesmo espaço social e físico, ou não, fazendo com que elas se unam em um

objetivo comum, qual seja, combater e denunciar os riscos e os problemas advindos da nossa globalização e evolução técnico-industrial (BECK, 2006).

Os riscos atuais são frutos da modernização da sociedade, portanto se diferem dos riscos que permeavam o início da civilização. Para Beck (2010), as percepções do risco global são caracterizadas por três aspectos:

- I. Des-localização: implica que o risco pode estar presente em qualquer lugar;
- II. Incalculabilidade: a existência do risco é discutida assim como na incerteza dos cálculos; e
- III. Não-compensabilidade: refere-se à lógica da prevenção. As trágicas consequências perante os riscos atuais nos levam ao princípio da “preocupação pela prevenção”.

Cada um desses pontos (des-localização, incalculabilidade, não-compensabilidade) é bem explicado por Beck. O ponto de vista do risco quanto à des-localização ocorre em três níveis: o espacial, em que os novos riscos não respeitam as fronteiras como, por exemplo, o risco ambiental, o risco da epidemia da obesidade; o temporal, em que o dano causado pelos novos riscos pode ser sentido ao longo do tempo e não de imediato, eles possuem um tempo de latência longo; o social, a causa do risco é desconhecida, já não é possível atribuí-la a alguém por conta dos seus efeitos de duração em cadeia. Por exemplo, é impossível calcular os danos provocados à vida das pessoas que ainda não nasceram após o desastre de Chernobyl (BECK, 1997). Os perigos produzidos pelo desenvolvimento transformaram a modernização em modernização reflexiva, sendo ao mesmo tempo causa e consequência de si mesma.

Como o que se tem visto quanto aos riscos socioambientais, estes estiveram presentes desde o início do processo de industrialização, mas apenas nas últimas décadas tomaram espaço importante na mídia, por conta das diversas catástrofes que já ocorreram e o risco que ainda persiste em ocorrer. A incalculabilidade destes riscos está relacionada à incapacidade do conhecimento adquirido neste século de controlar os efeitos gerados pelo desenvolvimento industrial (DEMAJOROVIC, 2000).

Os riscos socioambientais são de suma importância à nova modernidade. A compreensão do meio e o equilíbrio com este é fundamental à sobrevivência dessa nova sociedade. A questão ambiental está totalmente relacionada ao processo de industrialização, não, contudo na mesma intensidade desde sua origem. As Revoluções industriais foram etapas marcantes na relação do homem com a natureza. A utilização dos recursos não renováveis (o petróleo, por exemplo) tornou-se fator preocupante e sua escassez pode gerar conflitos.

O risco é sinônimo de lucro para as empresas, portanto adotar um caráter contra os riscos significa redução do capital líquido, ou seja, a preocupação com os danos ambientais iriam diminuir os custos para o investimento na economia e nos lucros da empresa, diminuindo, portanto a oferta de emprego e gerando prejuízos aos consumidores. Logo, como forma de minimizar essa responsabilidade as empresas exteriorizaram e transferiram para a sociedade poupando os verdadeiros causadores de arcar com qualquer ação para reverter o problema. Neste contexto, a mídia colocava as indústrias como as principais vilãs pelos problemas ambientais.

Destacam-se tragédias como a que aconteceu em Bhopal, causando a morte de 3000 pessoas e afetando milhares em Chernobyl, acarretando consequências irreparáveis para o ambiente e a saúde de milhares de pessoas, isto é, consequências não-compensáveis. O vazamento de óleo do Exxon-Valdez no Alasca causou prejuízos incalculáveis ao ecossistema. A crescente onda de danos ambientais, como o desmatamento, o aquecimento global também se inserem nesta lista de problemas socioambientais associados a empreendimentos econômicos (DERMAJAROVIC, 2000).

Atualmente o risco ambiental tem produzido significativas mudanças no modo de vida das pessoas e este risco vem a ser o risco de dano ao meio ambiente o qual decorre da

exploração exacerbada dos recursos naturais, tendo consequências locais e globais, sendo transtemporal, uma vez que, os danos, podem ser sentidos em gerações futuras.

O risco relativo ao meio ambiente tem sido motivo de grande preocupação, o que faz emergir um novo modelo de desenvolvimento baseado na preservação dos recursos naturais, pois as catástrofes oriundas do mau uso dos recursos naturais são riscos à vida de todos os seres, requerendo ação global para serem solucionados. Dessa forma, torna-se necessária a realização de estudos científicos que visem ao desenvolvimento de meios que protejam os recursos naturais, envolvendo as mais variadas áreas do conhecimento que estejam comprometidos com a questão ambiental, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento com sustentabilidade ambiental. Atualmente, vive-se um paradoxo: a ciência adquire cada vez mais a possibilidade de prevenção e de controle das contingências ambientais; por outro lado, a ciência continua a produzi-las à medida que busca o desenvolvimento.

Mas a difícil tarefa é mensurar o dano, uma vez que nem todos os danos são mensuráveis por causa da complexidade dos ecossistemas. Essa não-mensurabilidade faz com que o dano ambiental sobre o homem também seja incalculável. A explosão de riscos ambientais e tecnológicos faz com que a sociedade viva em clima de incerteza, pois a possibilidade de controle da realidade não existe. Para Giddens (2001: p.24, 25):

“quanto mais tentamos colonizar o futuro, maior a probabilidade de ele nos causar surpresas. ... No nível global, a modernidade tornou-se experimental. Queiramos ou não, estamos todos presos em uma grande experiência, que está ocorrendo no momento da nossa ação – como agentes humanos – mas fora do nosso controle, em um grau imponderável.”

A produção de um risco é acompanhada pela dúvida da capacidade de poder contorná-lo. Sabe-se que a calculabilidade de um risco é improvável, devido aos diversos aspectos que estão relacionados ao seu surgimento. Certos riscos não possuem território ou idade, apenas existem junto ao tempo e à sociedade. A vida é incerta e os riscos também o são. A irreversibilidade e a incerteza que são atribuídas às relações entre o homem e o ambiente fazem com que a sustentabilidade do planeta, frente ao uso indiscriminado do recurso ambiental, fique ameaçada. Dessa forma, por precaução, a opção pela preservação torna-se um princípio a ser adotado.

Deve-se registrar que a implantação do Porto Sul evoca vários componentes de risco: por exemplo, esse empreendimento inclui exploração de recursos naturais (minério) e seu transporte em uma área extensa, culminando no seu armazenamento e embarque no porto; a estrutura “fixa” do porto, ocupando local contíguo com área de preservação de rica biodiversidade, desde o continente até uma extensa faixa de mar; comunidades de pessoas que ali vivem atualmente e aquelas que serão atraídas pelo próprio empreendimento, isto é, intensificação da ocupação territorial. Em adição a esses componentes de riscos, podem combinar-se outros fenômenos, desde catástrofes naturais até falhas na tecnologia empregada ou nos sujeitos que manejam os equipamentos. Portanto, um grande empreendimento eleva o risco para a sociedade local e pode ter consequências para a biodiversidade, com riscos no presente e no futuro.

1.2.2 Mercado, a natureza em disputa

O fenômeno da globalização dos últimos anos acabou por impor um modelo econômico dominante das elites políticas globais. O desenvolvimento definido a partir critérios unicamente econômicos, desconsidera elementos ricos da vida humana, as relações

de um povo, seu envolvimento com a natureza, desconsidera a “vida” ecossistêmica. Sachs (2004) esclarece que desenvolvimento não pode ser entendido como acumulação de riquezas, sendo o crescimento econômico necessário, “mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo), para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos.”

Os empreendimentos de grande porte, como o Porto Sul, provocam indignação nos grupos que se sentem desrespeitados como cidadãos, como bem explicitado na fala de Maria do Socorro (Instituto Nossa Ilhéus): “sinto-me invadida no meu direito de cidadã”. O Porto Sul, certamente trará crescimento econômico, mas não desenvolvimento, porque este deveria vir a partir da valorização da diversidade, do lugar, uma vez que levam em consideração as condições, trajetórias, história e cultura dos indivíduos. Nas palavras de Sánchez-Parga (2005: p. 55):

“el capital se reproduce en base a la concentración y acumulación de riqueza, tal modelo de "producción" impide toda posible distribución. En esta fase del desarrollo capitalista, en el que toda producción de riqueza es resultado de su concentración y acumulación, no hay posibilidad alguna de ampliar la participación social en la riqueza producida. Más aún, o peor aún, tal modelo concentrador y acumulador hace que todo crecimiento económico únicamente sea posible, en la medida que genera desigualdad; sólo la condición de generar inequidad el nuevo modelo de acumulación y concentración de capital produce crecimiento económico”.

Qual seria o valor de mercado para os produtos oriundos da preservação das florestas? A preservação das florestas agrega valores éticos, sociais, culturais, ambientais e econômicos. Segundo Abramovay (1992), o mercado e a disponibilidade de terras e padrão tecnológico atual são fatores dos quais o camponês se serve na montagem de seu objetivo econômico fundamental, mas este objetivo não explica por si só a conduta do agricultor.

Qual seria o valor de mercado, do ponto de vista sociológico, para a conservação da Biodiversidade? A sociologia entende o mercado como estruturas sociais concretas que resultam de processos e práticas de um conjunto de ações. Dessa forma, a concepção de mercado em sociologia obedece a uma definição no plural, falando-se em mercados. Para a teoria econômica o mercado, ou sistema de mercados, é entendido no singular, como uma instituição livre de entraves de natureza moral, religiosa ou legal. Segundo Martes (2006: p. Xi), em economia o mercado corresponde a um “ponto de equilíbrio entre oferta e procura ao qual se chega pela ação independente, soberana e atomizada dos indivíduos...”. Esta concepção tomada no singular desconsidera elementos que são caros a uma abordagem sociológica, especificamente as estruturas sociais que constituem o grande diferencial da sociologia econômica. Esta, além da concepção plural de mercado, considera “... formas mais ou menos permanentes de interação em que os indivíduos estabilizam seus laços sociais e submetem-se por aí, a recompensas e sanções” (MARTES, 2006: p. Xi).

Ao estudar os mercados em sua obra “A Sociologia Econômica”, Philippe Steiner recorre a Durkheim para explicar a existência e o funcionamento de mercado, seu objeto de estudo, a partir da consideração de elementos base para o mercado como as representações e instituições sociais. Dessa forma, Steiner mostra a inerência do pensamento Durkheimiano para a constituição da sociologia econômica ao enfatizar a importância da análise sociológica para a compreensão dos fenômenos econômicos, tendo em vista os conceitos de instituição e ação (STEINER, 2006). Steiner acredita que a sociologia econômica contemporânea guarda estreita relação com aquela teorizada no começo do século XX, contudo, não é a mesma. De 1920 aos nossos dias, a sociologia econômica passou por mudanças que a consolidaram do

ponto de vista técnico científico e empírico. A evidência deste processo é o interesse pelo mercado, objeto por excelência dos economistas. Completando-se, deve-se explicitar que a sociologia econômica visa “... descrever de maneira empiricamente sólida, os dispositivos e os comportamentos sociais que atuam nas formas de articulação que cercam a transação mercantil...” bem como a “... caracterização final das interações entre as diversas partes do mercado relativas ao fato em observação” (STEINER, 2006: p. 37). Portanto, a partir das considerações acima, bem como dos pressupostos da sociologia econômica, pretende-se fazer aqui uma análise do bioma Mata Atlântica, presente no sul da Bahia. Especificamente em Ilhéus, onde há um sistema que agrega valor aos produtos oriundos dos agricultores locais (exemplo, cacau da Mata Atlântica, cacau cabruca etc), ao mesmo tempo em que esse local encontra na iminência de ser profundamente alterado com a implantação do Porto Sul. Esse local é entendido como um sistema sustentável inserido em um mercado específico, o da sustentabilidade da vida, envolvendo atores sociais e relações interinstitucionais que envolvem produtores, agricultores, comerciantes, cientistas, políticos, ou seja, um grupo de agentes sociais diversos.

Os atores sociais, na nova sociologia econômica, têm uma dimensão plural e participam na construção do mercado, tendo em si, enraizados (*embeddedness*) sua cultura, valores intrínsecos ao seu lugar de origem, não somente valores econômicos, sendo guiados por uma subjetividade que deve ser explicada dentro de um contexto social e historicamente construído, sendo necessário um universo de fatores para explicar o comportamento dos atores sociais, que de maneira alguma é somente racional. Portanto, não pode ser explicado em termos unicamente individuais e sim enraizados dentro de um contexto mais amplo, abrangendo a dimensão cultural, social, econômica, ambiental, ou seja, dimensão humana do ser. Segundo Gil (2003: p. 46): “cada época e cada cultura constrói uma determinada leitura da natureza. O que significa que a natureza, para além da sua existência física, também é, sempre, uma criação cultural.”

A sociologia econômica busca compreender o desenvolvimento dos mercados como formas enraizadas em um determinado lugar, e como a cooperação e a troca de informações são fatores importantes para o desenvolvimento local. O desafio que se coloca é como promover uma lógica de mercado em um território de conflitos de produção de natureza econômica, ambiental e social, onde há tanto interesse de setores econômicos como de notáveis áreas para preservação ambiental. Para Fligstein (2003), o mercado é estruturado por uma pluralidade de relações sociais dentro da sociedade local como supralocal, não seguindo uma cartilha pré-determinada, não se convergindo para uma forma ou modelo único.

O trabalho do homem, a terra, o meio ambiente, não podem ser exclusividade da economia de mercado, que a tudo reduz a práticas de compra e venda, pois carregam em si relações sociais, culturas, que vão além da esfera econômica. Segundo Polanyi (1980, p. 86 e 87):

“O postulado de que tudo o que é comprado e vendido tem que ser produzido para a venda é enfaticamente irreal no que diz respeito a eles [terra, trabalho e dinheiro]. Em outras palavras, de acordo com a definição empírica de uma mercadoria, eles não são uma mercadoria. (...) Ora, em relação ao trabalho, a terra e ao dinheiro não se pode manter tal postulado. Permitir que o mecanismo de mercado seja o único dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural, e até mesmo árbitro da quantidade e do uso do poder de compra, resultaria no desmoronamento da sociedade. (...) A extrema artificialidade da economia de mercado está enraizada no fato do próprio processo de produção ser aqui organizado sob a forma de compra e venda.”

Segundo Abramovay (2004: p. 48), “Para que haja mercados, são necessárias condições sociais e comportamentais que vão muito além do que se entende habitualmente por auto interesse dos atores”. A defesa dos sistemas naturais como proposta de desenvolvimento sustentável, pressupõe a princípio ir além da dinâmica do mercado econômico, é preciso visualizar o mercado como estruturas sociais, que se configuram em relações sociais dentro de um espaço ocupado por atores sociais, com dinâmicas e características próprias do lugar, pois “a economia do homem, como regra, está submersa nas suas relações sociais” (POLANYI, 2000: p. 156).

Granovetter (1985) citado por Beckert (2007: p. 21-22) “aponta para a importância da rede de estruturas para o desenvolvimento da confiança entre os intervenientes no mercado”, e que a solução desses problemas só é possível com “base em expectativas recíprocas estáveis por parte dos intervenientes no mercado, que têm a sua base na estrutura social, institucional e incorporação de mercados” (BECKERT, 2007, p. 4).

As interações entre atores sociais são importantes no delineamento dos espaços de mercados. Segundo Abramovay (2004), “todos os fenômenos sociais, sua estrutura e mudança, são em princípio explicáveis por caminhos que envolvem indivíduos”. Os vínculos (laços) sociais de um determinado local é o que determinam as dinâmicas de mercado, o qual não responde ao modelo neoclássico de oferta e procura, mas das relações sociais enraizadas em um lugar, sendo resultado da construção social entre os atores. Segundo Abramovay (2004: p. 58), “a abordagem sociológica dos mercados procura compreendê-los não como premissas da ação econômica, mas como resultados concretos – e sempre imprevisíveis, uma vez que dependentes da evolução real da relação entre os atores – da interação social”.

Granovetter (2007) discute a noção de *embeddedness* argumentando que os comportamentos e as instituições afetam e são dirigidos pelas relações sociais, não sendo possível interpretá-los como elementos independentes. Segundo esse autor, as influências sociais explicam como os atores adquirem costumes, hábitos ou normas, independente da escolha racional; defende que tanto a sub quanto a supersocialização tem uma base comum, ou seja, as ações e decisões são conduzidas por atores atomizados. Para Wilkinson (2002: p.816):

“o *embeddedness* de muitos mercados locais e informais que serviu como uma proteção natural durante muito tempo, está sendo ameaçado pela concorrência dos mercados formais que tentam apropriar-se desses nichos de produtos tradicionais”.

Os atores sociais não se comportam de forma pré-estabelecida, seguindo um roteiro escrito, eles agem de acordo com o contexto social em que estão inseridos, compartilhando referências comuns à identidade e cultura local. Segundo Granovetter (2007: p. 30), o comportamento está profundamente enraizado em redes de relações interpessoais que evitam as visões extremas do comportamento sub e supersocializado da ação humana e que “todos os processos de mercado são passíveis de análise sociológica e que essas análises revelam elementos centrais, e não periféricos, desses processos”.

A economia ecológica entende o valor dos recursos naturais além da sua dimensão econômica, considera a pluralidade de valores: econômicos, sociais, físicos, ecológicos e culturais. A economia ambiental, também trabalha a questão do “valor” dos recursos naturais, sendo esta um ponto de intersecção entre a economia ecológica e a ecologia política. Segundo Romeiro (2003: p.9), para a Economia ambiental, os recursos naturais não representam um limite para a expansão econômica, pois “o sistema econômico é visto como suficientemente grande para que a disponibilidade de recursos naturais torne-se uma restrição à sua expansão,

mas uma restrição apenas relativa, superável indefinidamente pelo progresso científico e tecnológico...”

Segundo Martinez Alier (2007), um dos problemas da valoração é generalizar a todos os atores a mesma opinião de valor para um ativo ambiental. Como alternativa para contornar essa generalização, o uso de uma análise multicritério possibilita detectar as diferentes opiniões dos atores. É necessário ter-se em conta que o mercado não determina o valor de um recurso ambiental, pois muitos recursos ambientais não têm preço. Isso nos faz pensar em novas formas de valoração que levem em conta os aspectos ecológicos, econômicos, sociais e culturais, que possibilitem uma valoração econômica e não-econômica, em virtude de cada situação, de cada contexto a ser estudado.

Segundo May (2005), a proposição da valoração socioeconômica dos benefícios trazidos pelos recursos naturais constitui-se num avanço. Para estimativa da análise de custo-benefício social, é preciso identificar os beneficiários, os benefícios diretos e indiretos, os valores da existência e os custos de manutenção da área protegida. Tal análise permite a estimativa de valores monetários a impactos positivos ou negativos de projetos, investimentos ou políticas, bem como seus benefícios e beneficiários.

Romeiro (2003) define o termo Economia Política como uma construção teórica que encerra valores morais e éticos, uma vez que as ações humanas são regidas por uma escala de valores. Posta esta definição, fica explícito que a noção de cultura se faz necessária para compreender certos processos, mesmo quando analisados sob um viés econômico. Esta consideração define-se pela necessidade de demonstrar que não é possível analisar a sustentabilidade sem considerar a cultura e os valores éticos que interferem nos processos de tomada de decisão.

Para May (2005: p. 23), estudos acerca da valoração revelam desencontros nos valores atribuídos aos recursos naturais, especialmente no tocante à biodiversidade. Neste sentido, talvez seja impossível atribuir um único critério de valoração, uma vez que essa lógica é racional e econômica, mas a sua aplicação em contextos dinâmicos e heterogêneos ultrapassa a objetividade e a estabilidade. Além disso, os inúmeros fatores tangíveis e intangíveis também afetam a utilidade da valoração ambiental. Assim, “não é possível apresentar um critério geral capaz de associar tipos de recursos naturais com métodos de valoração”.

Segundo Martinez Alier (2007), citando Von Mises (1922), quando um empreendimento é rentável não se incluem em seus custos os danos causados ao meio ambiente, por exemplo, o dano causado à paisagem só é percebido pela diminuição da visitação turística. Dessa forma, esses são elementos que devem ser considerados na hora de decidir pela implantação ou não de um empreendimento.

Romeiro (2003) ressalta o aumento da necessidade de consumo decorrente do desenvolvimento capitalista, aspecto diretamente relacionado com o meio ambiente e com o limite de sustentabilidade de planeta. Para a estabilização do consumo dos recursos naturais em padrão sustentável, aponta-se a necessidade de uma mudança de valores, ou seja, reforça-se a necessidade de uma abordagem econômica que considere aspectos culturais, considerando os processos de interação entre o homem e a natureza; em contextos nos quais prevalece a noção de incerteza no âmbito da tomada de decisões, a aplicação do princípio da precaução deve ser feita, porque este é um mecanismo por meio do qual a sociedade busca contrapor a noção de incerteza:

“A aplicação desse princípio tem por objetivo precisamente tratar de situações onde é necessário considerar legítima a adoção por antecipação de medidas relativas a uma fonte potencial de danos sem esperar que se disponha de certezas científicas quanto às relações de causalidade entre a atividade em questão e o dano temido. (...) A Precaução, ao contrário, implica tomar certa distância em

relação à ciência e a tecnologia. Reflete efetivamente a constatação de que não se pode ter o controle total (ou quase) de acidentes e problemas que não são decorrências estatísticas regulares do próprio funcionamento do sistema, tratável via sistemas de seguros, mas representam situações e problemas onde predomina o sentimento da singularidade e irreparabilidade” (ROMEIRO, 2003, p. 24).

Para Martinez Alier (2007: p. 41), o grande desafio da economia ecológica está em estudar o “enfrentamento sem solução entre a expansão econômica e a conservação do meio ambiente”. A Economia Ecológica entende a economia neoclássica “como um subsistema de um ecossistema físico, global e finito”, sendo uma de suas funções a valoração econômica dos recursos e serviços ambientais. Entendem que as externalidades negativas devem ser internalizadas ao preço, mas “negam a possibilidade de que haja um preço ecologicamente correto”.

Segundo Martinez Alier (2007: p. 22-33), o ecologismo ou ambientalismo, termos trados pelo autor no livro “O Ecologismo dos Pobres”, de forma indistinta, surgiu como uma reação ao crescimento econômico, embora nem todos os ambientalistas se posicionem contrariamente a esse crescimento. Existem três diferentes correntes de dentro do ambientalismo, mas que possuem elementos comuns: “o culto a vida silvestre”; “o evangelho da ecoeficiência”; e o “ecologismo dos pobres”. Todas essas correntes são pertencentes a uma mesma raiz. O “culto à vida silvestre” tem na biologia da conservação sua base científica. Esse culto à vida silvestre caracteriza-se pelo amor à natureza, à paisagem, ligada aos valores profundos, o valor sagrado da natureza que permeia algumas culturas. De forma semelhante à economia ecológica, reconhece e defende a incomensurabilidade dos valores sagrados, culturais e ambientais, defende a preservação dos parques ambientais, reservas ou santuários de modo a manter a natureza livre da interferência humana.

A segunda corrente: “o evangelho da ecoeficiência” tem como alicerce científico a economia ambiental, que se caracteriza por “conquistar preços corretos” por intermédio da “internalização das externalidades”. De outra forma, pode-se dizer que ecoeficiência consiste no uso eficiente de materiais e energia, reduzindo custos econômicos e impactos ambientais. Essa corrente representa a busca do desenvolvimento sustentável nas empresas, os integrantes dessa corrente geralmente são engenheiros e economistas. A terceira corrente defendida por Martinez Alier (2007), que também é chamada de “ecologismo popular” ou “movimento de justiça ambiental”, denominado também de ecologismo da livelihood (ecologismo da subsistência ou do ganha-pão). Essa corrente apregoa que o crescimento econômico é conseguido à custa de danos ao meio ambiente. Essa corrente liga a questão humana com a ambiental, com um posicionamento muito bem definido por aqueles que convivem harmoniosamente com a natureza, diferentemente das atitudes capitalistas. Tem sua base científica pautada na agroecologia, etnoecologia, ecologia política e em certa medida, recebe contribuições ainda da ecologia urbana e da economia ecológica. O ecologismo do pobre ou ecologismo popular relaciona-se com a justiça ambiental, e são muito comuns nos países do terceiro mundo, onde se encontra a maioria da população pobre que luta pela conservação da sua biodiversidade.

A economia neoclássica defende os princípios da compensação e da substituição, a economia ecológica considera a natureza com um todo, pois existem bens que não podem ser substituídos, muito menos compensados. Martinez Alier (2007: p.45) afirma que os “direitos de propriedade, renda e poder são o que determina o valor econômico do capital natural”, e que os preços seriam diferentes no caso de algum bem deixar de existir. Pode-se aferir que este é o paradigma central da economia, quanto mais escasso um bem, mais caro se torna, o que acirra mais a desigualdade, pois quem tem o poder, a propriedade sobre o recurso, se tornará mais rico.

A justiça ambiental defende que os recursos naturais devem estar acessíveis para todos os seres humanos, o que pode ser chamado de justiça distributiva, o que garantiria os direitos do homem, mas empreendimentos que provocam danos ao meio ambiente é um desrespeito ao direito humano. Na América Latina, esse desrespeito mostra-se pela contínua exploração estrangeira, sublinhando a falta de poder daqueles que sofrem as externalidades (MARTINEZ ALIER, 2007).

A Economia Ecológica é transdisciplinar e busca conciliar nas diferentes disciplinas e formas de pensamentos comuns à sustentabilidade. Valoriza também o conhecimento, mas não apenas o científico; considera as diversas formas de conhecimento, respeitando e valorizando cada uma delas em igualdade de importância, pois considera a pessoa que além de consumidora e cidadã, carrega consigo um conhecimento advindo da sua história de vida, do seu lugar de origem, o qual se encontra ameaçado pela cultura globalizante. Nos conflitos há uma tendência de se universalizar o conhecimento local. O ecologismo popular não dispõe de um conhecimento, o qual é obtido através do saber tradicional, diante dos vários problemas em que o saber científico se cala, “é possível observar especialistas “qualificados” desafiados por cidadãos comuns em muitas ocasiões” (MARTINEZ-ALIER, 2007: p. 68).

A ciência pós-normal é um mecanismo de ampliação dos procedimentos científicos de forma a gerar subsídios mais pertinentes para embasarem a tomada de decisão. Tal ampliação ocorre no âmbito dos recursos humanos, criando equipes que incorporem grande número de agentes interessados no processo em análise com a finalidade de incorporar o maior número de variáveis possíveis, sustentando assim que sejam tomadas decisões mais pertinentes no âmbito das incertezas, condicionadas às análises prospectivas. Assim, fica demonstrada a importância dos elementos socioculturais, bem como as mudanças de valores e atitudes, para viabilizarem a tomada de decisões que ocorrem no âmbito das incertezas relativas ao futuro, no que tange a associação entre economia e meio ambiente, especificamente a sustentabilidade planetária e a disponibilidade limitada de recursos naturais (ROMEIRO, 2003).

Uma das lacunas é a permanência das expectativas acerca da aplicabilidade da valoração como suporte à aplicação de instrumentos econômicos. Como sugestão, propõe-se “a incorporação da perspectiva das comunidades locais na investigação dos valores indiretos atribuídos a bens e serviços ecossistêmicos”, uma vez que, mesmo sendo essencial, nem sempre é observada nos estudos sobre o tema abordado (MAY, 2005: p. 25).

A Economia ecológica entende o sistema econômico como um subsistema, integrado em um sistema maior, admitindo ainda que exista uma relação de complementaridade entre capital e recursos naturais. Uma grande inovação em relação à Economia Ambiental é que a Economia Ecológica considera que a expansão econômica está atrelada a manutenção de limites de sustentabilidade do planeta. Para esta linha teórica, vale a perspectiva de dinamizar a economia levando em conta os limites dos recursos naturais.

Avaliando essas teorias sobre o valor dos recursos da biodiversidade, a valoração econômica seria algo impossível de se fazer. Segundo Norton (1997), para dar-se valor a alguma espécie, implica em ter conhecimento sobre aquela espécie e ainda incorporar um valor que futuramente ela venha a ter devido a descobertas futuras, estimar uma data futura, posteriormente tentar traduzir os valores em unidades monetárias. Dessa forma, dar um valor financeiro às espécies é uma tarefa trabalhosa. Além disso, os cientistas acreditam que identificaram e deram nome apenas a aproximadamente 15% das espécies da Terra (NORTON, 1997).

As espécies não existem independentemente, elas coevoluíram em ecossistemas dos quais cada espécie individual depende de algum conjunto de espécies para continuar sua existência, pode depender apenas de outra espécie para sua alimentação, ou de um complexo de espécies inter-relacionadas. A extinção de qualquer espécie deve incluir perdas acumuladas

em benefícios futuros se outra espécie dependente também sucumbir-se. Assim, para obter o valor completo de uma espécie, deve-se considerar o valor das outras espécies que dela dependam. Então, para se calcular o valor de opção de uma espécie, devem-se adicionar os valores de opção de todas as espécies dependentes. Aqui emerge outro problema: as dependências interespecíficas são pouco compreendidas. Outra questão discutida é "qual é o valor da biodiversidade?" Uma vez que as vidas humanas e as economias dependem da biodiversidade, pode-se dizer que o valor da biodiversidade é o valor de tudo o que existe (NORTON, 1997).

1.2.3 A lógica do mercado

O acesso aos recursos naturais requer decisões sobre a polaridade entre conservar (uso racional) e preservar (intocabilidade) o recurso ambiental. Existem discussões e avanços teóricos no meio científico e técnico sobre o desenvolvimento sustentável. Questiona-se, no entanto, que exigências do mercado (consumidor e empresário) forcem a desconsideração desses princípios acadêmicos de desenvolvimento sustentável. Esse é um conflito inerente ao desenvolvimento territorial. Segundo Leite (2007), a garantia e o acesso à água e terra devem inscrever-se numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, porém sem haver predomínio da dimensão ambiental sobre a social. Esse autor enfatiza que as políticas de desenvolvimento não podem desconsiderar os conflitos subjacentes à adoção de práticas conservacionistas.

Segundo Campanhola & Silva (2000: p.25),

“há necessidade de se incorporar o planejamento e a gestão do espaço de modo que as atividades produtivas degradem minimamente o meio ambiente e que os recursos naturais possam ser utilizados de modo sustentável, mantendo a estabilidade e a resiliência dos ciclos da natureza (da água, do carbono, do nitrogênio, de energia, dos processos biológicos, etc), representam mais uma oportunidade para se valorizar o desenvolvimento local, principalmente nas perspectivas em médio e longo prazos”.

A sociologia econômica estuda os fatos econômicos em sua relação com o contexto no qual surgiram e, considerando os fatos econômicos como sociais, é mister uma busca pela concepção de fato social em sua origem, ou seja em “As regras do método sociológico”. Para Durkheim, fatos sociais “... consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir que são exteriores ao indivíduo e dotadas de um poder de coerção em virtude do qual se lhe impõem” (DURKHEIM, 1977, p. 3). Podemos ressaltar ainda que tais fatos consistem em representações e ações que tem como substrato a sociedade ou os diversos grupos que a compõem. Pode ser dito então, que os fatos econômicos são fatos sociais e por essa condição são os fatos sociais objeto da sociologia econômica. Enfaticamente pode ser dito que é fato social toda maneira de agir, fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, que é geral na extensão de uma dada sociedade, apresentando uma existência própria, independentemente das manifestações individuais que possa ter (DURKHEIM, 1977).

O meio ambiente proporciona muitas funções que, direta ou indiretamente, satisfazem as necessidades humanas. Segundo Marques & Comune (1997, p.22),

"o meio ambiente ao desempenhar funções imprescindíveis à vida humana apresenta, em decorrência, valor econômico positivo, mesmo que não refletido diretamente pelo funcionamento do mercado. Portanto, não é correto tratá-lo

como se tivesse valor zero, correndo o risco de uso excessivo ou, até mesmo, de sua completa degradação. Um princípio básico observado é que o ambiente e o sistema econômico interagem, quer através dos impactos que o sistema econômico provoca no ambiente, quer através do impacto que os recursos naturais causam na economia".

A possibilidade teórica de uma coesão de todas as pessoas em favor da conservação da biodiversidade, consequentemente em defesa de seu uso sustentável, pode ser encontrada em McNeely (1994: p. 8) ao apontar que:

“A perda da biodiversidade é devida, sobretudo a fatores econômicos, especialmente aos baixos valores econômicos dados à biodiversidade e às suas funções ecológicas – como a proteção de bacias hidrográficas, ciclagem de nutrientes, controle da poluição, formação dos solos, fotossíntese, e evolução – do que depende o bem estar da humanidade. Portanto, virtualmente todos os setores da sociedade humana têm interesse na conservação da diversidade biológica e no uso sustentável de seus recursos biológicos”.

A preservação dos recursos ambientais em Ilhéus resguarda formas particulares de relação da comunidade com a natureza e não deve ser encarado simplesmente como um setor econômico convencional, pois tem enraizado um modo de “ser” das comunidades do sul da Bahia. Essas formas de relação contribuem para o desenvolvimento regional com sustentabilidade ambiental. Adicionalmente, é necessário conciliar a conservação com a melhoria das condições de vida das populações de modo a buscar uma sintonia entre os reconhecidos benefícios globais da conservação da biodiversidade com as necessidades humanas dos sujeitos que estão inseridos nessa região de rica biodiversidade.

1.3 Desenvolvimento e a natureza do lugar

1.3.1 Noções de “desenvolvimento” a partir da dinâmica local

A degradação social e ambiental resulta de uma mistura do aumento de riqueza, pobreza e população, em um contexto de desigualdades. Neste sentido, a defesa do lugar (território e cultura) é apresentada como uma alternativa de valorização do lugar de forma a superar essa desigualdade. Essa constatação tem suporte em Ferreira (2004: p. 93) que diz:

“(...) penso ser necessário voltar o foco da reflexão para analisar como o lugar, assim definindo o aspecto localizado das relações sociais que ocorrem em um determinado espaço, se articula com o que está acontecendo no mundo.”

A abordagem territorial, a análise do conceito de lugar e local, tendo em vista as ações dos movimentos sociais e a sociedade civil, é importante para a democracia, para a cidadania e para o desenvolvimento equânime. O que sem dúvida requer definições do que se entende por desenvolvimento, mas é consenso que desenvolvimento deve ter como objetivo a redução da pobreza e a melhoria da qualidade de vida. Segundo Veiga (1998, p:11), apud Shneider (2004: p. 10), desenvolvimento é “um processo sistêmico mediante o qual uma economia consegue simultaneamente crescer, reduzir desigualdades sociais e preservar o meio ambiente”.

Maluf (2000) trata, de maneira geral, dos impasses entre teoria e prática envolvendo a questão do respeito à diversidade como principal caminho para chegar ao desenvolvimento. Esse autor busca a equidade social a partir da disponibilidade do alimento, uma vez que esse é um fator básico para todo ser humano, um direito fundamental e uma obrigação internacional. Ele aborda o exemplo dos países latino-americanos para ilustrar os desencontros entre teoria e prática, já que tais nações revelam um forte dinamismo econômico e, ao mesmo tempo, possui enorme desigualdade social, o que nos leva à necessidade de repensar o desenvolvimento. Explica a controvérsia através das políticas domésticas de cada país, afirmando que, quanto maior a desigualdade inicial destes, maior será a pobreza (grau prévio de iniquidade), uma vez que a diminuição desta depende da constância da distribuição de renda. Os mesmos países revelam ainda um aumento da pobreza urbana e diminuição da rural, justificado pela migração rural-urbana.

O debate em torno do desenvolvimento tornou-se prioridade na agenda pública na formulação de políticas que busquem a erradicação da pobreza, a superação das desigualdades e a sustentabilidade do meio ambiente. O desenvolvimento é definido como uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente. O acréscimo do adjetivo “sustentável”, em sentido estrito, significa o desenvolvimento que considera a dimensão ambiental. Adicionalmente, o desenvolvimento local representa uma estratégia de ação local, amplamente difundida com a proliferação de ONGs, bem como uma oposição aos impactos da globalização (NAVARRO, 2001).

A industrialização, nos países “desenvolvidos”, é vista como sinônimo de desenvolvimento, pois traz consigo modernização, avanços materiais, novas técnicas e aumento da produtividade que, por sua vez, geram melhorias na qualidade de vida e homogeneização social. Contudo, nos países “subdesenvolvidos”, essa homogeneização não acontece, o que se explica pela concentração de renda que vigora nestes países. Portanto, a renda monetária é indicador insuficiente para medir a qualidade de vida e o grau de equidade de determinado lugar. Para a melhoria na qualidade de vida é necessário que se adote uma política baseada no igualitarismo (MALUF, 2000).

Rahena apud Maluf (2000) sugere uma política de desenvolvimento que tenha a sociedade como base e respeite a singularidade de cada um, pensando o desenvolvimento focando as diferenças sociais, contrapondo o desenvolvimento ao desenvolvimento do capitalismo, tendo a liberdade como finalidade; afirma que o desenvolvimento social deve estar necessariamente baseado na melhoria das condições de vida da população, não num simples desenvolvimento reduzido a números; analisar um progresso não baseado na evolução econômica, mas na evolução das condições materiais daqueles que precisam.

Uma visão operacional para viabilizar socialmente o desenvolvimento pode ser encontrada em Veiga (2009: p. 1-2), ao afirmar que:

“Nenhuma formação social poderá achar algum caminho para o desenvolvimento sustentável se não cumprir o seguinte requisito: melhorar a qualidade de vida de cada cidadão – tanto no presente quanto no futuro – com um nível de uso dos ecossistemas que não exceda sua capacidade regenerativa e assimiladora de rejeitos do ambiente natural. Quando tal requisito estiver sendo cumprido, essa formação social certamente estará contribuindo para a manutenção dos processos evolutivos da biosfera”.

Maluf (2000) ressalta que os movimentos sociais buscam acesso à modernidade mais que resistem a ela. Visam uma melhoria na qualidade de vida que inclua estratégias de desenvolvimento econômico, definidas e adaptadas em nível local ou regional. O que se pede

é que as diferentes naturezas dos diferentes níveis de desenvolvimento sejam reconhecidas e observadas quanto ao seu inter-relacionamento.

A ideia de diversidade está presente nos debates sobre desenvolvimento. Maluf (2000) aborda o tema da diversidade em associação com o da desigualdade, visando propor um referencial para a análise de situações ou condições diversas nos processos de desenvolvimento. A noção de diversidade sugerida em relação à desigualdade possui um aspecto quantitativo (que envolve o capitalismo, gerador de concentração de renda) e outro qualitativo (ligado às diversidades cultural, institucional, entre os seres humanos e a natureza). A proposta do autor é valorizar a diversidade em seu significado qualitativo como meio de alcançar o desenvolvimento, não como sinônimo de igualdade, pois seria insustentável adotar os mesmos níveis de consumo dos países industrializados.

A qualidade de vida não pode ser correspondência direta ao princípio de acumulação de riquezas. Um sentido de qualidade de vida sustentável pode ser encontrado em Sen (1990: p. 25), ao dizer que:

“A questão central é a qualidade da vida que podemos levar. A necessidade de possuir mercadorias para que se alcance um determinado patamar de condições de vida varia grandemente segundo características fisiológicas, sociais e culturais, além de outras igualmente contingentes... O valor do padrão de vida repousa na vida, e não na posse de mercadorias, a qual tem relevância derivada e variável”.

Para Hettne (1996), apud Maluf (2000: p. 16), “desenvolvimento significa essencialmente obter melhorias materiais que podem ser conseguidas mantendo-se as identidades culturais”, ou seja, com respeito à diversidade, ao contrário do que seria um desenvolvimento como modernização, que visa convergência cultural.

Escobar (2005) aborda o lugar enquanto experiência de um local e sua ligação com a vida diária, além da marginalização do local nos discursos sobre globalização, uma vez que o global é associado ao capital, ao espaço, enquanto que o local liga-se às tradições e ao trabalho. Traz o desenvolvimento como sinônimo de rompimento do lugar, o que gera a necessidade de alternativas ao capitalismo baseadas nos modelos locais de cultura, economia e ecologia, ou seja, valorizando o não capitalismo. A negação do lugar torna as formas de pensar e modalidades locais e regionais invisíveis, com impactos marcantes na ecologia.

Escobar (2005) contrapõe as formas de conhecimentos locais às formas modernas especializadas, uma vez que comunidades do Terceiro Mundo usam os ambientes naturais de forma diferente das modernas, enfatizando a preocupação em analisar a natureza e a cultura conjuntamente. Para ele, cultura é construção cultural da sociedade humana, do gênero e da economia. Para as culturas não modernas, o universo é um ser vivo e o homem é parte dentro do todo que abarca natureza, deuses, animais, plantas, etc, concepção que, aliada aos modelos linguísticos, históricos e culturais, determinam a realização e construção da natureza. Diferentes construções são incomensuráveis, o que evita o universalismo e manifestações da natureza comuns.

O nosso conhecimento do mundo depende do envolvimento que possuímos com ele. Portanto, natureza e cultura não podem ser analisadas separadamente. Dessa maneira, os modelos locais são experiências de vida, formas de compreender o mundo, uma vez que não podem ser explicados desarticulados do enraizamento, dos limites e da cultura local. Contudo, para que o local se sobreponha ao global, as práticas baseadas no lugar devem continuar socialmente significativas.

Os ativistas trazem para o debate acerca do lugar o conceito de biodiversidade como a soma de território e cultura, e a noção de território-região: uma unidade ecológica e

econômica das comunidades que aí vivem apontando para a construção de modelos alternativos de vida e sociedade. Assim, os modelos locais de natureza são uma série de práticas não capitalistas, em sua maior parte, ecológicas, que visam, portanto, a sustentabilidade e a conservação. Enfim, a atenção ao lugar visa desestabilizar o capitalismo e revitalizar a democracia (ESCOBAR, 2005).

Maluf (2000) focaliza os impasses entre teoria e prática, uma vez que desenvolvimento é diferente de desenvolvimento econômico, coloca a renda monetária como fator insuficiente para medir a qualidade de vida. Desenvolvimento (em sentido sustentável, sem necessidade de adjetivos) visa à construção de políticas de igualitarismo, baseadas na melhoria das condições de vida sem prejuízos às identidades culturais.

Escobar (2005) traz à tona a defesa dos modelos locais, enquanto construção da natureza e alternativas sustentáveis e conservadoras de desenvolvimento, uma vez que são formas não capitalistas que, juntamente com os movimentos sociais, buscam ordens alternativas de produção e ambientais. Busca a sobreposição do local (cultura) em relação ao global (capital). Contudo, o fato de o capitalismo possuir grande hegemonia faz com que os modelos locais fiquem invisíveis e, quando muito, vistos como subordinados e complementares a ele, mas nunca como uma forma alternativa de economia.

O desenvolvimento deve ser abordado através da perspectiva territorial, como local onde possa impulsionar a vida social e econômica dos que nele (território) vivem.

Para Amartya Sen (2000: p 18), o desenvolvimento só tem sentido se proporcionar melhores condições para a expansão das liberdades individuais. Segundo ele:

“o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos”.

A política de desenvolvimento deve ter a sociedade como base, respeitando a diversidade e a singularidade de cada um. Que o desenvolvimento econômico defina estratégias que possibilitem a melhoria da qualidade de vida da sociedade definidas e adaptadas em nível local ou regional, reconhecendo as diferentes naturezas dos diferentes níveis de desenvolvimento (MALUF, 2000).

Sem dúvida alguma, a desigualdade social é uma expressão de injustiça social, mas a equidade social não deve ser vista como padrão de consumo ou estilo de vida, pois, dessa maneira, desrespeitar-se-ia a diversidade. O desenvolvimento pleno só é atingido se as melhorias materiais são obtidas sem prejuízo às identidades culturais, ou seja, com respeito à diversidade. As dimensões econômica e cultural necessitam de justiça sociais de distribuição e reconhecimento, ou seja, que levem em consideração as condições e trajetórias dos indivíduos.

1.3.2 Estado e movimentos sociais

Os movimentos sociais exercem atividades de liderança em diferentes nichos sociais, desempenham um papel importante no sentido de evidenciar os conflitos entre diferentes grupos de interesse e fomentar a criação de espaços políticos participativos, o que é mais sentido diante de regimes autoritários. Uma crescente participação dos movimentos populares vem influenciando o processo de reconfiguração entre o Estado e a sociedade civil. Os movimentos sociais desvendam o problema, muitas vezes oculto para a população. Os movimentos sociais representavam o ressurgimento da sociedade civil, na reivindicação de

um espaço para a prática política e uma relação autônoma quanto ao Estado (FELTRAN, 2006).

Novos espaços e novas formas de participação foram construídos, possibilitando uma relação mais próxima entre o Estado e a sociedade, estabelecendo “um espaço ocupado por uma série de instituições situadas entre o mercado e o Estado, exercendo o papel de mediação entre coletivos de indivíduos organizados e instituições do sistema governamental” (GONH, 1997: p. 301, citado por SILVA, 2003: p. 45).

A luta pela democratização e o exercício da cidadania por meio da participação nos espaços públicos decisórios permitem a criação de espaços regulados. Nesses espaços, a convivência e o debate entre diferentes atores possibilitam a construção de uma dimensão pública que se distingue dos espaços onde a lógica predominante é a produzida pelo Estado ou pelo mercado. Mas a construção da democracia dá-se de forma contraditória e fragmentada, uma vez que as relações entre o Estado e a sociedade civil “são sempre tensas e permeadas pelo conflito” (DAGNINO, 2002: p. 280). Na luta contra o autoritarismo, os atores sociais “tornaram-se capazes de limitar o poder do Estado e, ao mesmo tempo, geraram potenciais organizativos e institucionais ao nível das próprias associações civis, criando alternativas de organização social e política” (AVRITZER, 2002: p. 17).

A participação popular nos espaços públicos amplia a representatividade da sociedade civil frente às políticas públicas, iniciando um processo democratizante e participativo, onde os atores sociais participam da vida pública como sujeitos de direito. É um processo em que os atores sociais são intimados a se autotransformar, nas palavras de Raichelis (2000: p. 12),

“a transcender a realização de interesses particularistas e corporativistas, convocada ao exercício de mediações sociais e políticas para o atendimento de demandas populares. Trata-se, portanto, de um movimento que pretende modificar tanto o Estado quanto a sociedade em direção à construção de esferas públicas autônomas e democráticas no campo das decisões políticas”.

O processo democratizante passou por processos de fortalecimento dos espaços de diálogo entre o Estado e a sociedade civil. Esses espaços representam uma vitória dos movimentos sociais que lutaram pela incorporação de suas solicitações no plano de políticas governamentais (Teixeira, 2002).

Dagnino (2004a) em seu artigo “Sociedade Civil, Participação e Cidadania: de que estamos falando?”, discute os impactos do neoliberalismo no Brasil e sugere a existência de uma confluência perversa entre o um projeto político democratizante e participativo – leiam-se projetos políticos como conjunto de crenças, interesses e representações do que deve ser a vida em sociedade – e o projeto neoliberal. Analisa a disputa político cultural e os deslocamentos de sentido que esta opera nas noções de sociedade civil, participação e cidadania e as consequências dessa resignificação na política e democracia vigentes. Para a autora citada acima, atualmente a construção democrática no Brasil possui dois processos distintos: o alargamento da democracia – com a participação da sociedade civil na tomada de decisões e a criação de espaços públicos (lado positivo: Estado mais Sociedade civil, anos 80); e a emergência de um projeto de Estado, uma vez que esse se isentava progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, devido à transferência de suas responsabilidades para a sociedade Civil (lado perverso que tem caracterizado os últimos anos). Assim, a perversidade estaria em ambos os projetos que requerem uma sociedade civil ativa e participativa, mas apontam para direções opostas e antagônicas: um visava a parceria entre sociedade civil e Estado; o outro, o aproveitamento disso para isentar o Estado de responsabilidades.

Costa (2003), em seu artigo “Movimentos da Esfera Pública Contemporânea”, discute a constituição da esfera pública, suas contribuições e limites para a compreensão da sociedade

contemporânea. Diz que se há um consenso geral sobre o papel daquela, há também um desacordo em relação às transformações que ela vem sofrendo, devido, em grande parte, aos meios de comunicação de massa que comprometem a consolidação da democracia. Trazendo para a democratização do Brasil, Costa (2003: p. 149) recusa a esfera pública vista como um mero mercado de opiniões. Ele vê um processo de construção dessa e a absorção e processamento relativo pela mídia dos temas trazidos pela sociedade civil. “A ideia de sociedade civil como um reservatório de virtudes leva a uma sobrevalorização do potencial político das associações voluntárias.” Contudo, a categoria não deve ser descartada, mas revista como um grupo de atores que não querem ser semelhantes a partidos nem ao Estado e apresentam formas cada vez diferentes de manifestação. Elas são “apenas” uma das forças de transformação nas instituições democráticas.

A sociedade civil participa desse processo de construção do espaço público brasileiro, mediada pela esfera ambivalente dos meios de comunicação. Por outro lado, há a esfera de espaços comunicativos primários, onde ocorrem processos de formação de opinião pública – participativos – ao lado dos dirigidos pelos meios de comunicação, no qual as mensagens são ressignificadas. As transformações na esfera pública vão de encontro às narrativas que dão à nação brasileira uma cultura unificada, uma vez que valoriza as particularidades culturais (COSTA, 2003).

Costa (2003) afirma que colocar a esfera pública e a democracia no cenário da globalização é redefinir laços de pertença e de respeito à diversidade num contexto homogeneizador de políticas assimilacionistas, que promove o crescimento do intercâmbio e provoca o deslocamento das formas culturais do seu lugar de origem. O esforço em transnacionalizar os movimentos sociais coloca cultura e política em choque, pois os desejos universais podem se confrontar com os particulares. A forma de sociabilidade transnacional não assume características de uma sociedade civil global e de uma esfera pública nacional. O que há são grupos de atores sociais que se desprendem de suas referências nacionais e o estabelecimento de fóruns transnacionais diversos e segmentados, mas que ganham repercussão nas esferas públicas nacionais, o que revela um desejo político de estender às demais regiões do mundo um conjunto de direitos e instituições como um padrão de democracia – que não existe. Entender a globalização como irradiação de uma dinâmica social de um centro para o resto do mundo é contraditória, uma vez que tal generalização não chega às formas sociais periféricas nem problematiza as diferentes formas de percepção de problemas que afetam a humanidade. Assim, é necessário pensar na dinâmica social contemporânea sem tentar aplicar conceitos já desenvolvidos em outros contextos sociais.

Daí surge a disputa de significados entre projetos políticos distintos que geram deslocamentos de sentido para as noções de sociedade civil, participação, cidadania e democracia. Assim, com a “parceria” sociedade civil/estado, os movimentos sociais (ONGs) acabam correndo o risco de que seu projeto democratizante, participativo e de redução da exclusão possam servir para os objetivos do projeto contrário, o que revela a grande complexidade do processo de democracia. Entender a noção de projetos políticos pode ajudar na superação dessa visão homogeneizadora do Estado – como obstáculo à democracia – e da sociedade, enquanto “polo de virtudes democratizantes” e no reconhecimento da diversidade interna de ambos. Além disso, a análise dos deslocamentos de sentidos dos conceitos em questão deve expor os diferentes projetos que esses sentidos escondem e revelam (DAGNINO, 2004a).

Segundo Dagnino (2004b), o avanço da estratégia neoliberal determinou um profundo desvio na cultura política no Brasil e na América Latina, com uma redefinição de significados no âmbito da cultura que integram a transformação que vem ocorrendo em nossos países. O projeto neoliberal encontra no Brasil um rival – o projeto político democratizante amadurecido – capaz de constituir um campo de disputa. Contudo, há a interlocução entre

Estado – neoliberal – e sociedade civil, obtida através de setores desta que se engajam na aposta participativa e começam a atuar nas novas instâncias de participação junto ao Estado – “inserção institucional”, onde há a inflexão – com “coincidências” no nível do discurso e referências comuns que acabam ofuscando as divergências e distinções entre os dois projetos. A redefinição da noção de sociedade civil e o que ela significa talvez seja o deslocamento mais visível produzido no âmbito da supremacia do projeto neoliberal. Essa redefinição evidencia-se pelo crescimento e novo papel de Ongs, pelo surgimento do terceiro setor e das fundações empresariais com filantropia redefinida e pela marginalização dos movimentos sociais. Assim, cada vez mais, a sociedade civil é vista como ONGs e não como mero sinônimo de terceiro setor, caracterizando a tendência mundial de ongição dos movimentos sociais.

As ONGs para Dagnino (2004b) são vistas pelo Estado como parceiras ideais para a transferência das responsabilidades dele para a sociedade civil. A autonomização política das ONGs cria uma situação em que elas são responsáveis perante as agências internacionais que as financiam e ao Estado que as contrata para prestar serviços, mas não perante a sociedade civil, da qual dizem ser representantes e “darem voz”. A representatividade das ONGs desloca-se para o tipo de competência que possuem: o Estado as vê como interlocutoras entre ele e os setores sociais que elas representam, devido ao vínculo que possui com estes – negros, jovens, etc. A representatividade da sociedade civil pelas ONGs é mais uma coincidência entre os interesses de ambas do que uma articulação natural entre estas e os portadores de interesses. Tal afirmação revela o deslocamento da real noção de representatividade. No mesmo andamento encontra-se a noção de participação, vista agora a partir de uma perspectiva privatista e individualista – participação solidária e responsabilidade social – de indivíduos e empresas, que vêm substituindo a sua ideia do coletivo, de participação social. Dessa forma, a nova noção vem despolitizando a participação, à medida que dispensa os espaços públicos e participativos dando lugar a formas individualizadas de tratar questões como a desigualdade e a pobreza.

Por outro lado, onde há a participação da sociedade civil nas discussões sobre esses assuntos, ela mais assume responsabilidades do Estado que compartilha a formulação de políticas públicas, sendo reduzida a essa função e excluída dos poderes de decisão, reservados ao Estado. Enfim, a noção de cidadania é talvez o mais dramático desses processos. A chamada nova noção de cidadania foi formulada pelos movimentos sociais nos anos 1980 e 90. Essa concepção buscava implantar um projeto de construção democrática, de transformação social, impondo um laço constitutivo entre cultura e política. Inclui construções culturais e expressa estratégia política e política cultural. Assume a redefinição de direitos, partindo da concepção de direito a ter direitos, com a criação de direitos novos. Não está vinculada a classes dominantes nem ao capitalismo. Requer a constituição de sujeitos sociais ativos e participativos, que definam o que consideram como seus direitos. É uma estratégia dos não cidadãos, dos excluídos. Trata-se, portanto, de uma cidadania “desde baixo”. Põe em jogo o direito de participar do sistema político, a invenção de uma nova sociedade. Essa experiência contribui para a criação de espaços públicos nos quais interesses comuns e privados, diferenças e especificidades podem ser expostas, discutidas e negociadas. A nova cidadania é um projeto para a nova sociabilidade; uma reforma moral e intelectual (DAGNINO, 2004a).

Contudo, as redefinições neoliberais de cidadania reduzem seu significado coletivo a um conceito individualista, estabelecem conexão entre cidadania e mercado (DAGNINO, 2004b). Num cenário em que o Estado cada vez mais se isenta de seu papel de garantidor de direitos, o mercado é oferecido como uma instância substituta para a cidadania. Além do mais, o deslocamento do significado de cidadania liga-se a questão da pobreza, restringindo a responsabilidade moral da sociedade e adotando o apelo à solidariedade, revelados no

trabalho voluntário e filantrópico, ou mera caridade para com os pobres. É nesse sentido que atuam as fundações empresariais – setor – no Brasil recente. Essas fundações visam à maximização de lucros sob a máscara de “responsabilidade social”, pautada em debates acerca da pobreza e da desigualdade. A própria substituição do termo sociedade civil por terceiro setor mostra a tentativa de retirar a cidadania do cenário político, deixando-o exclusivamente para o seu detentor: o Estado.

Para Dagnino (2004b), com o avanço do modelo neoliberal e a redução do papel do Estado, as políticas sociais são progressivamente formuladas como esforços emergenciais voltados para determinados setores sociais, vistos não como cidadãos com direitos, mas como pessoas que precisam de caridade. Diante da escassez de recursos para enfrentar a pobreza e a desigualdade, setores da sociedade civil são convidados a participar em nome da “construção da cidadania”, subordinam sua visão universalista de direitos e se rendem a atender a um pequeno grupo de pobres. A distribuição de serviços e benefícios sociais passa a ocupar o lugar do direito e da cidadania.

Esses autores reconhecem a existência de movimentos sociais os quais se apoiam em interesses coincidentes com os da sociedade civil, porém, nos dizeres de Dagnino (2004a, b), não a representam, ou, conforme explica Costa (2003), esses movimentos sociais ocupam espaços vazios entre a esfera pública e a sociedade civil. Costa (2003) admite que os espaços participativos locais constituem-se em locais de reelaboração da informação. Dagnino (2004a, b) amplia interpretações sobre o alcance dessa reelaboração dizendo que ocorre de fato formulação de políticas, as quais porém são exclusivamente decididas por estruturas do Estado.

1.3.3 Participação dos atores sociais no desenvolvimento

As relações sociais enraizadas são o resultado da construção social entre os atores. Qualquer caminho que vislumbre o desenvolvimento deve estar pautado em uma abordagem que considere o indivíduo e sua relação com o meio em que está inserido, respeitando as ideias que estruturam as pessoas ou grupos em que se inserem.

Desenvolvimento implica em melhora do bem estar social. O crescimento econômico é mensurado por números, de forma quantitativa, enquanto que o desenvolvimento é qualitativo, não se limita apenas aos números, e sim aspectos como qualidade de vida e felicidade, respeito e dignidade humana, harmonia com a natureza, chega a adentrar no campo da subjetividade, em que o material realmente por si só não basta, mas sim, sem dúvida alguma, é necessário.

É a partir da ligação com o lugar que os modelos de comportamento e as regras do viver dia-a-dia são estabelecidos. O lugar de muitos espaços está globalizado, mas suas particularidades continuam válidas. No imaginário dos que ali vivem, permanecem incrustadas as histórias de várias gerações, a cultura e os valores que, de maneira alguma é racional, revela uma forma singular de “vidas” que compõem o jeito de ser de cada um. É um conjunto de sentidos subjetivos e singulares, que acabam por modelar a identidade de cada um, através de uma lógica própria, há um casamento fecundo entre o sujeito e o lugar, um pertence ao outro. Existe o sentimento de pertença, criam se laços, o homem e a natureza se manifestam em um espaço, este marcado pela trajetória de cada um, a natureza do lugar é um ativo territorial.

Segundo o Abramovay (2004: p. 46):

“os indivíduos buscam, o tempo todo, algum tipo de reconhecimento nos círculos sociais em que vivem o que torna a confiança um dado sociológico

passível de reconhecimento específico, histórico, e não um traço genérico do caráter humano”.

Para manutenção das identidades culturais, é essencial compreender como os indivíduos estão inseridos em uma coletividade e que a apreensão da cultura se faz por um processo de aprendizado, no qual os seres humanos são moldados aos padrões sociais presentes por ocasião da sua existência. Assim explica Laraia (1993: p. 70), ao dizer que:

“... o modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim, produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura”.

Desta forma, a cultura é um elemento chave por meio do qual se estabelecem as interações entre os membros de uma determinada sociedade, que só é possível a partir de um conhecimento mínimo do universo cultural no qual está inserido.

RISÉRIO & PINHO (1997) citados por GIL (2003: p. 46-47), afirmam que:

“É óbvio que toda paisagem, todo cenário que o ser humano delimita no conjunto da natureza, é uma criação ou uma construção sociocultural. A natureza não se oferece para si mesma como paisagem, como entidade para ser vista ou contemplada. Ao contrário, toda paisagem é estruturada retoricamente. É fruto da semiotização de um determinado segmento do mundo natural. Ou seja: existe à medida que existe uma separação: sujeito/objeto – ou ao menos a partir do instante em que o ser humano se imagina como entidade discreta e distinta do ambiente que o envolve e na qual ele vive. [...] Toda paisagem nasce de um enquadramento cultural, já que articula como um recorte realizado pelo olhar de um animal simbólico.”

Contudo, o universo da cultura não está dissociado do econômico, funcionando este último como lugar de prática e produção cultural. Os sistemas culturais, assim como os econômicos, não são estáticos e a noção de desenvolvimento implica toda a dinâmica econômica cultural e obviamente os atores sociais em processo de interação. A ideia de diversidade também se relaciona com os universos culturais e econômicos, caracterizando-se por evidenciar as disparidades sociais. Consciente de que os processos da dinâmica cultural podem ocorrer dentro do próprio sistema ou por meio do choque com outra cultura (LARAIA, 1993). Ainda para compreender a ideia do desenvolvimento, precisamos nos ater, além da percepção do universo cultural, a uma percepção do espaço e do lugar. Estes podem ser definidos no âmbito regional, local ou nacional e até mesmo global, de acordo com a definição do grupo a que se refere. Esta definição do grupo e do espaço de ocorrência pode estar relacionada com critérios étnicos, sociais ou relativos à delimitação de fronteiras políticas ou geográficas.

1.3.4 Desenvolvimento, possibilidades a partir de transformação socioeconômica

A alta concentração de pobreza na América Latina, fez com que cientistas sociais empreendessem esforços no sentido de um melhor entendimento do processo complexo que envolve a pobreza. Uma vez que em um local de desigualdade não se tem desenvolvimento, onde a situação de pobreza é grande os sujeitos são desprovidos do sentimento de pertença e do empoderamento individual e comunitário, há uma desumanização do indivíduo, tornando-

os mais do que miseráveis econômicos, são vítimas também da miséria social e cultural, apesar do aparente sucesso de crescimento econômico das nações. Escorel (1999: p. 81), afirma:

“a exclusão social se caracteriza não só pela extrema privação material mas, principalmente, porque essa mesma privação material ‘desqualifica’ seu portador, no sentido de que lhe retira a qualidade de cidadão, de brasileiro (nacional), de sujeito e de ser humano, de portador de desejos, vontades e interesses legítimos que o identificam e diferenciam. A exclusão social significa, então, o não encontrar nenhum lugar social, o não pertencimento a nenhum topos social, uma existência limitada à sobrevivência singular e diária”.

Para Delgado (2003), três dimensões são fundamentais e indissociáveis no processo de desenvolvimento: o empoderamento das comunidades e dos atores sociais locais; a institucionalização de formas adequadas a essa relação e a obtenção de alternativas econômicas concretas de modo a melhorar as condições de vida da comunidade. O autor define empoderamento como um processo pelo qual as pessoas são capazes de mudar sua relação com os mercados, o Estado e a sociedade civil. Sendo o componente central de sua definição a questão do poder, empoderar-se é conquistar o poder de transformar sua condição social, a ausência de poder e de direitos é uma dos fatores causadores da pobreza; empoderar-se requer autonomia, emancipação, o que é difícil quando é negado, no caso dos pobres, os seus direitos. A implantação de políticas públicas voltadas para este propósito é necessária, onde os espaços públicos sejam campo de relação positiva entre as comunidades locais e o Estado, os mercados e a sociedade civil. Para Nelson Delgado, as alternativas econômicas concretas somente serão possíveis através de processo coletivo de revitalização cultural das comunidades.

Romano e Antunes (2002: p. 11) colocam o poder numa situação de destaque quando se trata de enfrentar a pobreza e que o empoderamento não é isento de conflitos, sendo que o conflito é um meio de colocar em evidência diante da opinião pública e dos organismos responsáveis pelas tomadas de decisões, a questão da desigualdade e a partir de então, iniciar o processo de mudança. Segundo os autores, “empoderamento implica contágio, não assepsia. É fermento social: está mais para inovação criativa que para evolução controlada”.

Qualquer caminho de combate à pobreza e a exclusão social precisam entender as causas da pobreza do indivíduo e do grupo. A face da pobreza é ampla, afeta grupos e indivíduos, cada um é pobre por motivos diferenciados, mas esses motivos muitas vezes podem se juntar. Os atores que compõem o grupo dos não empoderados pertencem ao grupo dos excluídos ou totalmente marginalizados no processo econômico e social. O empoderamento coloca as pessoas que vivem a pobreza no centro da questão, no centro do desenvolvimento, o que provoca uma mudança na perspectiva e na estrutura em que o desenvolvimento foi até agora pensado, significa colocar o mercado e políticas a serviço da inclusão social (LORIO, 2002). Segundo Cavalcanti (2013: p. 1): “o desenvolvimento consiste em uma questão de valores humanos e atitudes a realizar, de objetivos definidos por sociedade e critérios para determinar o que são custos toleráveis a serem aceitos”.

O desenvolvimento requer mudanças comportamentais e paradigmáticas, visando alterar o rumo até agora delineado, mas essas mudanças dependem de um contexto complexo, profundamente enraizado na sociedade.

1.4 Conclusão e síntese: os riscos e o “sentido” do desenvolvimento

O sentido que se quer, aqui, atribuir ao desenvolvimento é aquele associado às melhorias na qualidade de vida a partir da participação ativa das comunidades na definição de objetivos e caminhos para alcançá-los. Através destes conhecimentos busca-se encontrar novos caminhos para se chegar ao desenvolvimento, entendido como local onde a sociedade possa atuar e impulsionar seu próprio desenvolvimento, pelo relacionamento e pertencimento ao lugar. De certo, o grande desafio da democracia está em conseguir um espaço público com capacidade real de influir no processo decisório sobre questões globais, onde o desenvolvimento, com ética e equidade, possa ser alcançado. Desenvolvimento vai além da noção de crescimento, requer ambiente, cultura, identidade, espaço, qualidade de vida e saúde, a partir da atuação local, regional e nacional pelos princípios da equidade social, da preservação ambiental e do progresso qualitativo. O desenvolvimento sustentável deve ser um processo em que não exista sacrifício da sociedade na determinação do equilíbrio econômico, social e ambiental. Sachs (2007: p. 293) afirma que o desenvolvimento, necessariamente, deve ser “direcionado no sentido de assegurar a todas as pessoas uma oportunidade de levarem uma vida plena e gratificante, provendo-as de meios de subsistência decentes e aprimorando continuamente seu bem-estar”.

O desenvolvimento foca-se como processo e como resultado de mudanças no ambiente, relativamente aos aspectos socioeconômicos e ambientais que visam aumentar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar da população. Essas mudanças devem considerar a diversidade cultural, a identidade territorial e a sustentabilidade ambiental, para uma análise e síntese das implicações sociopolíticas, econômicas e ambientais quanto aos indícios de formulações de certas políticas públicas. Admite-se em suma, tensas relações entre Estado, Mercado e Sociedade Civil organizada quando de sua operacionalização nas estratégias público-público, público-privado ou público-terceiro setor. Portanto, é ainda mais complexa a atuação tripartite, isto é, envolvendo o público, o mercado e o terceiro setor, simultaneamente.

No próximo capítulo, partimos para um conhecimento do local de estudo, a partir de uma recapitulação da história da região, uma vez que é uma região que guarda profunda relação com a natureza, com o mercado e com forças típicas do poder local. O histórico do Porto Sul e a descrição do local em que ele será implantado serão apresentados. Ainda, as principais atividades de desenvolvimento que são defendidas como viáveis para a região serão descritas. Será possível identificar que o crescimento econômico que se pode depreender no Projeto Porto Sul para a região não atende plenamente à visão de desenvolvimento e carrega consigo evidências de riscos socioambientais.

CAPÍTULO II

A REGIÃO DE ESTUDO E CONTEXTOS DO EMPREENDIMENTO

2.1 Introdução

O local de implantação do Porto Sul faz parte de uma região que sofreu uma recente crise econômica motivada pelo declínio da monocultura cacaujeira. Nesse contexto, apresenta-se a seguir uma recapitulação da história dessa região, destacando que nos últimos 200 anos, o poder político local esteve ligado ao cultivo extensivo do cacau, com pouca tecnologia, até a década de 1980. Curiosamente, o cultivo do cacau marca uma profunda relação com a natureza, com o mercado e com forças típicas do poder local.

Apesar do histórico favorável de convivência do cacau com a natureza, atualmente a população apresenta gigantesca desigualdade socioeconômica, predominando domicílios com até meio salário mínimo na população rural. Os últimos 20 anos representam uma nova ruptura socioeconômica nessa região, visto que a cacauicultura, para ser competitiva, precisa incorporar as novas dinâmicas que sejam adequadas a essa região, as quais se encontram em discussão pelos diversos atores. Afinal, mesmo em meio a essa crise, a cidade de Ilhéus apresenta-se como emblemática, exatamente no discurso que alimenta o turismo como atividade econômica atual de grande importância regional.

Nesse contexto, a região onde será implantado esse empreendimento é descrita detalhadamente, caracterizando-a como possuidora de rica biodiversidade e demonstrando que o local específico de implantação do porto está próximo a áreas de preservação ambiental. Um histórico sobre os acontecimentos da implantação do Porto Sul revela a natureza unidirecional da proposta, isto é, um projeto pensado pelo Estado em parceria com empresa privada, sendo colocado como intervenção do estado com o discurso de estratégia de desenvolvimento para a região. Portanto, pretende-se neste capítulo explicitar as características do empreendimento e do local previsto para sua implantação.

2.2 Origens socioeconômica e política da região cacaujeira

Uma visão histórica bastante completa da região cacaujeira pode ser construída com base no livro intitulado *O Elo Perdido*, de autoria de Maria Shaun (1999). Nele, encontramos que em 25 de Abril de 1534, com a assinatura da Carta Régia por D João III, nasce oficialmente a Capitania de São Jorge dos Ilhéus, em Évora. O primeiro donatário, Jorge de Figueiredo Corrêa, sempre permaneceu no seu cargo de Escrivão da Fazenda e nunca se desfez das mordomias que tinha na Corte Lusitana para suas aventuras em terras brasileiras. Todavia, mandou apenas seu intermediário, um castelhano chamado Francisco Romero. A Capitania começou a progredir com vários engenhos que proporcionavam toneladas de açúcar por ano ao reinado português.

Os índios Tupiniquins realizavam atividades para os colonos em troca de ferramentas e demais utensílios que foram introduzidos no seu dia-a-dia, graças ao contato com eles. Essa relação cordial entre os índios e os colonos facilitou a ascensão da vila e a construção dos primeiros engenhos. Entretanto, a tentativa de escravizar os índios mudou essa situação, e

reações violentas começaram a aparecer. Uma das revoltas quase destruiu a Vila de Ilhéus, e Mem de Sá, Governador geral, foi mobilizado e acabou desencadeando um processo de repressão que culminou com a Batalha dos Nadadores. O resultado das revoltas foi a diminuição da população dos Tupiniquim e a catalisação da desagregação social e cultural deste povo.

Quanto aos principais aspectos geográficos, destaca-se que Ilhéus é uma cidade litorânea no sul da Bahia, com clima tropical úmido e quente, faz limite com os municípios de Aurelino Leal, Itacaré, Uruçuca, Una, Itapitanga, Coaraci, Itajuípe, Itabuna e Buerarema. Seu litoral é composto por extensas praias dotadas de coqueirais, e a cidade é rodeada por diversos rios e lagoas. A Lagoa Encantada, situada no Distrito de Castelo novo, é a lagoa mais importante de todas. Sobre ela há documentos que relatam a subida de caravelas que eram surpreendidas pelas ilhas flutuantes que impediam a sua entrada, e para alguns supersticiosos, essas ilhas eram transformadas em lobisomens e mulas sem cabeça, por obra de duendes. O município também é rodeado por cinco morros: Pernambuco, São Sebastião, Conquista, Vitória e Boa Vista.

Os coronéis do cacau que floresceram até a década de 1980 nesta região tem sua origem histórica no século XVIII. O sítio de introdução do cacau na Bahia é a Fazenda Cubículo, em 1746, atualmente pertencente ao município de Canavieiras, área que fazia parte da Capitania de São Jorge dos Ilhéus. As primeiras plantações de cacau no sul da Bahia estabeleceram-se desde essa época. O primeiro plantador, Antônio Dias Ribeiro, recebeu sementes do colono francês Luís Frederico Warneaux, e quando as sementes foram plantadas, boa parte da Mata Atlântica acabou por ser preservada porque o cultivo era realizado sob a floresta. Na região que hoje está o município de Ilhéus, as primeiras plantações iniciaram-se em 1752.

Pedro Weyll e Saueracker chefiavam um grupo de 161 alemães e chegaram ao Brasil em 1818. Alguns estudiosos acreditam que, como a lavoura açucareira predominava na região, a plantação de cacau só sobreviveu graças aos dois. Anos mais tarde, eles mandaram buscar outras famílias, que saíram de Portugal e da Alemanha e desembarcaram em Ilhéus. Entre os grupos que saíram de Roterdã, encontravam-se os Bauch, Berbert, Bonin, Braits, Cordier, Dahl, Hercher, Hoffdem, Kith, Koch, Lavinsky, Loups, Monstein, Muller, Ninck, Shimidt, Scher, Stefan, Sellman, Schupach, Wyrztmun, Wence, Zunhagen, Kruschewsky, Schaun e outros. Provavelmente, as famílias não se conheciam entre si, mas o fato é que foram elas que ajudaram a expandir os cacauais em terras cedidas pelo governo, às margens do Rio Almada e do Rio Cachoeira.

Até 1860, a produção de cacau era apenas familiar, não monocultora, e era utilizada mão de obra escrava. Após esse período, começou a instalar-se uma relação mais comercial com o trabalho assalariado e a comercialização da produção, graças à chegada dos migrantes do norte baiano e de Sergipe. Mais tarde, as relações foram modificando-se a partir do crescimento das fortunas. Na segunda metade do século XIX, o cacau constituiu-se a principal riqueza da região e, nas primeiras décadas do século XX, sua participação na economia da Bahia chegou a mais de 60%, tornando-se a principal riqueza desse Estado.

Originário das Américas Central e do Sul, o cacau foi nomeado cientificamente de *Teobroma cacao*, que significa manjar dos deuses. As sementes do cacau já foram utilizadas como moeda por grandes civilizações indígenas no México.

Ilhéus foi reconhecida como cidade em 28 de junho de 1881, e como se tornou centro político das decisões regionais, surgiram, à sombra dos cacauzeiros, os tão conhecidos Coronéis do Cacau. Eles moravam na cidade ou em suas propriedades no interior. Ilhéus era o ponto de referência para todos. Os coronéis se viciaram no coronelismo e possuíam o poder de vida e de morte sobre os cidadãos comuns, e resolviam as disputas pela força das armas, a não ser que houvesse uma relação de compadrio com algum potentado, quando um coronel

era padrinho de alguém, aquela família era protegida, não só o afilhado, mas qualquer um da família. Eles tinham tanto poder que a população vivia sob suas orientações, sejam econômicas, sociais ou políticas, e uma boa demonstração era que até mesmo os governantes, intendentes, governadores e presidentes da República dependiam da influência de coronéis para manter-se no poder.

O título de Coronel era o mais cobiçado e o mais alto a ser adquirido. Apesar disso, nem todos os grandes fazendeiros possuíam esse título e outros, quando eram premiados, até abriam mão de tais regalias. Coronel era aquele que monopolizava o poder que lhe era inerente e utilizava o poder público com o objetivo de manter uma relação de força entre os proprietários rurais e o governo, ocupando o espaço que deveria ser do governo, mas onde o poder público ainda não havia chegado e o Estado se fazia presente apenas na cobrança dos direitos de exportação do cacau e na captura de votos dos chefes políticos.

A partir de 1930, o coronelismo foi transformando-se com o crescimento da classe média burguesa que queria participar do poder político, ampliando suas esferas de poder e modernizando o poder oligárquico. Além disso, as camadas populares foram obrigadas a tomar consciência com o avanço dos meios de comunicação de massa, que passou a esclarecer as pessoas. Daí veio o desenvolvimento da sociedade que abalou a política de eleição a bico de pena, onde os jagunços intimidavam os eleitores caracterizando o poder coronelesco. Era o tempo do “curral eleitoral” e do “voto de cabresto”.

O Brasil passou por profundas modificações sociais, graças ao desenvolvimento econômico, à industrialização e à urbanização, e as estradas vieram facilitar as comunicações, contribuindo, em parte, para o enfraquecimento do coronelismo. Esses Coronéis do Cacau têm várias origens. Nem todos têm origem nobiliárquica, alguns vieram de famílias da oligarquia açucareira, outros são de homens do povo marcados pela seca do Nordeste. E é possível dizer que a maior parte é filha de imigrantes estrangeiros que chegaram aqui antes da cacauicultura, fugidos de guerras e revoluções.

Na zona rural, os trabalhadores não conquistaram os mesmos direitos sociais dos trabalhadores urbanos, e para expressar seus sentimentos, eles cantavam “Cacaueiro” durante o trabalho, uma música que dizia que os mesmos trabalhavam duro para os outros enriquecerem.

Todavia, o cacau, que era um produto de exportação, ligava diretamente o coronel aos poderes públicos do Estado. Os Coronéis do Cacau não precisavam ser latifundiários, pois suas riquezas eram medidas pela quantidade de cacau que colhiam em suas propriedades agrícolas. Assim, eles iam trocando as casas das fazendas pelos palacetes urbanos, transformando as ruelas da cidade em ruas largas e alinhadas. Possuíam artigos de luxo em casa e só consumiam produtos de altíssima qualidade. A vida social se transformava a partir dos preços do cacau.

2.3 Região cacaueira, atualidades de Ilhéus

Atualmente Ilhéus possui uma população estimada em 184.236 mil habitantes, dentre os quais, 89.440 homens e 94.796 mulheres (IBGE, 2010). A distribuição por faixa etária evidencia que a maioria da população concentra-se na faixa de 18 a 50 anos (Tabela 1). O município possui 61 escolas para o nível fundamental e 16 para o nível médio, no entanto ainda amarga uma taxa de 12,49 por cento de analfabetismo (Instituto Nossa Ilhéus, 2010).

Tabela 1. Distribuição da população de Ilhéus, Bahia, por faixa etária.

Faixa etária	Número de pessoas	% por faixa	% acumulada
0 a 3 anos	10.915	5,92	5,92
4 a 5 anos	5.982	3,25	9,17
6 a 14 anos	29.530	16,03	25,20
15 a 17 anos	10.208	5,54	30,74
18 a 29 anos	39.406	21,39	52,13
30 a 50 anos	69.185	37,55	89,68
60 anos ou mais	19.010	10,32	100
População total	184.236	100	.

Fonte: Instituto Nossa Ilhéus, 2010.

Os dados quanto ao emprego e renda evidenciam que o município possui grandes contrastes socioeconômicos: 9,26 % vivem em Estado de extrema pobreza, ou vivem com aproximadamente R\$70,00 reais por pessoa; 18,36% vivem com a renda per capita de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Na análise por unidade familiar, verifica-se que 14, 61 % de domicílios vivem com $\frac{1}{4}$ do salário mínimo e 38,14% de domicílios vivem com apenas $\frac{1}{2}$ salário mínimo (Instituto Nossa Ilhéus, 2010). Nesse contexto, a maioria dos atores que vive nas proximidades do local de implantação do Porto Sul tem-se revelado a favor desse empreendimento, através da mídia e em pesquisas de opinião, uma vez que essa população considera que o Porto Sul seja uma alternativa para melhorarem de vida. De fato, as iniciativas governamentais baseiam-se no discurso desenvolvimentista, pressupondo que o subdesenvolvimento seja equivalente à ausência de desenvolvimento. No entanto, pode-se hipotetizar que o contexto de crescimento econômico não é autossuficiente, uma vez que o subdesenvolvimento é uma consequência do sistema capitalista de acumulação e exploração, desprovido de políticas sociais conectadas com as deficiências regionais, acompanhadas de ações de inclusão social.

Quanto à moradia, registra-se 21,26% vivendo em aglomerados subnormais e 34,21% dos domicílios sem esgoto encanado. Na zona rural, a ausência de esgoto encanado sobe para 68,12% (Tabela 2).

Tabela 2. Demonstrativo da situação econômica e infraestrutura dos ilheenses

Situação econômica e infraestrutura	% na zona urbana	% na zona rural
Estado de extrema pobreza	9,26	15,79
Domicílios vivendo com $\frac{1}{4}$ do salario mínimo	14,61	23,21
Renda per capita de $\frac{1}{4}$ do salario mínimo	18,36	29,26
Domicílios que vivem com $\frac{1}{2}$ sal. Mínimo	38,14	53,37
Pessoas em aglomerados subnormais	21,26	0,00
Domicílios sem esgoto encanado	34,21	68,12

Fonte: Instituto Nossa Ilhéus, 2010.

Mesmo com indicadores precisando melhorar e muito, Ilhéus ainda é considerada “A Princesinha do Sul”, “A Capital do Cacau” e o “Berço de Jorge Amado”, sendo o eterno cenário de “Gabriela, cravo e canela”. Com um patrimônio ambiental fantástico, uma beleza incomparável, e 93 km de praias exuberantes (Anexo A). De fato, esse potencial existe, como registrado em projetos locais, além da vasta literatura enobrecedora deste local, como se depreende do trecho abaixo:

“Dada à extensão do Município e a sua diversidade de biosistemas, representados por ecossistemas marinhos costeiros, mata atlântica e ecossistemas associados a exemplo de mangue e restinga; bacias hidrográficas; lagoas; cachoeiras; mata ciliar e encostas que juntos e harmoniosamente dão ao município um destaque de rara beleza, coloca-o como um dos maiores potenciais bióticos e cênicos da costa brasileira”. (Projeto Orla de Ilhéus, 2007: p. 22)

Essa riqueza ambiental contrasta e muito com a realidade de grande parte da população, sendo necessário e urgente conciliar a conservação com a melhoria das condições de vida das populações de modo a buscar uma sintonia entre os reconhecidos benefícios globais da conservação da biodiversidade com as necessidades humanas.

A Mata Atlântica do Sul da Bahia é considerada como prioritária para conservação da biodiversidade, devido à grande riqueza de espécies da fauna e da flora, e várias espécies endêmicas de plantas e animais, as quais se encontram ameaçadas de extinção. Para ilustrar essa situação, há cerca de 10 anos foram encontradas em áreas de preservação próximas a Ilhéus 37 espécies ameaçadas de extinção no Sul da Bahia (Schiavetti et al., 2005). É importante reafirmar que a Mata Atlântica é reconhecida como Patrimônio Mundial pela ONU e que é considerada pela UNESCO como a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e Patrimônio Nacional, pela Constituição Federal de 1988 (Carvalho, 2008).

O município de Ilhéus faz parte do Corredor Central da Mata Atlântica e possui uma riqueza ambiental reconhecida internacionalmente, sendo que várias unidades de conservação concentram-se no entorno da área prevista para implantação do Complexo Porto Sul (Tabela 3). A parte terrestre do Porto Sul insere-se na área da APA Lagoa Encantada e Rio Almada (RIMA, 2011; Anexo A, foto C).

Tabela 3. Unidades de conservação presentes no entorno do Complexo Porto Sul

Unidade de Conservação	Município	Área total (ha)
Parque Estadual Serra do Conduru - PESC	Itacaré, Uruçuca, Ilhéus	16.275
APA da Costa Itacaré/Serra Grande	Ilhéus, Itacaré, Uruçuca	77.885
APA da Lagoa Encantada e Rio Almada	Ilhéus, Uruçuca, Itajuípe, Coaraci e Almadina	169.545
APA Baía de Camamu	Camamu, Marau e Itacaré	118.000
Parque Municipal da Boa Esperança	Ilhéus	437
Parque Municipal Marinho dos Ilhéus	Ilhéus	5
RPPN Faz. São Paulo	Ilhéus	25
RPPN Faz. São João	Ilhéus	25
RPPN Faz. Araçari	Ilhéus	110
RPPN Salto Apepique	Ilhéus	118
RPPN Faz. Arte Verde	Ilhéus	10
RPPN Faz, Sossego	Uruçuca	5
RPPN Reserva Capitão	Itacaré	660
RPPN Rio Capitão	Itacaré	-
RPPN Pedra do Sabiá	Itacaré	-
Jardim Botânico de Ilhéus	Ilhéus	359
Reserva Biológica de Una	UNA	18.500

Fonte: RIMA (2011).

Para alguns atores, o empreendimento Porto Sul não combina com a região, devido a riqueza ambiental da região. Segundo eles, o governo desconsiderou os esforços conservacionistas, em virtude da série de impactos relevantes, danos que causará ao meio ambiente, sendo a mais expressiva, a supressão de extensas áreas de vegetação nativa, acarretando perda da biodiversidade. A avaliação ambiental estratégica do Porto Sul (2008, p. 28), afirma que, “do ponto de vista ambiental, a região de Ilhéus não é considerada a área ideal para a implantação dos empreendimentos. Entretanto, em função do direcionamento do governo do Estado para que essa implantação se dê nesta região”, este empreendimento mudará a paisagem e a estética da região.

Segundo o Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica – Produto-2 (2008), o processo de ocupação e de migração são fenômenos de consequências mais amplas, que deverá envolver Ilhéus e municípios no seu entorno, já se verificando ocupação urbana em ambas as áreas, com concentração mais acentuada em Aritaguá.

Em virtude dessa riqueza ambiental, muitos atores se posicionam contra a implantação do Porto, e apontam o turismo como uma alternativa viável, bem como defendem o sistema cabruca de produção de cacau, por ser este um método de produção ecologicamente correto, que favorece a preservação da Mata Atlântica, uma vez que as áreas de cabruca funcionam como uma zona de amortecimento e comunicação entre as áreas de preservação florestal. Nesse contexto, acredita-se que o cacau com característica de origem, ou seja, o cacau da Mata Atlântica, seja um vetor de desenvolvimento com sustentabilidade ambiental para a região.

2.4 Turismo e cacauicultura, duas alternativas locais sustentáveis

2.4.1 Turismo, se infraestrutura melhorar com sustentabilidade socioambiental

Houve um significativo incremento turístico na Costa do Cacau nos últimos 15 anos, o qual tem a natureza como principal vetor desse segmento. Na Costa do Cacau encontra-se a APA de Itacaré-Serra Grande, situada nos municípios de Itacaré e Uruçuca, e a APA Lagoa Encantada e Rio Almada, situadas no litoral norte do município de Ilhéus. As Unidades Hoteleiras (UH) evoluíram na última década de 3.343 para 4.139. Itacaré passou de 732 UH em 2001 para 1.142 em 2006, sendo que a maioria dessas unidades encontra-se no Litoral Sul. O Litoral Norte está em fase de crescimento, conta 8% do total do município (BAHIATURSA, 2008). Conforme dados da SUINVEST/SETUR (2008), a implantação de mais 903 UH entre Ilhéus e Itacaré estão previstos, o qual totaliza um investimento da ordem de R\$ 430.707.000,00. Dentre estas, 103 UH serão implantadas na costa de Itacaré e 544 no Litoral Norte de Ilhéus, que conta ainda, com 70% de suas áreas naturais preservadas. Estima-se que a instalação dessas UHs irá gerar em torno de 28.204 empregos, entre os quais 7.879 serão empregos diretos e 20.325 empregos indiretos, gerando um PIB de atividades ligadas ao turismo da ordem de 23,3%, conforme relatório do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Litoral Sul (PDITS Polo Litoral Sul). Essas previsões demonstram que a manutenção do ativo ambiental como matéria-prima essencial e como um produto para o turismo é uma alternativa viável, assegurando para o futuro a qualidade ambiental, paisagística e social dessa região (AAE, 2009, produto 3).

Mas, medidas para alavancar o turismo devem ser tomadas, principalmente em relação à infraestrutura básica de esgotamento sanitário e a mão de obra qualificada para receber os turistas. As deficiências nesses dois itens de infraestrutura e qualificação refletem negativamente nos serviços turísticos atuais, requerendo soluções. É importante destacar as condições naturais que favorecem o turismo histórico e ecológico nas fazendas de cacau, as

quais têm a importante função de preservar os remanescentes de Mata Atlântica, através do sistema de cultivo do cacau cabruca (veja descrição em item específico neste trabalho).

Há quatro anos Ilhéus recebe frequentemente navios de cruzeiros marítimos, trazendo turistas interessados em conhecer a Costa do Cacau. Os lugares mais visitados por esses turistas são a Lagoa Encantada, as praias de Ilhéus e Itacaré e as fazendas de cacau (www.bahiaemfoco.com.br).

Nessa abordagem, apenas se focou no turismo como uma realidade socioeconômica em Ilhéus. No entanto, sua sustentabilidade vem sendo discutida, uma vez que a degradação ambiental também acontece com a atividade turística, sendo necessário estratégias que visem a sustentabilidade local, onde a comunidade “seja o principal agente transformador” (SOUZA, 2005: p. 45). O turismo é apresentado pela autora como alternativa sustentável, ao incluir a participação das comunidades locais como participantes ativas neste processo, de forma que o turismo seja um processo incluyente, necessitando para tanto de um programa de educação ambiental, com o fim de conscientizar a comunidade local e os turistas sobre hábitos ambientalmente corretos.

O turismo em Ilhéus aconteceu como uma alternativa de renda no contexto do declínio da cultura do cacau. Sendo assim, está sendo desenvolvido de forma amadora, sem atender adequadamente as normas exigentes para a realização dessa atividade (NOIA, 2008). Para que o turismo aconteça de forma sustentável, é necessário equilíbrio entre comunidade, turista, governo e meio ambiente. Em Ilhéus o turismo é realizado de forma profissional há pouco tempo, mais ou menos 22 anos (NOIA, 2008). Um Plano Estratégico de Turismo (2003-2020) foi desenvolvido pelo Estado da Bahia, no qual se afirma que a Bahia será referência de um modelo de turismo sustentável, uma vez que contará com o comprometimento dos diversos atores (governos, empresários, sociedade civil organizada e a população) para o alcance desse objetivo (NOIA, 2008).

O turismo interfere na dinâmica local. No entanto, se for desenvolvido de forma sustentável em termos socioambientais, poderá melhorar a qualidade de vida da comunidade. A literatura destaca que um empreendimento turístico, para que seja sustentável localmente, depende necessariamente do envolvimento da comunidade na definição, elaboração e sua implementação (OLIVEIRA, 2005: p.10).

Essencialmente, o turismo deve respeitar critérios de sustentabilidade socioambiental como fio condutor da atividade econômica. No entanto, observa-se uma apropriação dos espaços para turismo ecológico que se distanciam dos conceitos-chave do desenvolvimento com respeito ao meio ambiente. É necessário que o turismo aconteça com respeito à cultura local e à comunidade (OLIVEIRA, 2008). Em Ilhéus existe um grande potencial para o turismo ecológico, o que resultou em especulação imobiliária, degradação ambiental e problemas sociais, sendo necessária uma intervenção responsável do poder público no sentido de resguardar o patrimônio sociocultural e ambiental da região.

2.4.2 Cacaucultura no sistema cabruca e agregação de valores ao cacau

A região cacaueira da Bahia apresenta sistema de cultivo do tipo agroflorestal denominado *cabruca*, o qual contrasta com os sistemas convencionais de monocultivo (Apêndice C). O termo Cacau-cabruca é empregado para caracterizar uma forma de plantio de cacauais da região. Esse sistema cabruca é assim definido: “Cacau-Cabruca é um sistema ecológico de cultivo agroflorestal. Baseia-se na substituição de estratos florestais por uma cultura de interesse econômico, implantada no sub-bosque de forma descontínua e circundada por vegetação natural, não prejudicando as relações mesológicas com os sistemas remanescentes” (LOBÃO, 2009: p. 1).

O sistema agroflorestal cultiva simultaneamente, em um mesmo espaço, culturas agrícolas ou animais, juntamente com espécies lenhosas perenes, possibilitando interação ecológica entre as espécies e otimizando a produção agrícola ou agropecuária de forma sustentável. Essa forma de cultivo é muito encontrada na região Sul da Bahia e, tem como vantagem a conservação do bioma Mata Atlântica. Mas, a garantia desse tipo de manejo depende e muito de sua viabilidade econômica.

Esse tipo de manejo agroflorestal no sul da Bahia, denominado cabruca, tem uma contribuição muito eficiente para a conservação da biodiversidade, se estiverem próximas a fragmentos florestais ou unidades de conservação de proteção integral, o que não acontece com plantações extensas de cacau sem a presença desses blocos florestais.

Segundo Araújo, 2007: p.1:

“A grande riqueza de espécies do Sul da Bahia encontra-se ameaçada pelo desmatamento seletivo, caça, tráfico de animais silvestres e pelos riscos de mudança de uso de terra. Um dos principais produtos agrícolas da região, o cacau pode ser identificado como uma atividade econômica com grande potencial para a manutenção e ampliação da conectividade e formação de corredores, uma vez que é cultivado em um sistema agroflorestal denominado cabruca, onde espécies de árvores nativas são mantidas para dar sombra ao cacaueiro (*Theobroma cacao*)”.

Diversos estudos na região cacaueira demonstram a riqueza de sua diversidade, segundo Lobão (2009: p.1), “em Serra Grande, distrito de Uruçuca (BA) foram identificadas 458 espécies lenhosas em apenas um hectare”. O que demonstra a eficiência do sistema cabruca na preservação do bioma Mata Atlântica, além de ser economicamente uma forma de promover a região, sendo fonte de recursos financeiros para agricultores, o que fixou o homem no meio rural. “A soma de todos esses valores compõe um ecossistema único, diferenciado e extremamente diversificado, conhecido como ecossistema cacaueiro, sendo ele, sem sombra de dúvida, a maior riqueza que a Região Cacaueira da Bahia foi capaz de gerar para o mundo” (LOBÃO, 2009).

As funções econômica, social e de segurança alimentar são válidas para as agriculturas. Porém a função de proteção ambiental somente será válida para a agricultura sustentável, isto é, aquela que possui medidas mitigatórias dos impactos ambientais que a agricultura causa ao solo, à água, às plantas e aos animais nativos. Há agriculturas que conservam a diversidade das espécies cultivadas (as que usam muitas variedades de uma mesma planta, em vez de monocultivo). Um exemplo desse tipo diferenciado de agricultura é o cultivo do cacau no sistema cabruca, isto é, um sistema agroflorestal em que o cacau é plantado sob a floresta nativa. Embora exista uma redução do número total de espécies por área, muitas espécies arbóreas são conservadas para gerar a sombra nas plantas do cacau, e servem para manter a fisionomia de uma floresta, permeável à passagem de animais entre os fragmentos de florestas vizinhos. Um cultivo convencional de cacau utiliza apenas uma espécie de árvore para sombrear toda a plantação de cacau ou faz o cultivo a sol pleno não retém a propriedade de conservação da biodiversidade. Valorizar o local, a tradição e os processos de produção de um determinado sistema, dinamiza os espaços rurais, impedindo o seu esvaziamento (WANDERLEY, 2003).

2.5 Caracterização do empreendimento e do local de estudo

2.5.1 Características gerais do empreendimento

Desde 2008, existe uma expectativa em Ilhéus em torno da construção de um complexo intermodal, Porto Público e Porto Privado (*offshore* com atracamento de embarcações a 3 km da praia), localizado na região norte de Ilhéus destinado a escoar diferentes produtos, sendo que será mais expressivo o escoamento de minério de ferro. A construção do Porto Privado será feita pela Bahia Mineração – BAMIN, e o minério será transportado da mina de Caetité, pela Ferrovia de Integração Oeste-Leste a ser construída pelo governo federal. Esta é uma obra do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) em parceria com o Governo Estadual e tem como objetivo governamental tornar a região mais competitiva diante do mercado nacional e internacional. Esse Complexo integra também uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) e o Gasoduto Sudeste-Nordeste (Gasene, da Petrobrás). No projeto, consta que o número de empregos diretos durante a construção do porto será em torno de 2000, reduzindo para cerca de 1500 para o seu futuro funcionamento.

Para implantação do Porto Privado da empresa Bahia Mineração, será consumido um montante de US\$2,5 bilhões em obras e equipamentos. A Fundação Carlos Alberto Vanzolini, estimou numa visão positiva, que o empreendimento teria uma receita R\$7,5 bilhões por ano, gerando uma receita bruta de R\$225 bilhões em 30 anos e um resultado de R\$3,5 bilhões por ano (AAE, 2009). É importante considerar também que o empreendimento prevê um horizonte de 30 anos, e quando se trata da biodiversidade, o horizonte de tempo é bem superior.

Trata-se de um empreendimento intermodal porque irá concentrar aeroporto, porto, ferrovia e rodovia. Este projeto foi apresentado pelo Governo Federal em nove de abril de 2008. O objetivo da malha ferroviária é ligar o Mato Grosso, Goiás, Tocantins e Distrito Federal com o litoral baiano em Ilhéus. Entende-se que com este porto, a precariedade portuária nos portos de Aratu, Ilhéus e Salvador, serão minimizadas. A mina de ferro de Caetité irá exigir uma logística mais moderna para escoar sua produção de minério e poderá ainda comportar cargas de outros portos do Sudeste que tem sua capacidade esgotada, a exemplo do Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo (Netmarinha.com.br, 2011).

Ainda dentro dessa estrutura, o projeto terá a construção da Ferrovia Oeste-Leste (2,7 mil quilômetros) que alcançará também regiões do Estado da Bahia com maior potencial exportador (metropolitana, Sul e Oeste). Prevê-se que com o modal ferroviário, interligando essas regiões, será estabelecido uma nova via de comércio exterior, agregado a polos industriais, comerciais e de serviços. A partir de então, o Centro-Oeste do Brasil, começará a usufruir de novas perspectivas de desenvolvimento, visto que o projeto contempla formas logísticas (modal ferroviário) que são menos onerosas para o escoamento das mercadorias ali produzidas (Netmarinha.com.br, 2011).

Toda a área envolvida no projeto intermodal obteve os recursos provenientes do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC). Através de parceria público-privada (PPP), será obtido o restante dos recursos necessários. O decreto autorizando a exploração da iniciativa privada foi assinado no dia 28 de outubro de 2008, pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, na residência oficial do governador da Bahia, Jacques Wagner, no Palácio de Ondina. Os contratos serão de 25 anos, podendo ser prorrogado por mais 25 anos. Para o Estado da Bahia, esse investimento significa a redução de custos nos transporte de insumos, aumentando assim a competitividade na região de influência do projeto, o qual irá dinamizar a economia regional, alavancado os novos empreendimentos e polos industriais, gerando empregos diretos e indiretos (Netmarinha.com.br, 2011).

As instalações estarão localizadas em Aritaguá, no norte de Ilhéus, e serão compostas de Porto Público e Terminal de Uso Privativo (TUP), compartilhado com o poder público e Zona de Apoio Logístico (ZAL).

Uma provável consequência negativa da implantação do Porto Sul consiste na destruição do patrimônio natural e atração de pessoas de outras localidades em busca de emprego, podendo gerar bolsões de miséria próximos a Ilhéus. O emprego será maior na sua fase de implantação, o que não exigirá mão de obra qualificada, acarretando desemprego após as construções. O emprego permanente será preenchido por mão de obra especializada, geralmente trazida de fora da região. Como é comum nesses tipos de empreendimentos, pode haver aumento da prostituição, da marginalização e de doenças (AAE, 2009).

2.5.2 Caracterização do local de implantação do Porto Sul

Após muito conflito em relação à localização do Porto dentro da APA Lagoa Encantada, foi escolhido novo sítio no dia 11 de abril de 2011, pelo Decreto 12.724, desapropriando 4,83 mil hectares para implantação do Complexo Intermodal (Figura 1). A nova área escolhida fica em Aritaguá, em Ilhéus, no Sul da Bahia. Em 26 de novembro de 2011, publicou novo decreto com redução da área para 2.268 hectares, retirando algumas localidades de dentro da Poligonal, porém muito próximas do empreendimento, como o Assentamento Bom Gosto. Este assentamento existe no local há 11 anos, possui 40 famílias registradas pelo INCRA e 30 ainda sem registro (informação dada por um assentado, representante do Assentamento). A agricultura familiar é a atividade desenvolvida por eles, sendo que aproximadamente 60% deles vivem do trabalho na roça, plantando quiabo, banana, cacau, cajá, jenipapo (RIMA, 2011, p. 45). Em entrevista para o presente trabalho, um morador do assentamento manifestou preocupação com a instalação do Porto, porque o assentamento é área contígua com esse empreendimento. Dessa forma, a produção da roça não teria no futuro aceitação no mercado, uma vez que terão o viés de serem produzidas próximas às instalações que incluem manipulação de minério e, conseqüentemente, contaminantes típicos desse produto. Nessa região, o sistema agroflorestal cabruca é predominante, atualmente considerado um sistema de cultivo sustentável do cacau, que contribui para a preservação ambiental da Mata Atlântica, e importante para a manutenção e crescimento da economia local e sobrevivência da população do meio rural.

Essa nova área destinada às instalações do porto insere-se em um “eixo de elevado investimento turístico (implantado e previsto)” (RIMA, 2011, p. 45), fazendo parte de uma área considerada prioritária para a conservação ambiental. No entanto, trata-se de uma área com menor diversidade biológica e riqueza de espécies, quando comparadas com a área anterior, na APA Lagoa Encantada.

Com a construção, a rica paisagem atualmente encontrada no sítio de implantação do complexo intermodal, poderá ficar bem diferente ao considerar o cenário construído com base em outras experiências de empreendimentos similares (Figura 2). Muitos atores temem que, em vez de uma floresta típica, o local de implantação passe a um cenário bastante distinto, típico de um depósito de minério.



Figura 1. Local previsto para implantação do Porto Sul. A, áreas propostas em Ponta da Tulha (em uma primeira decisão governamental) e Aritaguá (novo local definido pelo governo para atender parte das exigências legais), entre os municípios de Ilhéus e Itacaré. B, detalhe do distrito de Aritaguá. Fonte: modificado de Hydros (imagem Google, 2008) de Aritaguá e www.açaoilheus.com.br.

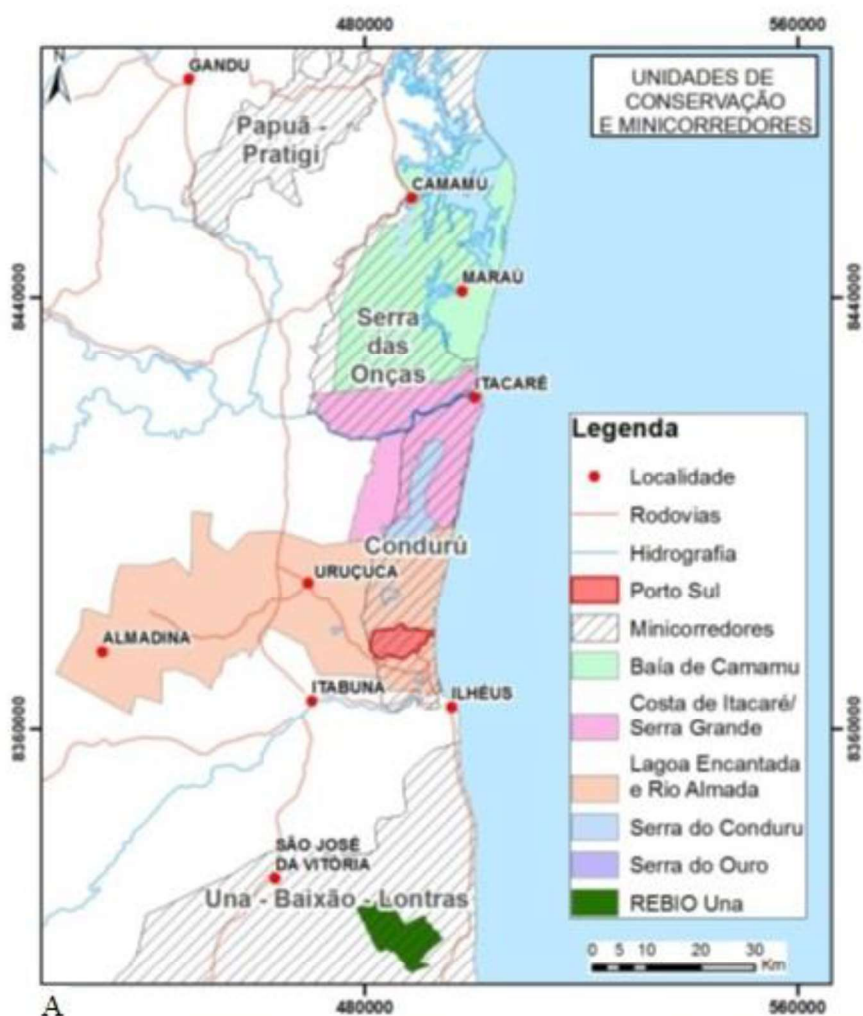


Figura 2. Uso atual no entorno do local de implantação do porto sul. A, mapa das unidades de Conservação e micro corredores (RIMA, 2011, página 40). B, Detalhe de floresta Atlântica (primeiro plano), com vista panorâmica da lagoa encantada (segundo plano) (<http://acaoilheus.org/galeria/category/8/asInline?limit=1&start=30>). C, Detalhe da parte inferior do Rio Almada. Foto: José Nazal. Disponível em <http://www.esperancaconduru.org/v1/2012/12/03/ministerios-publico-federal-e-estadual-pedem-cancelamento-da-licenca-previa-do-porto-sul/>

2.6 Histórico dos acontecimentos sobre o projeto Porto Sul

O primeiro ano em que se tornou pública a inclusão do Complexo Intermodal no PAC, 02/03/2007 a 24/03/2008, foi marcado pelo início do debate entre o Governo Estadual e algumas organizações de empreendedores locais, basicamente divergindo quanto ao local de implantação do Porto. De um lado, o governo apoiou-se na parceria com a iniciativa privada para viabilizar a exploração do minério de Caetité, ao passo que as organizações locais sentiram que iniciativas do turismo estariam ameaçadas nesse novo contexto.

No segundo ano, o governo estadual passa a tratar o tema no âmbito do executivo local (Prefeitura). Diversos marcos legais regulamentadores ocorreram no sentido de viabilizar pendências em relação à implantação do porto, que passam a ser a tônica do debate.

No terceiro ano, devido a grande mobilização local, o governo transfere a área do Porto para Aritaguá, mesmo não sendo considerado como uma alternativa locacional para os ambientalistas e críticos do Porto Sul. A estratégia do governo funcionou no sentido de conseguir a licença do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) para construção do Porto Sul, uma vez que o empreendimento não estaria dentro da APA Lagoa Encantada. No entanto, ainda prejudicando a paisagem e inserindo-se no entorno de áreas de conservação.

Em um fórum de discussão promovido pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) com pessoas do governo, o Prof. José Adolfo apresentou o histórico do Porto Sul, mostrando que em 13 de fevereiro de 2008 o Governador afirmou que a área seria definida após estudos e no dia 19 de fevereiro de 2008 ele assina o Decreto Estadual 10.917, desapropriando 17.713.175,48 m² para construção do porto, inicialmente, planejado para ser dentro da APA Lagoa Encantada (<http://flip.egba.ba.gov.br/reader/default.asp?ed=147>). Este fato deixou os ambientalistas, críticos e atores afetados, desconfiados do real interesse do governo, uma vez que em seis dias não teria como fazer um estudo para definir a instalação de um empreendimento como o Porto Sul. De fato, após esse decreto, grupos ambientalistas e alguns atores da sociedade se mobilizaram em defesa do meio ambiente, em razão dos impactos irreversíveis que este empreendimento causaria a biodiversidade, protestando contra a implantação do Porto Sul dentro da APA Lagoa Encantada. A seguir, destacam-se marcos salientes na trajetória do Projeto Porto Sul, desde o seu “nascimento”.

No Início do ano de 2007, firma-se o convênio entre o Governo da Bahia e a BML – Bahia Mineração, para exploração das jazidas de minério de ferro em Caetité. O produto será destinado ao mercado externo (principalmente China) e exportado pelo porto a ser construído em Ilhéus (o transporte até o Porto será por um mineroduto de 400 km).

No dia 18 de maio de 2010, ambientalistas entregaram a Ministra Izabella Teixeira, na sede do Ministério em Brasília um manifesto Pró-Lagoa Encantada. O manifesto é contrário a instalação do Complexo Porto Sul, o qual inclui um porto privado, que irá transportar minério de ferro. Esse manifesto teve a adesão de 98 instituições, disponível em <http://amarnatureza.org.br/site/ongs-entregam-manifesto-a-ministra-do-meio-ambiente-em-defesa-do-sul-da-bahia,55262/>.

Em 23 de abril de 2010, alguns pesquisadores da UESC fazem um estudo do relatório de Estudo de Impacto Ambiental – EIA, apresentada pelo empreendedor e elaborada pela empresa consultora Biodinâmica, no qual questionam várias irregularidades no levantamento e na análise dos dados efetuados por esta empresa.

Em 16 de fevereiro de 2011, na abertura da 17ª Assembleia Legislativa da Bahia, o Governador pediu mobilização pelo Porto Sul e conclamou a Bahia a "comprar a briga pela implantação da ferrovia e do complexo intermodal Porto Sul", por ser este complexo fundamental para o futuro da Bahia: "É preciso que, como em outros momentos, a imprensa baiana e o Legislativo, que combateram a divisão da Bahia, levanten a bandeira do Porto

Sul". O governador afirmou ainda que “forças políticas de outros Estados” não estariam apoiando a construção do complexo Intermodal (Jornal a Região, 2011).

A mudança locacional, da APA Lagoa Encantada para a região de Aritaguá, oficializada pelo governo no dia 12 de abril de 2011, contraria esforços conservacionistas de diversos atores, uma vez que, segundo grupos da sociedade, Aritaguá não representa uma alternativa locacional, uma vez que continuará a produzir impactos negativos ao meio ambiente. Porém, no dia 13 de abril de 2012, foi publicado o Decreto no. 13.918, que reduziu a área de terra para implantação do Porto Sul, de 22.686.830,7686m² para 18.600.000,00m².

Em 29 de outubro de 2011 foi enviado Ofício dos Comitês Bacias do Leste ao IBAMA, solicitando inclusão de documentos no processo de Licenciamento ambiental do Porto Sul e solicitando uma nova audiência pública, para que pudessem realizar um análise dos documentos disponibilizados no site do IBAMA, referente ao relatório EIA.

Uma das grandes críticas pela sociedade civil organizada e por alguns pesquisadores da UESC é quanto à alternativa locacional. Estes pesquisadores enviaram ofício ao IBAMA 11/11/2011, onde questionam a falta de aprofundamento nos estudos quanto às alternativas locais. Em 22/08/2012, a Rede Sul da Bahia Justa e Sustentável, composta por 34 organizações não governamentais enviaram um ofício solicitando reavaliação, por parte do Governo Federal, da instalação do Porto Sul na região de Aritaguá, Ilhéus, BA, por considerar que o empreendimento comprometerá de forma irreversível a biodiversidade da região.

Em 14/11/2012, o IBAMA, concede a Licença Prévia para construção do Porto Sul e, no dia 27 de novembro o Ministério Público Federal em Ilhéus (BA), juntamente com o Ministério Público do Estado da Bahia (MP/BA), ajuizou ação civil pública para suspender licença prévia concedida para implantação Porto Sul pelo IBAMA:

“A fim de dar publicidade às novas informações acrescidas ao EIA original, o MPF requer, no julgamento final da ação, a confirmação da liminar e a suspensão da licença prévia, em virtude da total ausência de conhecimento por parte da população de todos os municípios que integram as áreas diretamente afetadas e as áreas de influência direta e indireta do empreendimento. Requer, ainda, que sejam reconhecidas a nulidade de todas as audiências públicas realizadas, por não terem atendido os princípios objetivos de informar, cientificar e fazer influir na decisão final” (disponível em: http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/mpf-ba-e-mp-ba-propoem-acao-para-que-o-ibama-suspenda-a-licenca-previa-concedida-e-realize-novas-audiencias-publicas-para-o-porto-sul).

2.7 Conclusão e síntese: desconexão entre Porto Sul e alternativas econômicas locais

Neste capítulo, o conhecimento do local de estudo foi organizado a partir de um histórico da região, focando a relação do monocultivo do cacau com a natureza, com o mercado e com forças típicas do poder local. A situação socioeconômica atual da população de Ilhéus em termos de emprego e renda é precária. As tendências atuais na cacauicultura e turismo indicam potencial dessas atividades para desenvolvimento sustentável. No entanto, não há indução governamental significativa nessa direção.

O histórico do Porto Sul revela que este projeto constitui proposta do governo federal e estadual para integração entre grandes regiões, contudo não explicita em que as alternativas locais atuais seriam beneficiadas. Assim, não considera as atividades econômicas locais, visto

que a motivação principal do empreendimento é o escoamento do minério de ferro proveniente de outras regiões.

Neste contexto de potencial de desenvolvimento local, ao mesmo tempo em que ações governamentais são desconectadas desse potencial, a análise sociológica do conflito estabelecido entre essa proposta e o pensamento do desenvolvimento pautado na defesa do lugar precisa ser realizada com base em uma metodologia que considere a visão dos diferentes atores envolvidos. Neste contexto, no próximo capítulo, serão descritas as estratégias de análise multicritério, visando delinear uma metodologia para análise desse conflito.

CAPÍTULO III

ANÁLISE MULTICRITÉRIO E SUA APLICAÇÃO AO ESTUDO DE CASO

3.1 Introdução

Diferentes métodos de estudo são empregados nas análises de conflitos socioambientais. Desta forma, tivemos necessidade de escolher um método que permitisse investigar o conflito social identificado na implantação do Porto Sul. Uma análise da literatura foi realizada para identificar dentre esses métodos aquele que fosse adequado ao presente estudo de caso, como relatado neste capítulo.

Em uma segunda etapa, exatamente com base no método escolhido pela análise da literatura, foram realizadas duas ações de pesquisa: análise institucional e entrevista com atores-chave. As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro semiestruturado. Os resultados das três questões referentes a projetos futuros para o desenvolvimento da região, foram sistematizados e combinados com informações da análise institucional para definir as alternativas de desenvolvimento a serem analisadas neste estudo.

3.2 Fundamentos da aplicação do método multicritério no cenário internacional

3.2.1 Características dos métodos multicritérios e escolha para o presente estudo

Quando um problema é complexo, faz-se necessário a utilização de um método de análise com propriedades adequadas para clarear o processo e melhor fornecer subsídios para tomada de decisão, para que se encontre uma resposta adequada para pergunta científica em questão. Na maioria das vezes, o problema surge quando existem atores insatisfeitos pelas decisões tomadas por outros atores, surgindo daí o conflito em torno de algum objeto que favorece a alguns e desfavorece a outros atores. Para o processo de tomada de decisão, devem-se levar em conta os critérios para avaliação e as alternativas para a solução do problema. Geralmente existem vários fatores a serem analisados no processo de solução do problema em questão. Os métodos multicritérios são modelos que ajudam na estruturação da problemática, visando encontrar o melhor caminho no processo de tomada de decisão dentro das opções disponíveis.

Os empreendimentos que causam danos ambientais vêm sempre acompanhados de conflitos, os quais envolvem vários atores, que por sua vez, cada um tem uma posição, uma ideia do que seria melhor para o investimento, ou seja, cada ator tem um critério próprio para avaliar o empreendimento. Dessa forma, o método multicritério é uma boa alternativa para avaliar empreendimentos de impactos ambientais em um ambiente de opiniões conflitantes. Esse método possibilita gerar conhecimentos que considerem a atividade atual e potencial de turismo dessa região e sejam úteis à tomada de decisões em áreas de proteção ambiental. Para Miranda (2008), “os métodos multicritérios conjugam aspectos objetivos (quantitativos) com subjetivos (qualidade), permitindo estruturar os problemas com um grande número de atributos (critérios de avaliação) que são organizados para apoiar a tomada de decisão”.

Embora existam vários métodos multicritérios de análise, nesta pesquisa não se fará um detalhamento exaustivo de todos os métodos. No entanto, os métodos mais conhecidos

serão mostrados de forma sintética, visando explicar a escolha do método mais adequado ao presente trabalho. Os métodos mais conhecidos são:

- a) Teoria da utilidade multiatributo (*multiple attribute utility function* – MAUT), representa as preferências relativas de um indivíduo em relação a um conjunto, considerando os níveis possíveis que uma alternativa poderá assumir (GOMES, 2011);
- b) Processo de análise hierárquica (*Analytic Hierarchy Process* – AHP), segundo Saaty (1971) apud Aguilar (2006), “é uma técnica que se baseia em escalas de razão e permite a resolução de problemas complexos, caracterizados pela existência de múltiplos cenários, atores e critérios (tangíveis e intangíveis)”;
- c) Tradução da realidade por escolha e eliminação (*ELimination Et Choice Traidusaint la REalite* – ELECTRE 2), que é utilizado para tratar problemas de ordenação a partir de critérios verdadeiros;
- d) ELECTRE 3 é concebido a partir do ELETRE 2, mas aperfeiçoado de forma a lidar com dados incertos e imprecisos;
- e) EVAMIX faz comparações de alternativas para calcular os índices de concordância e discordância, visando chegar a concatenação entre ambos;
- f) REGIME caracteriza-se por avaliar alternativas a partir de um dado número de critérios, acompanhados de seus pesos, segue procedimentos de comparações destas alternativas para se chegar a ordenação final das alternativas;
- g) Martel and Zaras’ caracteriza-se por utilizar a dominância Estocástica, utilizando como critérios as funções de distribuição estatística (FERNANDES, 2009);
- h) Nova abordagem para avaliação e decisão ambiental (Novel Approach to Imprecise Assessment and Decisión Environments – NAIADE) é um método que se baseia em critérios múltiplos, permitindo avaliar o grau de incerteza presente em um processo e os níveis de conflitos entre os diferentes atores (AGUILAR, 2006);
- i) PROMÉTHÉE apresenta as informações de forma ordenada, “a partir do estabelecimento de pesos e preferências sobre critérios pelo tomador de decisão” (ALMEIDA E COSTA, 2002).

Dessa forma, torna-se necessário escolher aquele método que melhor se adéqua ao estudo pretendido nesta pesquisa. A escolha do método é em função do problema a ser analisado. Na análise técnica, observa-se que os métodos que compartilham as maiores semelhanças quanto aos critérios apresentados por Munda (2002) são os ELECTRE 2, ELECTRE 3 e Martel & Zaras Method (Tabela 4). Pela análise multivariada, esses três métodos apresentam mais de 80 % de similaridade entre si, considerando-se o agrupamento a partir das propriedades dos diferentes métodos (Figura 3). Todas as demais técnicas apresentam menos de 70% de semelhanças quanto a essas propriedades (positivas e negativas). As técnicas NAUT e AHP são as mais distintas entre si e em relação a todas as demais técnicas (apenas 30 e 10 % de similaridade com as demais, respectivamente).

Nossa atenção maior recaiu sobre o método NAIADE, o qual, diferentemente de todos os demais é apresentado como o mais favorável em termos de disponibilidade de procedimentos de resolução de conflitos, o que não ocorre em nenhum dos demais métodos. Além disso, na ordenação (classificação ou *ranking*) dos diferentes métodos multicritérios com base na soma das propriedades favoráveis, excetuando-se a característica “atribuição de pesos a critérios”, ele se apresenta em primeiro lugar (Figura 4). Foi retirada a característica peso dentre as utilizadas para fazer essa ordenação uma vez que Munda (2002) recomenda evitar o uso dos pesos, de modo a deixar os dados mais transparentes para os usuários.

Tabela 4. Síntese de propriedades desejáveis em diferentes métodos multicritérios, em que (+) significa mais desejável e (-) significa menos desejável. Métodos: M1 – MAUT, M2 – ELECTRE2, M3 – ELECTRE3, M4 – REGIME (H, N, R, 1983), M5 – REGIME (H,R, 1990), M6 – NAIADE, M7 – AHP, M8 – EVAMIX, M9 – PROMETHEE, M10 – Martel & Zaras Method.

Propriedades	M1	M2	M3	M4	M5	M6	M7	M8	M9	M10
Alternativa eficiente	---	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++
Compensabilidade	---	+++	+++	+++	+	++	-	-	+	+++
Peso como coeficiente importante	---	++	++	+++	-	---	---	---	-	+
Informação quantitativa e qualitativa	+	+	+	+	+++	+++	---	+++	+	+++
Simplicidade, visando transparência	+++	--	---	+++	+	---	--	++	--	---
Explicação da dimensão hierárquica	---	---	---	---	---	---	+++	--	---	---
Formulação de Problema para ordenar alternativas	---	+++	+++	++	++	+++	++	++	+++	+++
Limite de indiferença ou preferência	---	++	++	---	---	++	---	---	+++	++
Procedimento de análise de conflito	---	---	---	---	---	+++	---	---	---	---

Modificado a partir de Munda (2002).

Para Soares (2003) apud Miranda (2008), são seis as etapas de análise do método multicritério:

- 1) Formulação do Problema;
- 2) Determinação de um conjunto de ações potenciais que visem atender ao problema;
- 3) Elaboração de uma família coerente de critérios que permita avaliar o problema;
- 4) Avaliação dos critérios que estão previamente estabelecidos;
- 5) Determinação de pesos dos critérios e limites de discriminação, que traduzam a importância relativa de cada critério;
- 6) Agregação dos critérios através de uma matriz de avaliação, em seguida compará-las estabelecendo um julgamento relativo do valor de cada ação.

O mais importante no método multicritério é que através dele se podem analisar tanto os aspectos objetivos (quantitativos) quanto os subjetivos (qualitativos), os quais podem apoiar a tomada de decisão. Para Munda (2004b: p. 1):

“en la gestión ambiental, las metas de biodiversidad, los objetivos del paisaje, los servicios directos de diferentes entornos como fuentes de recursos y como sumideros de desechos, los significados históricos y culturales que los lugares tienen para las comunidades, las opciones recreativas que proporcionan los entornos, son una fuente de conflicto. Las diferentes dimensiones de valor pueden estar en conflicto entre si y dentro de sí mismas, y cualquier decisión otorgar diferentes opiniones buenas y malas para los diferentes agentes tanto en forma espacial como temporal”.

Considerando o complexo intermodal, os atores envolvidos e as opiniões conflitantes entre eles, o método multicritério apresenta-se como uma ferramenta adequada para tomada de decisões. No presente caso, trata-se de um empreendimento que pode alterar os serviços ambientais de maneira incomensurável. Os atores que estão inseridos no processo são importantes para a definição de caminhos para solução do problema. Neste sentido é necessário o maior número possível de visões e de interesses dos diversos atores no processo de tomada de decisão. Para Gamboa (2003) devem ser considerados três elementos no processo de tomada de decisão: a) ética, a qual considera que todos os atores que serão afetados tem o direito de participar no processo decisório; b) ciência pós-normal considerada como uma forma de enfrentar a complexidade do problema; c) busca de uma solução de compromisso entre os interesses e objetivos de todos os atores envolvidos no processo.

A incomensurabilidade tem em Munda (2002) dois segmentos: primeiro, a incomensurabilidade social representa as múltiplas identidades, em que o processo deve ser realmente participativo, refletindo uma gama de opiniões diversas, sendo que a participação embora necessária não basta em si mesma; segundo, a incomensurabilidade técnica diz respeito a multiplicidade de valores na sociedade, a qual, através de uma análise multicritério as relações multi e interdisciplinares são facilitadas Gamboa (2003).

3.2.2 Fundamentos da avaliação social multicritério

No artigo “*Social Multi-criteria Evaluation (SMCE): Methodological Foundations and Operational Consequences*”, Munda (2002) considera que devido à complexidade do mundo, as análises não podem ser feitas de forma reducionista, mas a partir de muitas dimensões devidamente avaliadas com base em múltiplos critérios. Ao destacar o homem como um ser sensível e que possui propósito reflexivo, são estabelecidas duas condições que afetam as tomadas de decisões: (i) os problemas podem ter consequências de longo prazo, os fatos são

incertos, os valores estão em disputa e os direitos e decisões são urgentes; (ii) não existem descrições equivalentes nem observadores equivalentes e, por isso, as respostas saem diferentes. Quando essas duas condições ocorrem juntas, as tomadas de decisões dependem do conhecimento do que é importante para os diferentes atores sociais e do que é relevante para as entidades reais descritas no modelo.

Para Munda (2002), a ciência pós-normal possibilita trabalhar em dois aspectos da ciência política: incertezas e conflitos de valores (Figura 5). O papel do cientista resulta em compromisso com a sociedade (o que é ideal): “mesmo um cientista que se diz neutro, funciona como advogado de uma visão específica sobre o tema”. O autor trabalha com o conceito de comparabilidade fraca (implica incomensurabilidade) existe um conflito de valor irreduzível quando decidido qual termo comparativo comum poderia ser usado para ranquear (classificar) a tomada de decisão.

Um exemplo que se enquadra no conceito de ciência pós-normal é o desenvolvimento sustentável, o qual implica em harmonização ou realização simultânea de crescimento econômico e consideração ambiental. A SMCE mostrou que a adoção de várias dimensões simultaneamente torna possível alcançar todos os objetivos ao mesmo tempo. Desta forma é preciso procurar soluções “compromissadas”, isto é, o balanço entre valores incomensuráveis e as dimensões. Pelo menos duas soluções compromissadas: a solução de compromisso social (a partir dos conflitos de valores) e a solução de compromisso técnico (a partir dos conflitos de representações não equivalentes das mesmas opções políticas). A opção metodológica para isto é o método NAIADE (Novel Approach to Imprecise Assessment and Decision Environments) para a análise dos conflitos, o qual pode ser integrado aos resultados de multicritérios (MUNDA, 2002).

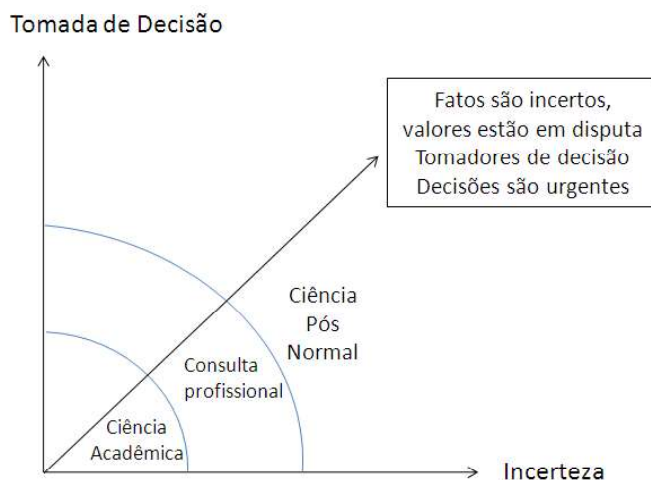


Figura 5. Representação gráfica da Ciência Pós Normal (Munda, 2002).

Munda (2002) trata da incomensurabilidade técnica e multi/inter/disciplinaridade como um exercício em que a política efetiva deveria considerar não apenas as dimensões contrastantes das partes do sistema as quais poderiam ser simuladas (incomensurabilidade técnica); esse exercício deveria também lidar com as dimensões mais altas do sistema. Aquelas dimensões nas quais as relações de poder, os interesses escondidos, a participação social, os contrastes culturais e outros valores “softs” tornam-se relevantes, inevitáveis, os quais afetam levemente os resultados possíveis das estratégias a serem adotadas (incomensurabilidade social).

Deve-se notar que a construção de um modelo descritivo de um sistema real (por exemplo: uma estação de tratamento de água) depende de várias pressuposições: propósito; escala de análise; conjunto de dimensões, objetivos e critérios de avaliação. A estratégia reducionista de construir um modelo descritivo usa apenas um indicador de medida (exemplo: produto interno por pessoa); uma dimensão (por exemplo: a econômica); uma escala de análise (exemplo: a visão da prefeitura); um objetivo (exemplo: maximizar a eficiência econômica); e um horizonte de tempo. Para evitar o reducionismo é necessário levar em conta as dimensões incomensuráveis, usando diferentes linguagens científicas, vindas de representações legítimas diferentes do mesmo sistema. O uso de uma estrutura multicritério é uma ferramenta muito eficiente para implantar uma estratégia multi-inter-disciplinar (MUNDA, 2002).

Munda (2002) ao falar da incomensurabilidade social, a participação social e transparência, afirma que a consulta às comunidades aplica-se quando as autoridades (tomadores de decisão) não podem ver as saídas para os problemas ou sabem que sem uma ampla base de consenso nenhuma política pode ser bem sucedida. As pessoas que são consultadas acessam a qualidade das propostas de políticas, incluindo os componentes científicos e técnicos; eles não apenas verificam como está, mas também participam da criação; como a população local pode imaginar soluções e reformular problemas de maneira que especialistas renomados não poderiam fazê-lo naturalmente.

Munda (2002), ao abordar sobre a SMCE, comparando-o a outros modelos participativos, argumenta que a gerência de um processo político envolve muitos níveis e tipos de decisões e requer a construção de um processo de diálogo entre muitos líderes (stackholders), individuais e coletivos, formal e informal, local e não-local. De fato o SMCE reconhece esses critérios e estabelece que o processo multicritério seja participativo e transparente. Entretanto, não é suficiente atender a esses dois critérios, sugerindo-se como exemplo de sequência de aplicação de diversos instrumentos metodológicos de pesquisa, os quais podem ser utilizados em diferentes métodos de análise sociológica (para evitar a estratégia tecnocrática):

1. **Análise institucional:** documentos históricos, administrativos e leis, fornecem um mapa dos atores sociais relevantes e, em muitos casos, alguns desses documentos tratam exaustivamente o problema do conflito ou mesmo podem incorporar participação anterior dos atores principais, permitindo-se ao pesquisador delinear com clareza as demais etapas da sequência de pesquisa.
2. **Observação participante:** ao se envolver profundamente no problema, o pesquisador pode presenciar momentos de tomadas de decisões dos responsáveis por ações inerentes ao problema que está sendo pesquisado.
3. **Entrevistas aprofundadas:** realizar as entrevistas com atores-chave locais com a finalidade de checar viés (erro) na perspectiva interna;
4. **Aplicação de questionário:** aplicado numa amostra aleatória da população residente, utilizando-se de questões que possam esclarecer pontos de conflitos, validade de visões isoladas de algum ator etc.

Com base nesse tipo de pesquisa, que inclui os passos descritos anteriormente, são apontadas algumas lições aprendidas em aplicações do SMCE, a saber:

1. As decisões com base na relação entre tomador de decisão e analista, que estão inseridos em um esquema social, é de crucial importância para os casos da política pública.
2. A combinação de vários métodos participativos torna-se melhor quando integrado com a estrutura de análise por multicritérios.
3. Avaliação cíclica permite incorporação do aprendizado do time de cientistas no caso estudado. Diferentes ferramentas participativas e de interação devem ser usadas.

4. Análise institucional é um passo essencial para identificar líderes “stakeholders” para o processo participativo.
5. A equipe científica não pode simplesmente aceitar acriticamente os “inputs” de um processo participativo, desde que:
 - a) Em um grupo focal, líderes poderosos podem influenciar profundamente todos os outros integrantes do segmento que ele representa;
 - b) Alguns líderes podem desejar ou não ser habilitados para participar, mas eticamente a equipe científica não poderá ignorá-los;
 - c) A noção de líderes apenas reconhece grupos organizados (essa é a razão pela qual se prefere o termo ator social);
 - d) Os grupos focais nunca se encontraram para ser uma amostra representativa da população porque não proporcionam meios de concluir sobre as preferências sociais.

Em síntese, Munda (2002) demonstra que:

- A transparência é essencial para garantir a qualidade de um estudo;
- Os métodos multicritérios são os melhores porque são inter/multidisciplinar (com respeito à equipe de pesquisadores), participativo (com respeito à comunidade local), e transparente (critério é apresentado na forma original, sem caricaturá-lo em dinheiro, valor, energia...);
- Os princípios éticos devem guiar os cientistas e políticos;
- Os dados da pesquisa. devem retornar para a comunidade para uso como subsídio às deliberações democráticas da comunidade.

Como essência do processo de avaliação social com base em multicritérios (SMCE), Munda (2002) afirma que:

- Ciência para política implica na responsabilidade dos cientistas com a sociedade e não apenas com um tomador de decisão. Para enfatizar esse princípio, podemos acrescentar: ainda que o tomador de decisão tenha encomendado a pesquisa.
- Participação pública é necessária, mas não suficiente, serve para conhecer o problema (não para simplesmente receber dados acriticamente no processo avaliativo). Pode-se acrescentar, não é referendo popular de ideias!
- Julgamentos éticos são componentes inevitáveis em um exercício avaliativo, necessário haver transparência.
- Os métodos de agrupamento matemático são importantes para assumir ou obter a consistência das informações e pressuposições utilizadas.

Munda (2002) aborda a incomensurabilidade social e a ética quanto aos pesos na SMCE: a atribuição de pesos justifica historicidade (exemplo: a questão ambiental hoje é importante, mas não era importante há 30 anos), embora em geral faça as análises sem diferenciar pesos dos critérios. Se para cada dimensão há o mesmo número de critérios, então é normal dar o mesmo peso por critério. Deve-se considerar os seguintes aspectos éticos para atribuir pesos diferentes:

1. Democracia política: maior peso para a maioria da população;
2. Democracia econômica: votos dos agentes econômicos [problemas: (a) há bens sem valor de mercado; (b) disposição a pagar depende da habilidade para pagar];
3. Sustentabilidade (significa igualdade de consideração para as dimensões econômica, social e ambiental);
4. Precaução (incertezas mais irreversibilidade requerem prudência).

Os pesos para os critérios, quando houver, devem vir de posição ética e não de técnicas participativas ou de preferências do tomador de decisões e devem sempre que possível resultar em igualdade de pesos entre as dimensões. O SMCE é uma boa estratégia

quando promove a multi/interdisciplinas (multiprofissionais); é participativo; é transparente (ética e responsável); é consistente.

3.2.3 O Método NIAIDE, um processo de avaliação para tomada de decisão

O método NIAIDE (do inglês Novel Approach to Imprecise Assessment and Decision Environments) foi desenvolvido por Munda (1995), e apresenta como uma de suas grandes vantagens a análise de conflitos de forma integrada com os vários critérios. Através desse método, pode-se obter as seguintes informações: ranking de alternativas visando a solução de compromisso; possibilidade de convergência de interesses dos vários grupos e a classificação das alternativas de acordo com as preferências e anseios dos atores. O Método NIAIDE pode avaliar ao mesmo tempo duas matrizes: multicritério e de equidade. A primeira pode incluir, para caracterizar uma alternativa, medidas estocásticas, deterministas ou difusas, é um modelo adequado para a economia ecológica, uma vez que considera em suas análises diversas variáveis (TOBÓN, 2001). Adicionalmente, o método NIAIDE não possui o critério de pesos como coeficiente importante, o que o torna adequado ao ASMC.

O Método NIAIDE considera critérios múltiplos, levando em conta diferentes critérios e incertezas, que estão no processo de tomada de decisão. Através da técnica de comparação biunívoca, realiza a classificação (um “ranking”) de várias alternativas e dispensa a prévia elaboração de critérios. Os valores utilizados no desenvolvimento das alternativas seguem critérios que podem ser números exatos, estocásticos, difusos ou expressões linguísticas. Permite através de uma matriz de impacto a avaliação de várias alternativas e dentro de um conjunto de critérios, que se baseia em um algoritmo de comparação utilizando a matriz de impactos que são os critérios *versus* as alternativas; comparações biunívocas, utilizando relações de preferência, a agregação de todos os critérios e o ranking das alternativas (AGUILAR, 2006).

O método NIAIDE possibilita ainda a avaliação de conflitos entre os diversos atores com uma matriz de equidade, que consiste na análise linguística de cada grupo envolvido no conflito. A partir dessa matriz, calcula-se outra matriz que se denomina matriz de similaridade entre os grupos a qual possibilita detectar o foco e o nível de conflito que envolve o grupo. Os valores atribuídos a cada critério é que possibilitarão construir a matriz de impactos, estes valores podem ser expressos em moeda ou definições quantitativas influenciadas por diferentes níveis de incerteza, que podem ser do tipo estocástico ou de matemática difusa (MUNDA, 1995).

Pelo método NIAIDE, pode-se obter as seguintes informações (MUNDA, 2002):

- Ordenação das alternativas de acordo com o conjunto de critérios de valores (compromisso técnico);
- Indicação das distâncias de posições de vários grupos de interesses (possibilidades de convergência de interesses ou formação de coalizões);
- Ordenação das alternativas de acordo com os impactos ou preferências dos atores (solução de compromisso social).

3.2.4 Experiências de aplicação da avaliação social multicritério

A avaliação social multicritério (ASMC) foi utilizada para a tomada de decisão sobre a implantação da maior indústria de alumínio do mundo, localizada no Chile. Nesse caso, foram estabelecidos três cenários distintos, sendo dois dados contrastantes entre si e o terceiro um misto dos dois anteriores. O método mostrou-se útil para ajudar os tomadores de decisão a

procurar por uma solução comprometida com os interesses contrastantes, de modo a reduzir conflitos, bem como preservar a diversidade ecológica, socioeconômica e cultural (GAMBOA, 2006).

A ASMC foi utilizada em um conflito sobre eletrificação rural no município Tagamanent, que se situa em Montseny, Espanha. Neste município encontra-se um dos mais importantes parques naturais da Catalunha. A ASMC serviu como suporte para os formadores de políticas públicas tomarem decisões na difusão de energias renováveis para um número maior de comunidades rurais e para a compreensão sobre o uso da energia solar como adequada para propriedades rurais isoladas. Neste estudo, foram adotadas três fases de pesquisa: (i) análise institucional, com identificação de atores sociais relevantes; (ii) agrupamento de focos e entrevista em profundidade, com isolamento dos valores e preferências de atores, opções de políticas e critérios de avaliação, construção da matriz de impactos equitativos e dos procedimentos matemáticos; (iii) aplicação do questionário a uma amostra representativa da população. Embora esse estudo tenha sido iniciado para resolver o problema de eletrificação, ao final foram detectados outros problemas e propostas de solução advindas da melhor compreensão sobre a região a partir da percepção social e fundamentada na participação (MUNDA e RUSSI, 2005).

Moreno (2006) fez um estudo de caso envolvendo duas comunidades indígenas em Oaxaca, México. Nesse trabalho, objetivou-se mostrar o conjunto de valores que envolvem as comunidades campestres, no manejo do milho (maíz), para o qual utilizou uma análise multicritério no sentido de estabelecer programas de preservação do milho. Esta investigação abordou o problema da valoração do milho, utilizando sistemas complexos, integrando no processo três escalas: a unidade campestre e sua estratégia de reprodução, o sistema de cultivo de milho e a diversidade do milho. Ele fez em cada uma das regiões estudadas entrevistas com atores-chaves, o qual possibilitou encontrar quatro grupos de valores a respeito da diversidade do milho: ambiental, social, econômico e cultural. No seguinte passo aplicou o questionário tendo como base os valores identificados na etapa anterior. Depois dessas duas etapas, processaram as informações buscando três objetivos específicos: verificar se as dimensões de valor estão influenciando no manejo do milho, se estavam influenciando de que maneira, positiva ou negativa e com que intensidade. O resultado foi que os valores culturais e ambientais são os que suportam o manejo, e que os valores econômicos e sociais tendem a desestimular a conservação desta diversidade.

Sanz (2001) procurou com sua dissertação de mestrado, contribuir com o processo de tomada de decisão de forma transparente em um estudo de caso em que se avaliaram diferentes alternativas socioeconômicas, de maneira participativa, na área de amortecimento do Parque de Aiguestortes y Estany de San Maurici em Los Pirineos. Para tanto se utilizou a análise multiescalar e multicritério propostas por Giuseppe Munda e Mario Giampietro. A principal conclusão foi que o conjunto de métodos e ferramentas de investigação estavam influenciados pelos fatores contextuais: “uniformidade cultural, apoio das instituições de governança e a complexidade ambiental tratado de maneira simples no estudo de caso”.

Sanz (2006), em sua tese de doutorado “A multifuncionalidade dos sistemas locais de alimentação nos Andes Peruanos: *Los Chalayplasa del Vale de Lares* (cusco). Na avaliação multicritério dos Chalayplasas (lugares onde há troca de alimentos) a ciência Pós-Normal e a Cosmologia Andina foram utilizadas, seguindo os princípios da participação local e da incomensurabilidade dos valores para o papel dos chalayplasa como um sistema de alimentação local. As seguintes etapas foram realizadas: análise institucional, caracterização sócio ecológica do agroecossistema, análise multiescalar, e avaliação de quatro elementos locais relevantes para o sistema de alimentação. Os quatro elementos avaliados foram: i) acesso a segurança alimentar; ii) a conservação da biodiversidade agrícola; iii) a manutenção das funções agro ecossistêmicas; e iv) o controle da obtenção e produção de alimentos a nível

local. Ademais, foi feita a observação participante nas práticas agrícolas dos Chalayplasa, registros audiovisuais, matriz multicritério de avaliação da biodiversidade agrícola; maquetes tridimensionais e mapas participativos.

Os resultados da investigação de Sanz (2006) indicam que o mercado monetário em geral, bem como as intervenções em assistência alimentícia por parte de instituições estatais, adota um papel subordinado e parcial nos sistemas locais. Os resultados sugerem que as feiras de trocas de produtos alimentícios funcionem como complementar às demais formas e funcionem como amortizadores de pressões sobre sistemas de alimentação.

Tobón (2001) utilizou o método de avaliação multicritério como aporte na construção de um valor econômico total para os *Bosques de Piedras Blancas*. Nessa construção de valor, ele abordou a economia ambiental e a economia ecológica como métodos utilizados na valoração dos recursos naturais, mas com princípios diferentes. Enquanto na economia ambiental recorre-se à medição determinista do recurso ambiental, na economia ecológica defende a incomensurabilidade dos recursos que compõem a biodiversidade, buscando de forma participativa, criar modelos de avaliação desses recursos. Em Piedras Blancas a decisão de conservação está nas mãos de vários atores-chave. No referido trabalho o autor desenvolveu uma avaliação multicritério composta por análise institucional e pela aplicação do método de Agregação NAIADE, “tanto para matriz multicritério (alternativas potenciais de manejo *versus* critérios de avaliação)” quanto para a “matriz de equidade (atores chaves *versus* alternativas potenciais de manejo)”. Com a análise multicritério foi possível definir soluções de compromisso para o problema, utilizando diferentes critérios de avaliação: ecológicos, econômicos, sociais e culturais, transformando-se depois em função de valor econômico total.

A ASMC foi utilizada para analisar os impactos sociais, econômicos e ambientais da implantação da Refinaria de Petróleo Abreu e Lima, no município de Suape, no Estado de Pernambuco. Para o referido estudo houve uma adaptação do modelo proposto por Munda, por não se referir às opções locacionais, e sim diz respeito somente à implantação ou não do empreendimento, levando em consideração as medidas mitigatórias e compensatórias para as externalidades negativas. O método utilizado foi a análise institucional, através de consultas a documentos, notícias de jornal e a análise da Agenda 21 dos municípios envolvidos diretamente no empreendimento, e Agenda 21 do Estado, de forma indireta, realizando uma análise estritamente qualitativa. O autor realizou este trabalho em três etapas: I, levantamento do problema, identificação dos atores e construção de alternativas; II, elaboração dos critérios de avaliação das medidas mitigatórias, compensatórias e maximizadoras, através da análise multicritério, tomando como base primeiramente o EIA, com destaque para os aspectos locais, e complementou-se a análise levantando-se os anseios da população através da agenda 21; III, identificação de preferências e indiferenças para cada um dos critérios (MELO et al., 2010).

Deve-se ressaltar que, na literatura sobre os estudos de impactos ambientais, tem-se utilizado de métodos multicritérios como uma importante ferramenta na análise de impactos econômicos e ambientais, buscando solução para problemas reais, a exemplo dos trabalhos realizados por Gamboa (2006) e Munda (2004a), dentre outros, que usaram o Método de Avaliação Social Multicritério. Inspirando-se nessas experiências de aplicação do Método de Avaliação Social Multicritério, este método foi adotado a presente pesquisa sobre o Porto Sul.

3.3 Análise institucional e estruturação de cenários no caso do Porto Sul

3.3.1 Identificação de atores sociais envolvidos no conflito

Para a seleção dos atores sociais que foram entrevistados, realizou-se uma recompilação dos acontecimentos em torno do conflito de interesses em relação à implantação do Complexo Intermodal.

Para evitar a abordagem tecnocrática, recomenda-se que diferentes instrumentos de análise sociológica sejam adotados (MUNDA, 2002). Dentre esses instrumentos, os mais utilizados têm sido a análise institucional, entrevistas com atores-chave locais e questionários a amostras aleatórias. No presente trabalho, optamos por adotar uma sequência de duas etapas: análise institucional e realização de entrevistas. Na análise institucional, o objeto de estudo foi caracterizado, possibilitando compreender o processo histórico em que se desenvolveu o projeto do Porto Sul, identificar os atores-chave e conhecer particularidades do conflito estabelecido. Na segunda etapa, as entrevistas foram realizadas com os atores identificados, utilizando-se uma estratégia de entrevista semiestruturada.

Neste trabalho, não foi adotada a aplicação dos questionários a amostra aleatória, porque almejamos ter um contato maior com os atores sociais e obter informações essencialmente qualitativas. De fato, Gamboa (2003: p. 11) afirma que é muito difícil construir um conhecimento politicamente relevante através de questionários codificados, “que si bien nos darán datos estadísticamente representativos, no serán lo que la gente piensa sino lo que la población no ha tenido tiempo de pensar”.

As entrevistas em profundidade foram realizadas com atores-chaves, escolhidos a partir da análise institucional: ONGs, representantes comunitários, poder público, do comércio. Dentre as 30 entrevistas realizadas, houve participação de um total de 29 atores entrevistados individualmente e um grupo de discussão com 17 representantes de sindicatos e líder comunitário (oito representações).

Uma das primeiras constatações foi a identificação de dois grupos, a nível local, com posições muito bem definidas em relação do Projeto Porto Sul: um grupo a favor, os quais faziam-se presentes nas audiências públicas com faixas, bem como em blogues disponíveis na internet: “Por Sul sim”, e outro grupo contrário: “Porto Sul Não”, também presentes na mesma forma do grupo anterior, com faixas e blogues disponíveis na internet. A nível nacional 98 instituições assinaram o “Manifesto por um Sul da Bahia sustentável”, como: Associação brasileira de Economia Ecológica – ECO ECO, Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Conservação Internacional – Mata Atlântica, FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, Fundação Biodiversitas, Fundação SOS Mata Atlântica, Gambá – Grupo Ambientalista da Bahia, Greenpeace, Surfrider Foundation – Rio de Janeiro, SV Planet, WWF-Brasil, entre outros.

Nessa abordagem direta aos diversos atores sociais, foi possível perceber as necessidades e expectativas em relação ao empreendimento. O que permitiu construir os possíveis cenários com e sem o Porto. Assim, as necessidades e expectativas dos diversos atores sociais foram sintetizadas e compiladas de forma multicriterial, permitindo uma análise que possibilite vislumbrar o que os atores sociais definem como melhor lhes convém para a região.

Com a informação sintetizada em uma matriz multicritério, foi possível visualizar possíveis impactos nos cenários com e sem o porto, tendo como parâmetros os critérios econômicos, sociais e ambientais. O modelo NAIADE permitiu uma análise qualitativa e quantitativa de informações dos critérios abordados.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas (Apêndice B) com representantes de diversas organizações (sociais, econômicas e políticas), com o fim de obter a percepção e o

nível de informação desses atores sobre a implantação do porto e os possíveis efeitos deste nas dimensões sociais, econômicas e ambientais e quais as alternativas que estes veem para a região no futuro, considerando o cenário “com o Porto Sul” e “sem o Porto Sul”.

3.3.2 Principais documentos e indicação dos cenários *a priori*

Um dos instrumentos utilizados nesta pesquisa, para a análise institucional, foi o plano diretor municipal participativo (PDMP), o qual registra as prioridades demonstradas por ocasião de sua elaboração em 2006. Complementarmente ao PDMP, essa etapa da pesquisa incluiu análise de fontes como jornais informativos, sites e todas as informações disponíveis sobre a implantação do Porto Sul. Uma das etapas consistiu no levantamento do problema, ou seja, o conflito sobre a instalação do Porto Sul em Ilhéus. Dois importantes documentos também foram visitados nesta etapa da pesquisa: o relatório de Estudo de Impactos Ambientais e o Relatório de Impacto do Meio Ambiente (EIA/RIMA) do empreendimento misto empresa-governo e a avaliação ambiental estratégica (AAE). A análise desses documentos possibilitou uma melhor caracterização do objeto de estudo, conhecimento do contexto ambiental, econômico e sócio-político do objeto de análise, e uma melhor compreensão do conflito de interesses dos diversos atores sociais a respeito das alternativas de instalação do Porto Sul.

As dimensões econômica, sociocultural e ambiental foram analisadas. Em cada dimensão, foram definidos quatro critérios de avaliação após a organização e agregação dos dados. A matriz multicritério (elaborada com base nesses critérios) possibilitou evidenciar as alternativas e, a partir de então, identificar a visão dos entrevistados diante da implantação do Complexo Intermodal.

As informações compiladas e estruturadas foram formatadas em uma matriz multicritério de modo a permitir uma melhor visualização dos possíveis impactos, com base nas dimensões sociais, econômicas e ambientais, os quais foram analisados pelo programa computacional NIADE, uma implantação de Método de Análise Multicritério Social. Porque o método escolhido foi o Método de Análise Multicritério Social? Após uma revisão bibliográfica sobre o tema, verificou que esse é o melhor método para avaliar situações reais, em que envolve incerteza e busca decompor um sistema complexo.

Para o desenho dos cenários e a definição dos critérios de avaliação, partiu-se do conhecimento da história da região, seu projeto de futuro até os dias atuais. Por isso, utilizou-se o PDMP de Ilhéus, o qual foi elaborado de maneira participativa e que delineia o que a população desejava para a região em 2006, ano em que foi elaborado. Esta recapitulação dos desejos e anseios da população desemboca em um cenário, o qual será complementado com análise do conflito gerado com a possibilidade de implantação do Porto Sul, possibilitando desenhar um segundo cenário para a pesquisa. O segundo cenário refere-se à implantação do Porto Sul, seus efeitos sobre os meios econômico, social, cultural e ambiental. Adicionalmente, foram considerados os instrumentos formais inerentes à implantação de empreendimentos com grandes repercussões econômicas, sociais e ambientais, conforme previsto no próprio PDMP. Como é inerente ao método de avaliação multicritério, outros cenários podem surgir na etapa de entrevistas em profundidade.

O Cenário 1 (C1) é desenhado a partir do EIA/RIMA relativo à proposta de instalação do Porto Sul, o que deixaria a região com um perfil mais industrializado. O que fez com que muitos setores que serão afetados pelo Porto Sul, sociedade civil, pescadores, turismo, se manifestassem contrários a sua instalação.

A base para o desenvolvimento do Cenário 2 (C2) foi o Plano Diretor Municipal Participativo (PDMP) da região de Ilhéus, no qual menciona as estratégias e atividades que

impulsionariam o desenvolvimento econômico da região. As principais atividades apontadas no PDMP como propulsoras desse desenvolvimento incluem: promoção do turismo sustentável; atração de investimentos para setor produtivo, comercial, científico e tecnológico.

Com base no PDMP de 2006, no contexto das ações preparatórias para aprovar e implantar o complexo intermodal, optou-se pela comparação de dois possíveis cenários, a fim de evidenciar os possíveis riscos que a região de Ilhéus poderá enfrentar com a implantação do Porto Sul, os quais servirão como a base dos distintos critérios a serem valorados mais adiante. No entanto, a análise dos dados das entrevistas validou os cenários alternativos e, neste caso, eles poderão indicar a necessidade de adotar múltiplas alternativas na análise multicriterial.

3.3.3 Visão dos atores pelo instrumento PDMP

Segundo o Estatuto das Cidades, 2001, o Plano Diretor é um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, visando a proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. O Plano Diretor é elaborado com a participação da sociedade civil, visando orientar políticas voltadas para o desenvolvimento, de forma sustentável, bem como o ordenamento territorial urbano do município. O Plano Diretor do município é elaborado de forma participativa e visa a construção de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, onde se estrutura as prioridades locais por meio de projetos e ações de curto, médio e longo prazos, e tem como desafio o planejamento seja feito de forma compartilhada, voltadas para uma visão de futuro entre os diferentes atores envolvidos. Este planejamento estratégico participativo deve orientar a elaboração de políticas públicas sustentáveis, encontrando harmonia entre o desenvolvimento econômico, a justiça social e o equilíbrio ambiental.

Por ocasião da elaboração do PDMP, as políticas voltadas para o desenvolvimento socioeconômico sustentável da região, considerando os critérios econômicos, sociais e ambientais, são pautadas na conservação dos recursos naturais, na cultura, na aptidão da população como fatores que devem ser respeitados e seguidos para alcançar esse desenvolvimento, tendo como princípio para alcançá-lo “a ampliação e o fortalecimento das atividades econômicas desenvolvidas no município, incrementando as oportunidades de trabalho e renda para a população local” (PDMP, 2006):

“Art. 12: A Política Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável tem como princípio sintonizar o desenvolvimento industrial, comercial e de serviços com o desenvolvimento social, cultural e tecnológico, a proteção ao meio ambiente, a configuração do espaço urbano pautado pelo interesse público e a busca da redução das desigualdades sociais presentes no Município.”

No PDMP, capítulo referente ao Desenvolvimento Urbano e Ambiental, define-se:

I - sustentabilidade ambiental, que implica conservação e utilização sustentável dos recursos naturais para o usufruto das gerações presentes e futuras;

II – sustentabilidade ao Patrimônio Natural, Histórico, Arquitetônico, Cultural, Artístico, Cênico, Paisagístico e Arqueológico, para o usufruto das gerações presentes e futuras;

III - responsabilidade do cidadão na conservação ambiental, que compreende a obrigação de reparar os danos causados ao meio ambiente;

IV - consideração da transversalidade da questão ambiental na formulação e implementação das políticas públicas, bem como nas ações dos diversos agentes sociais;

V - coparticipação do Poder Público e da sociedade civil na implementação da Política Municipal de Meio Ambiente e de conservação do Patrimônio Natural, Histórico, Arquitetônico, Cultural, Artístico, Cênico, Paisagístico e Arqueológico;

VI - adoção do Princípio da Precaução – “(O Princípio da Precaução é a garantia contra os riscos potenciais que, de acordo com o Estado atual do conhecimento, não podem ser ainda identificados. Este Princípio afirma que a ausência da certeza científica formal, a existência de um risco de um dano sério ou irreversível requer a implementação de medidas que possam prever este dano - Princípio 15 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio/92)”.

3.3.4 EIA/RIMA, avaliações ambientais formais

O EIA tem como objetivo avaliar os impactos que os empreendimentos ou atividades possam causar ao meio ambiente. No qual deve constar propostas de medidas que assegurem o uso sustentável dos recursos naturais. Deve contemplar os seguintes aspectos, no mínimo: o diagnóstico ambiental, englobando os meios físico, biótico e socioeconômico; a análise dos impactos ambientais que o projeto possa causar bem como as alternativas para contorná-los; medidas mitigatórias, que objetivam corrigir os impactos ou minimizá-los; e, um programa de acompanhamento e monitoramento, dos impactos previstos comparando com os que efetivamente ocorreram (MMA).

O RIMA evidencia as conclusões do EIA e informa a sociedade sobre os aspectos estudados no EIA. A linguagem deve ser de fácil compreensão para que possa concretizar o seu objetivo de bem informar. No mínimo, devem constar os objetivos e justificativa de realização do projeto bem como a descrição do projeto. Deve evidenciar o cenário de futuro do quesito ambiental na sua área de influência; descrever o que se espera depois de tomadas medidas mitigatórias bem como os impactos que não possam ser corrigidos e a alteração que possa causar ao meio ambiente; e, relatar o programa de acompanhamento e monitoramento dos danos que possam impactar negativamente o meio ambiente (MMA).

No RIMA, pág. 81, o estudo evidencia pontos positivos e negativos da implantação do Porto Sul, no tocante ao meio sócio econômico, tendo como positivo: a geração de empregos diretos e indiretos na fase de implantação do projeto. Ainda como fator positivo, cita o aumento da arrecadação municipal, estadual e federal. Mas colocam como ponto negativo: o desemprego na fase final da implantação, bem como a alteração da paisagem. O vínculo social bem como a capacidade de subsistência das famílias reassentadas são pontos negativos levantados no EIA. Outro fator preocupante é a geração de fluxos migratórios.

O que realmente interessa a sociedade é saber como esses recursos serão distribuídos, porque geralmente há um grande custo social em virtude do beneficiamento de poucos. Quanto ao meio ambiente, são vários os pontos negativos, como a geração de resíduos sólidos, perda das culturas e prejuízo da atividade pesqueira.

Gamboa (2006) enfatiza a fragilidade do EIA, no que diz respeito a medidas efetivas em evitar que danos possam impactar negativamente o meio ambiente, não mensurando em que grau este empreendimento possa impactar o meio ambiente. Reforça ainda que esse instrumento não contempla alternativas locais, além disso, o EIA tem pouca participação

da sociedade, pouca contribuição dos atores sociais, aqueles que certamente serão mais impactados com o empreendimento.

No caso do Porto Sul, existem estudos demonstrando que as alternativas locais mencionadas no EIA desse porto são limitadas em sua análise. Isso fica evidenciado na constatação do grupo de trabalho da UESC que questiona várias afirmações constantes nesse documento, alegando existência de conhecimentos científicos sobre a região que não foram contemplados no EIA (G. M. Reuss e outros, informação pessoal, ofício protocolado no IBAMA em 11/11/2011, p3).

Outras críticas também são feitas por Alshuwaikhat (2005) citado por Melo et al. (2010: p. 8) afirmando que os impactos cumulativos não são tratados no EIA, “da forma como são concebidos, que vários projetos sejam aprovados individualmente, porque têm pequenos impactos vistos isoladamente, mas quando juntos, geram um impacto relativamente grande”.

3.3.5 AAE, avaliação ambiental estratégica

Em 2008, após concretizado o EIA, a Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia, encomendou a AAE a pesquisadores do Lima (Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente), ligado à Coppe-UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), mesmo não sendo obrigatória a elaboração da AAE no Brasil, é um instrumento importante para empresas e órgãos públicos como subsídio para análise de implementação de grandes empreendimentos (ecodesenvolvimento no sul da Bahia, 2010). A avaliação ambiental estratégica (AAE) é um processo que possibilita a inserção da dimensão ambiental no planejamento regional e setorial, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável. Todas as formas de realizar esse processo inclui a avaliação de impactos de ações mais amplas que os projetos individuais (SÁNCHEZ, 2012). Diferentemente do EIA, a AAE geralmente é mais abrangente, participativa e pública, e leva em conta as alternativas tecnológicas e de localização, os impactos cumulativos e indiretos. Um dos desafios da AAE é conciliar as limitações impostas pela lei ambiental com os interesses dos agentes envolvidos. “A AAE visa identificar opções para antecipar e adequar os efeitos socioambientais decorrentes das intervenções propostas e apoiar decisões para prevenir possíveis danos e propor ações de proteção dos ecossistemas naturais presentes na região” (LIMA/COPPE, UFRJ, AAE, 2008, P: 10).

Em virtude das várias limitações do EIA, desenvolveu-se a AAE, com o intuito de suprir essas “falhas”, pois possibilita a avaliação ambiental de forma mais ampla, sinalizando um meio de promover o desenvolvimento com sustentabilidade, sendo este o seu principal objetivo e por ser um instrumento de gestão ambiental é imprescindível a participação social (MMA, 2002).

Cabe destacar nos estudos do LIMA (Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente) do Programa de Planejamento Energético da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/COPPE) no Trabalho de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE, 2009), pontos principais que apontam para os riscos, com a implantação deste complexo intermodal: redução acentuada da cobertura vegetal nativa e ampliação das áreas de uso antrópico, eliminação de extensas áreas verdes naturais florestadas com redução da possibilidade de implantação de programas de restauração da paisagem (corredores ecológicos), repercussões para outras áreas com elevado grau de conservação e possibilidade de extinção de espécies em nível local e regional; com tendência de aumento do corte seletivo de espécies arbóreas, da caça e do tráfico de animais silvestres, com consequente perda da qualidade ambiental e redução da diversidade biológica como resultado da fragmentação de remanescentes florestais (AAE, 2009).

Ainda segundo os estudos do LIMA e COPPE (AAE, 2009), terá o aumento do efeito de borda, com potencialização dos danos causados aos ambientes naturais em função da eliminação da vegetação nativa no sítio portuário, retro porto e distritos industriais; aumento de contaminantes em função da acumulação de sedimentos finos decorrentes da construção do porto; possível redução da produção primária (fitoplankton); interferência nos processos de dispersão de larvas e recrutamento; redução da capacidade de reposição dos estoques pesqueiros de alto valor comercial, restrição de acesso às áreas de pesca costeira (jangadas); de arrasto de camarão; de pesca de linha. Prevê-se que acontecerá a substituição de áreas verdes com boa cobertura vegetal por áreas impermeáveis (telhados, pátios de manobra, áreas para acúmulo de minério a céu aberto), com efeito significativo, alteração dos indicadores de balanço iônico e elevação das concentrações de metais, principalmente de ferro solúvel em água; tendência ao aumento significativo da concentração de poluentes do ar na região: material particulado e gases.

Com a instalação do complexo intermodal, os estudos do COPPE e LIMA indicam que a área industrial satélite de Ilhéus, poderá sofrer com problemas de infraestrutura de comunicação e limitação da expansão, pressão de crescimento desordenado das ocupações urbanas e redução do grau de preservação da orla, possível desaparecimento ou deslocamento das comunidades pesqueiras, redução do valor sociocultural da Lagoa Encantada e do seu potencial turístico, comprometimento do desenvolvimento a partir do turismo. Espera-se a melhoria dos indicadores econômicos com grande possibilidade de integração do eixo Ilhéus-Itabuna (AAE, 2009).

O coordenador da AAE Emílio La Rovere, em audiência pública, no dia 17 de junho de 2010 (ecodesenvolvimento no sul da Bahia, 2010: p. 10) afirmou: “neste estudo, nós fomos limitados pelo momento em que ele se iniciou, pelo momento em que já estava decidida a implantação do complexo e já estava decidida também a sua localização.” A avaliação foi “atropelada”, segundo o coordenador, pela existência de um projeto que “já estava sobre a mesa”.

3.4 Cenários de futuro, combinação de análise institucional e dado de entrevista

A existência de ideias a favor e contrárias à implantação do porto implica em dois cenários a priori: com o porto, sem o porto, o que foi confirmando pela definição a priori feita com base na análise institucional. Com esse modelo em mente, foram realizadas as entrevistas com diversos atores da sociedade civil, governo e empresas, sem incluir alternativas intermediárias por parte do entrevistador, de modo a não induzir o entrevistado em modelos preconcebidos pelo autor da pesquisa. Cada ator convidado para a entrevista assinou o termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice A1). Então, optou-se pela comparação entre dois possíveis cenários, num horizonte de futuro de 15 anos, devido às projeções feitas, conforme as questões 1 e 2 do roteiro semiestruturado adotado nas entrevistas (Apêndice A2).

O cenário 1 baseou-se na sua maior parte, nas estratégias de desenvolvimento contidas no PDMP, 2006, os quais constam os objetivos estratégicos na visão de diversos atores para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da região. O Cenário 2, baseou-se no EIA/RIMA e na AAE, no conflito, que envolve a instalação do empreendimento em questão, o qual transformará a vocação inicial da região, para algo mais industrializado e competitivo a nível regional, nacional e internacional. Para cada cenário, as participações dos entrevistados foram utilizadas para qualificar alternativas de cada cenário. As informações dos entrevistados encontram-se sintetizadas nas Tabelas 13 e 14.

Os textos transcritos a partir das entrevistas foram analisados detalhadamente quanto às diferentes ideias apresentadas por cada entrevistado. Essas ideias foram sintetizadas na

forma de tabelas, evidenciando-se as frequências com que ocorriam entre os diferentes entrevistados. As diferentes ideias identificadas foram agrupadas em quatro critérios por dimensão, de modo a representar de forma equitativa tais dimensões. Análise desses dados nos revelou que a maioria dos atores entrevistados sempre tinham em mente um porto acrescido de diversas melhorias ou a situação atual acrescida de diversas políticas de melhoria da realidade local. Desta forma, esses dados indicaram a necessidade de definir as quatro alternativas tratadas nesse estudo, sendo duas para cada cenário definido a priori (Tabela 4).

Tabela 4. Redefinição de cenários (C1 e C2) e proposição de alternativas correspondentes à otimização ou não-otimização de cada cenário, a partir das entrevistas, em relação ao projeto de implantação do complexo intermodal Porto Sul em Aritaguá, BA

Cenário	Alternativa	Característica marcante	Principal contribuição
C1 Porto Sul	Com medidas ou otimizado	Porto otimizado para multiexportação e atividades atuais otimizadas	Percepção da participação de cerca de 10% dos entrevistados
C1 Porto Sul	Sem medidas	Porto para exportação de minério e aumento de arrecadação municipal, com expectativa de atração de indústrias	EIA/RIMA e confirmação a partir da percepção advinda de metade dos entrevistados
C2 Atividades atuais	Com medidas ou otimizadas	Turismo sustentável, aquicultura, agricultura (cacao cabruca), pesca e pólo chocolateiro (agregação de valor por denominação de origem e critério ecológico)	Percepção da participação de cerca de 40% dos entrevistados
C2 Atividades atuais	Sem medidas	Turismo sustentável, aquicultura, agricultura, pesca e atração de investimentos produtivos	PDMP e confirmação advinda da percepção de cerca de 10% dos entrevistados

EIA/RIMA, Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto do Meio Ambiente. PDMP, Plano Diretor Municipal Participativo de Ilhéus e AAE.

Fonte: a autora, elaboração própria.

3.5 Conclusões e síntese: escolha de método e definição de alternativas

Ao caracterizar vários métodos de análise sociológica de conflitos, verificou-se que o método NAIADÉ é adequado para considerar múltiplos critérios de forma integrada. Esse método tem como resultado a ordenação de alternativas de desenvolvimento e a identificação de possíveis coalizões entre atores (MUNDA, 2002). De fato, nossa análise a partir da literatura mostra que esse método atende a maioria das nove propriedades desejáveis para análise de conflitos sociais, principalmente quanto a eficiência, consideração de aspectos quantitativos e qualitativos, formulação de problemas-critérios para ordenação de alternativas de desenvolvimento, identificação de indiferença/preferência entre atores, bem como procedimento de análise de conflito.

Outros estudos de conflitos sociais que empregaram o método NAIADÉ definem cenários que seguem como opções para os atores analisarem durante entrevistas. Esses cenários normalmente incluem pelo menos a situação atual em que se encontra a região, a

situação que está gerando o conflito e a situação desejada (imaginada) pelos atores envolvidos. Portanto, as entrevistas são iniciadas com pelo menos os dois cenários definidos a priori.

Na presente pesquisa, os dois cenários explícitos para Ilhéus foram submetidos à análise por diferentes atores, com base em entrevistas. Uma análise descritiva sobre o posicionamento dos atores revelou quatro alternativas de visão de futuro dos entrevistados para o desenvolvimento da região, representativa de uma combinação entre os dois cenários definidos a priori com as visões de futuro dos entrevistados. Desta forma, duas alternativas correspondem aos cenários definidos a priori (A = Porto Sul, B = Atividades Atuais) e duas alternativas correspondem a esses cenários otimizados com base nos dados obtidos nas entrevistas com atores-chave (alternativas C = Porto Sul com medidas ou otimizado, D = atividades atuais com medidas ou otimizadas). Essas alternativas serão avaliadas no próximo capítulo, com base na análise multicritério.

Em 2006, a prefeitura de Ilhéus elaborou o PDMP, com participação de diferentes órgãos governamentais e consulta à comunidade. Esse documento sintetiza as políticas prioritárias, que atenderiam às exigências legais e à vontade dos atores que manifestaram durante os chamamentos realizados para essa definição. A partir de 2008, a região tomou conhecimento do projeto de implantação do Complexo intermodal composto de porto, aeroporto e terminal ferroviário, a construir-se na zona norte do município de Ilhéus, o qual nunca figurou no PDMP. O projeto foi apresentado como Porto Sul, e representa uma parceria entre o governo da Bahia e a empresa mineradora multinacional Bamin.

Além das intervenções na mídia, o EIARIMA e AAE foram os principais documentos que chegaram ao conhecimento público nos primeiros três anos de ações voltadas à implantação do Porto nessa região. No momento em que o governo desapropriou uma área localizada dentro da APA Lagoa Encantada, as opiniões contrastantes em relação a esse projeto tornaram-se mais explícitas, caracterizando-se um conflito entre atores envolvidos, que permanece mesmo após transferir para uma área vizinha.

CAPÍTULO IV

O PORTO SUL NA PERSPECTIVA DOS ATORES, APLICANDO A ANÁLISE MULTICRITÉRIO

4.1 Introdução

O conflito que se estabeleceu no contexto da implantação do Porto Sul revela dissensos nas múltiplas dimensões: econômica, social e ambiental. Uma análise da implantação do Porto Sul deveria explicitar essas múltiplas dimensões. Desta forma, uma análise institucional com base no estudo de impacto ambiental (EIA), relatório de impacto do meio ambiente (RIMA) e avaliação ambiental estratégica (AAE) do Porto Sul e do plano de desenvolvimento municipal participativo (PDMP) de Ilhéus revelou dois cenários a priori: com o Porto Sul; e sem o Porto Sul. Contudo, esse cenário dicotômico identificado nos referidos documentos não comportava os anseios de vários atores locais que se manifestavam na mídia. Conforme descrito no capítulo anterior, partimos desses dois cenários protagonizados para Ilhéus e, com base em entrevistas com os atores entrevistados na presente pesquisa, nós descrevemos quatro alternativas de desenvolvimento que poderiam incluir as principais combinações de ideias de todos os atores.

Para sistematizar a visão dos atores acerca dessas alternativas, uma análise qualitativa das respostas dos entrevistados foi realizada por meio de estatística descritiva, o que possibilitou descrever o Porto Sul na perspectiva dos atores. Posteriormente, os critérios de avaliação das alternativas foram definidos de modo a representar equitativamente as três dimensões: econômica, social e ambiental. Com base nesses critérios, as matrizes de critérios e de equidade foram construídas, de acordo com pressupostos do NAIADÉ (MUNDA 1995). No presente capítulo, objetivou-se analisar as alternativas de desenvolvimento para a região de implantação do Porto Sul pelo método multicritério, visando explicitar relações de preferência entre as alternativas de desenvolvimento para essa região e identificar possíveis coalizões entre grupos de atores que sustentam as alternativas de maior preferência.

4.2 Metodologia participativa, a concepção dos atores sobre o Porto Sul

Para alimentar os dados no programa NAIADÉ (Munda, 1995), a matriz de critérios por alternativas foi construída com base nos dados sobre diferentes questões apresentadas nas entrevistas. As alternativas foram determinadas a partir da análise institucional e das entrevistas. Importante destacar que, em todas as questões apareceram ideias complementares, provavelmente devido à avidez dos entrevistados em sempre defender suas ideias com base em propostas para os diferentes setores, visando melhorar a situação atual local ou criar uma situação imaginada como melhor no contexto do projeto da implantação do Porto Sul. Os dados numéricos relativos às frequências com que os critérios eram recorridos pelos entrevistados ao defenderem cada alternativa foram utilizados diretamente na construção da matriz.

Para a matriz de grupos por alternativas, utilizou-se principalmente o grupo de informações advindas das entrevistas. As entrevistas foram realizadas a atores

individualmente, exceto para o caso de representantes de oito entidades sindicais, os quais preferiram uma entrevista com todos eles simultaneamente, constituindo-se assim um grupo focal. Para transformar os dados de frequência das sugestões dos entrevistados por alternativa, o número de vezes que ocorre um critério por unidade de análise foi ajustado a classes de valor em uma curva normal de distribuição dos dados, como ilustrado nos resultados.

Importante ressaltar que a frequência com que os entrevistados recorriam aos critérios para explicar seus projetos de futuros foi considerado como a importância relativa dele para a alternativa que o entrevistado defende. Esse procedimento está de acordo com pesquisas correntes que empregam a análise multicritério (Jehu-Appiah et al. 2008: p.1082).

4.3 Descrição dos resultados das entrevistas

4.3.1 Concepção sobre o porto, benefícios ao investidor e empregabilidade

Dentre as respostas ao tema “o que é o complexo intermodal”, a maioria dos entrevistados (73%) concentrou definições para o complexo intermodal em três visões distintas (Tabela 5): aproximadamente metade das respostas (48,65%) define o complexo intermodal ou porto sul como “uma infraestrutura composta de ferrovia, aeroporto e porto”. No entanto, uma fração de 1/6 das respostas (16,23%) revela que parte dos entrevistados conhece apenas por alto e alega falta de informação disponível para a sociedade sobre esse empreendimento. O entendimento do complexo intermodal como uma “infraestrutura para exportar minério de ferro de uma empresa do Paquistão” é explicitado em cerca de 1/10 das respostas. As outras 10 respostas revelam que 27% das definições contêm informações incompletas ou demonstram insegurança e crítica do entrevistado em relação aos objetivos preconizados pelo Estado para essa iniciativa.

Tabela 5. Síntese quantitativa e frequência das respostas dos entrevistados à pergunta “o que você entende por complexo intermodal ou Porto Sul”?

Síntese da definição apresentada pelo entrevistado	Número de respostas	%	% acumulada
Ferrovia, aeroporto e porto	11	48,65	48,65
Conhece por alto ou considera haver pouca informação para a população	06	16,23	64,88
Infraestrutura para exportar minério de ferro de uma empresa do Paquistão	03	8,12	73,00
Entende o que eles (BAMIN) apresentaram, mas considera haver algo mais não revelado ao público	01	2,70	75,70
Espera que seja público e privado	01	2,70	78,40
Ferrovia Oeste-Leste, anel rodoviário etc.	01	2,70	81,10
Não vê como trará benefícios	01	2,70	83,80
Nome bonito, campanha bem pensada	01	2,70	86,50
Porto de minério de ferro	01	2,70	89,20
Porto que vai transportar minério e outros produtos da região	01	2,70	91,90
Terminal Pesqueiro	01	2,70	94,60
Um complexo que traz benefícios para a comunidade	01	2,70	97,30
Não respondeu	01	2,70	100
Total	30	100	.

Fonte: dados da pesquisa.

A falta de conhecimento em virtude da falta de participação da sociedade no projeto Porto Sul, revelada nas entrevistas, remede a uma discussão sobre o aspecto participativo esperado para os processos democráticos. Não sendo, assim, um processo democrático, nas palavras de Sánchez-Parga (2005: p. 2): “sin *real* participación social no hay *posible* representación política. Y una fundamental crisis de representación política remite siempre e inevitablemente a una crisis de participación social”.

Há insegurança de alguns entrevistados em relação à parceria entre público e privado. Com a perda da eficácia simbólica dos direitos na construção de uma sociedade mais igual e democrática, o privatismo vem sendo reforçado como dominante nas relações sociais. Todos esses deslocamentos de sentido estão articulados por um eixo mais amplo que propõe a despolitização da sociedade civil, da participação e da cidadania, que darão consequência a uma redefinição na própria noção de democracia estabelecida pelas lutas democratizantes. Como consequência de um Estado mínimo – minimalista – há a exclusão de sujeitos, temas e processos que possam ameaçar o avanço do projeto neoliberal e a restrição da arena política de seus participantes, processos e campos de ação (DAGNINO, 2004b).

Costa (2003) concebe a esfera pública como espaço de encenação política, no qual governo, partidos políticos e meios de comunicação, conjuntamente, tematizam os problemas; e o povo é a plateia – somente assiste, não participa. Os movimentos sociais tentam trazer a atenção dos meios de comunicação para outros problemas, mas seu sucesso é dependente da sua capacidade de manipulação daqueles, ou seja, nulo. Por outro lado, há uma relatividade na ação manipulatória dos meios de comunicação, uma vez que existem processos de reelaboração das mensagens que transmitem. Dessa maneira, a mídia revela fluxos comunicativos da vida e do mundo, mas também, de interesses políticos.

Uma das características básicas do Estado Democrático de Direito, apontado por Zimmermann (2002), citado por Ximenes (2008), é o “reconhecimento dos direitos fundamentais, que devem ser tratados como inalienáveis da pessoa humana”. Carece, no entanto, de viabilizar e promover os meios para que os atores possam exercer os seus direitos participativos. Como afirma Sánchez-Parga (2005: p. 7):

Toda la violencia social se cifra en estar en la sociedad pero sin poder participar de ella, siendo constantemente excluido de ella. Y sólo esta violencia social explica y justifica la violencia de la protesta política, tanto como el carácter defensivo y reactivo de su lucha”.

Sem dúvida, conseguir um espaço onde os diversos atores possam participar dos processos decisórios é o grande desafio da democracia. Segundo Dagnino (2002: p. 300):

“A ausência de espaços desse tipo facilita a tomada de decisões e a formulação de políticas através de um exercício autoritário do poder, onde o Estado ignora e deslegitima o conflito ou o trata nos espaços privados dos gabinetes, com os que ele têm acesso.”

O desenvolvimento, para Vieira (2007: p. 12) “deve ser participativo, pautado por um conjunto interdependente de postulados éticos”, que atendam às necessidades fundamentais do ser humano, tanto materiais quanto as consideradas intangíveis, promovendo a autoconfiança das pessoas e o respeito ao sistema ecológico.

Escobar (2005) afirma que o capitalismo é o centro de todas as relações e, diante de séculos de vigência desse sistema, fica difícil pensar em alternativas. Além disso, qualquer outra forma de economia é vista como complementar ou subordinada, nunca como uma

alternativa a ele e que para encontrar práticas das diferenças culturais e ecológicas, que caracterizam o objetivo do pós-desenvolvimento, é importante reconhecer que elas estão intimamente relacionadas à localidade, ao lugar e à consciência baseada no lugar, de modo que uma discussão acerca destes aspectos seja um impulso para repensar a globalização e os modos alternativos ao capitalismo e à modernidade. No entanto, até o local dos movimentos sociais contra o capitalismo está globalizado, esses são abertos a algumas formas de bens, comércio etc, mas resistem à total valorização capitalista da natureza, que a põe como mercadoria e, sobretudo, buscam ordens alternativas de produção e ambiental. Além disso, muitas formas do local se oferecem para o consumo global, como no ecoturismo, por exemplo. Analisar o global e o local conjuntamente pode trazer novas formas de pensar a economia.

O capitalismo estabelece os parâmetros que regem a esfera pública, mudando os processos democráticos, participativos, relacionados à coisa pública, dissociando o poder da sociedade, estabelecendo um fosso entre o Estado e a sociedade, pela “centralização do poder nas mãos do Estado”, fragilizando e fortalecendo o tecido social (SILVA, 2005).

“Ao mesmo tempo em que se estabelece o sufrágio universal, aumentando os direitos de estratos sociais antes marginalizados, ampliando com isso o alcance democrático, a democracia estabelece um fosso entre os cidadãos e a esfera política, ensejando com isso uma cidadania passiva (SILVA, 2005: p. 26)”.

Os atores sociais consideram a participação como um modo democrático de fazer política. O exercício da cidadania requer condições socioeconômicas que permitam garantir aos atores um modo digno de viver, permitindo-os que sejam capazes de participarem ativamente, reivindicando o espaço que lhes é de direito na tomada de decisões por parte da esfera pública, a qual acarretará mudanças significativas para a sociedade. Nas palavras de Ruscheinsky (1999: p.7) citado por Ribeiro (2008: p. 136):

“O exercício da cidadania relaciona-se com um projeto democratizador e modernizador da sociedade, com uma maneira de compreender o mundo, julgar os atores em conflito, analisar o perfil das lutas sociais, criticar os empreendimentos equivocados, aceitar ou rejeitar as instituições políticas e sociais”.

As respostas sobre “quem irá pagar pela construção do porto” revelam interpretações distintas sobre o tema “parceria público-privado” (Tabela 6).

Tabela 6. Síntese quantitativa e frequência das respostas à pergunta “quem paga pela construção do Porto Sul?”

Respostas	Número total de vezes	Atores a favor	Atores contrários
Parceria público-privada	13	9	4
A sociedade	06	1	5
Governo ou investimento público	06	3	3
Não sabe	04	3	1
Duas empresas privadas	01	-	1
Total	30	16	14

Fonte: dados da pesquisa.

Menos de metade dos entrevistados (46,67%) repetiram a informação oficial, isto é, que se trata de uma parceria público-privada, uma explicação que é massivamente veiculada

pela mídia. Por outro lado, as demais respostas colocam responsáveis unilaterais pelo desembolso financeiro para construir o Porto: a sociedade (20%), o governo (16,67%), empresas privadas (3,33%), reservas minerais (3,33%). Apenas 10% dos entrevistados admite que não saiba quais seriam os financiadores do Porto Sul.

O Relatório de Brundtland define o desenvolvimento sustentável como aquele que “atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”. A busca deste desenvolvimento envolve grandes desafios como o reconhecimento de que a degradação ambiental é uma consequência do crescimento econômico (capitalismo) e não uma causa em si mesma. Segundo Veiga (2007: p. 34):

“Crescimento é sempre depleção e, portanto, encurtamento de expectativa de vida da espécie humana. Não é cinismo ou pessimismo, reconhecer que os seres humanos não querem abrir mão de seu presente conforto para facilitar a vida dos que viverão daqui a dez mil anos”.

O modelo de “desenvolvimento” industrial baseia-se na produção de bens de consumo, o qual fomenta a cultura do consumismo, voltado exclusivamente para uma parcela da população de renda média e alta. Essa cultura agrava a destruição dos recursos naturais. Nos países desenvolvidos houve um esgotamento do seu capital natural, havendo uma grande demanda das riquezas ambientais dos países em desenvolvimento. Nota-se que a degradação do meio ambiente relaciona-se diretamente à “lógica do modelo atual de produção, com seu aparato tecnológico, desenvolvido pelos países do núcleo orgânico do capitalismo e difundido como forma de progresso global (NEVES et al. 2007: p. 2)”.

Quem são os beneficiados pela implantação do Porto Sul? Os respondentes demonstraram descrédito quanto aos reais benefícios que o Porto Sul possa trazer para a população local (Tabela 7). Quase metade dos entrevistados expressa que os empreendedores privados serão os únicos beneficiados com a construção do complexo intermodal (47,23%). Outros 22,23% acreditam que o Porto beneficiaria também a população. As demais respostas giram em torno de duas vertentes: os que hipotetizam um porto com utilidades múltiplas em contraposição aos que o vêem como um porto exportador de minério. Portanto, abrangeram questões diversas e dúvidas de como exatamente será o Porto: se somente para transportar minério, beneficiaria somente os empreendedores; se for um Porto que transporta outros produtos, poderia ser um vetor de desenvolvimento regional.

Tabela 7. Síntese quantitativa das respostas à pergunta “quem seriam os beneficiados pela implantação do Porto Sul?”

Respostas	Número total de vezes	Atores a favor	Atores contrários
Iniciativa privada	6	2	4
A população	08	7	1
Os empreendedores	10	3	7
A região	02	1	1
Comércio em geral	01	1	-
Os pescadores da região	01	1	-
Poderá melhorar para importar commodities	01	1	-
Se for só para transporte de minério, apenas o município e os empreendedores	01	-	1
Total	30	16	14

Fonte: dados da pesquisa.

A orientação econômica vigente e o regime político que sustentam a sociedade estão pautados no capitalismo, o qual tem restringido o potencial que a natureza possui de corrigir os desequilíbrios ambientais, perdendo a capacidade de sustentação da vida no planeta. Sen (1999: p. 23), citado por Cerqueira (2003) afirmou que “a natureza da economia moderna tem se empobrecido substancialmente devido ao crescimento do fosso entre economia e ética”. Segundo Mata (2002: p. 1), “a ética é o estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana. Implica no entendimento do que deve ser socialmente correto e justo para a geração presente e sustentável no longo prazo”. O desenvolvimento para ser sustentável, tem que ser ético, equânime e socialmente justo. O que a ética pressupõe é a igualdade de condições, de oportunidades e de sobrevivência para todos.

A expectativa de geração de mais empregos para a região, pela implantação do Porto Sul, é partilhada por metade dos entrevistados, havendo restrições ou incertezas na outra metade (Tabela 8). Há otimistas na geração de emprego pela construção do Porto (51,43%), pessoas com a visão de que o Porto irá trazer prejuízos para a região (25,71%), e desconfiança ou mesmo hipóteses reveladoras de incertezas em relação ao que é o porto e evidências de sazonalidade nos empregos gerados. Alguns acreditam que o Porto irá acarretar desemprego e prejudicar atividades existentes na região (agricultura, pesca e cacauicultura).

Tabela 8. Síntese quantitativa e frequência das respostas à pergunta “a implantação do porto Sul poderá gerar mais empregos para a região?”

Respostas	Número de vezes	Atores a favor	Atores contrários
Sim, muitos empregos diretos (no porto) e indiretos (empresas atraídas pelo porto para a região)	16	16	-
Não gera emprego, vai acarretar desemprego, é uma expectativa mentirosa, apenas poucos empregos e abaixo das expectativas	8	-	8
Se for um porto de exportação só de minério, poucos empregos, restritos ao período de construção civil e com tempo limitado de duração dos postos de trabalho	2	-	2
Mão de obra local para construção civil e externa para serviços especializados	2	-	2
Os empregos não serão para os agricultores, e vai acabar com empregos existentes na cacauicultura e pesca	2	-	2
Total	30	16	14

Fonte: dados da pesquisa.

Para aqueles que responderam acreditar na geração de emprego proporcionado pelo Porto, foi questionado como seria esse emprego, se contínuo ou temporário (Tabela 9). A ideia de que o Porto Sul vai gerar emprego e em maior quantidade na sua implantação é expressa em mais de um terço das respostas (38,24%). Uma segunda linha de pensamento consiste na expectativa de emprego contínuo, seja direta ou indiretamente (20,59%). Um terceiro grupo de ideias revela pessimismo em relação ao potencial de geração de empregos pelo Porto, restringindo-os ao período de construção do Porto ou expressando incertezas ou acreditando que o emprego será para mão de obra especializada, tanto da região como de fora do Estado (41,17%).

Tabela 9. Síntese quantitativa e frequência das respostas à pergunta “se a implantação do Porto Sul gerar mais empregos para a região, como será esse emprego?”

Características do emprego	N. de vezes	%	% acumulada
Maior na implantação	13	38,24	38,24
Emprego contínuo direto	05	20,59	58,83
Somente na implantação, seguido de desemprego depois que concluir as obras	04	14,71	73,53
Depende de como será o porto ou das alternativas futuras	02	8,82	82,36
Serviço que não exige qualificação será destinado para mão de obra local	02	5,88	88,24
Emprego contínuo indireto (hotéis, pousadas, etc)	01	2,94	91,18
Serviço que exige qualificação, destinado para mão de obra proveniente do Sudeste do Brasil	01	2,94	94,12
Não vê benefícios e não sabe a qualidade dos empregos que podem ser gerados	01	2,94	97,06
Será menor na implantação	01	2,94	100,0
Total	30	100,0	.

Fonte: dados da pesquisa.

Aos atores que acreditam na geração de emprego, foi perguntado se o emprego exigiria mão de obra qualificada. Dentre as 41 respostas obtidas, 24 delas evidenciam que o emprego exigirá mão de obra qualificada (Tabela 10). As demais respostas evidenciam que absorção de mão de obra especializada seria trazida de fora da região, que há qualificação sendo oferecida pela BAMIN para os cargos de pedreiro e carpinteiro e que muitos empregos não irão requerer especialização da mão de obra.

Tabela 10. Síntese quantitativa e frequência das respostas à pergunta “se houver geração de emprego pela implantação do Porto Sul, vai exigir mão de obra qualificada?”

Resposta	N. de vezes	%	% acumulada
Sim, mão de obra qualificadas*	17	41,46	41,46
Sim, porém menor qualificação na construção	07	17,07	58,53
Não absorverá mão de obra da região ou haverá poucos empregos para a região	07	17,07	75,61
Mão de obra qualificada para as pessoas de fora	03	7,32	82,92
Eles (BAMIN) estão qualificando as pessoas (pedreiro, carpinteiro)	02	4,88	87,80
Muitos empregos para mão de obra com menos qualificação	01	2,44	90,24
Não exigirá muita qualificação	01	2,44	92,68
Porto Sul não representa Ilhéus	01	2,44	95,12
Plantec-governo Federal está qualificando mão de obra	01	2,44	97,56
BAMIN qualifica para aparecer socialmente	01	2,44	100,0
Total	41	100,0	.

*Dentre as 17 respostas, 4 foram no sentido de que serão poucos empregos que exigem mão de obra qualificada, destinados para chefia e setores específicos.

Fonte: dados da pesquisa.

O exercício da cidadania pressupõe o reconhecimento da liberdade e participação dos atores sociais nos processos decisórios, uma vez que a cidadania tem como base a ideia de igualdade, “chocando-se com as bases do capitalismo, de desigualdade social” (ROSA, 2009). A não participação dos atores sociais no processo decisório desfavorece e compromete a democracia e a cidadania, provocando um sentimento de humilhação e exclusão nos atores sociais, como afirma Amorim (2007: p. 1): “um dos desafios da democracia brasileira consiste em consolidar um sistema político pautado no desenvolvimento de uma cultura política que promova valores e hábitos democráticos como a participação, a confiança e a cooperação”.

Os diversos atores sociais sentem-se alijados do processo “democrático” de pensar o “desenvolvimento” da região e também da pouca informação disponibilizada, era comum resposta do tipo: “conheço por alto”; “conheço o que eles querem que eu conheça”. A compreensão dos meios que promovem o desenvolvimento requer um olhar multidisciplinar, uma vez que necessita compreender os atores sociais de um determinado lugar e a interação existente entre eles, as bases culturais “cultivadas” entre eles, “com finalidades econômicas e obedecendo às instituições reconhecidas naquela sociedade e considerando a manutenção do estoque ambiental existente (SILVA, 2006: p. 17)”.

Dagnino (2004) desenvolve a noção de construção democrática no Brasil como projeto político democratizante e participativo, com transferência de funções do Estado para a sociedade civil ativa. Dois processos distintos operam nesse cenário: o de sentido amplo da democracia, que coloca a participação da sociedade como uma parceira na formulação de políticas públicas; o neoliberal, que vê a participação da sociedade como estabilizadora do Estado mínimo, isentando esse Estado de suas responsabilidades, restringindo-o a políticas públicas emergenciais para os “necessitados”. Mas, é importante salientar que é do Estado a obrigação de garantir os direitos dos cidadãos, promovendo ações que os qualifiquem para o pleno exercício da cidadania, bem como a construção de políticas de igualitarismo baseadas nas melhorias das condições de vida sem prejuízos às identidades culturais, ou seja, de modo que inclua estratégias de desenvolvimento econômico, definidas e adaptadas em nível local ou regional, favorecendo, assim, a participação das comunidades envolvidas (FEITOSA, 2013).

4.3.2 Posição sobre o porto, situação atual e projetos futuros

A maioria dos entrevistados acredita que o Porto vai atrair pessoas para a região (29, dentre os 30 entrevistados). Quando foram perguntados se seriam a favor da implantação do Porto Sul, predominou concordância com o projeto, porém foram constatadas algumas condições para concordância (Tabela 11). Cerca de metade dos entrevistados mostrou-se a favor (53,33%), e a outra metade ou se manifestou contra (26,67%) ou apresentou restrição ao projeto do Porto Sul (20%).

Tabela 11. Síntese quantitativa e frequência das respostas à pergunta “Você é a favor da implantação do Porto Sul?”

Posição manifestada pelo entrevistado	Implantação do porto	%	% acumulada
Sim, a favor	16	53,33	53,33
Não, contra	14	46,67	100
Total	30	100	.

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao responderem sobre quais são as alternativas econômicas atuais, os atores concentraram nas atividades ligadas ao cacau, turismo e pesca como as mais relevantes

(Tabela 12). Os entrevistados referiram-se ao cacau como uma opção que merece crédito e investimento, tal como afirmado em respostas a outras perguntas que estimulavam dizer sobre projetos para desenvolver a região. Portanto, os entrevistados não acreditam que a cacauicultura seja uma cultura falida ou que deva ser abandonada. Da mesma forma, eles acreditam que o turismo e pesca, que foram sempre as alternativas trabalhadas na região, atualmente também sejam alternativas válidas.

A cabruca é um sistema de cultivo de cacau característico da região cacaueira da Bahia. O cacau cultivado sob o sistema cabruca, qual seja, um sistema agroflorestal em que o cacau é cultivado sob a floresta nativa. Mesmo havendo redução do número total de espécies por área, há a conservação de espécies arbóreas que servem para sombrear o cacau, e mantem a fisionomia de uma floresta, permeável à passagem de animais entre os fragmentos de florestas vizinhos. Diferencia-se do cultivo tradicional de cacau, que se faz a sol pleno ou utiliza-se apenas uma espécie de árvore é utilizada para o sombreamento. Um cultivo convencional de cacau utiliza apenas uma espécie de árvore para sombrear toda a plantação de cacau, não propiciando a conservação da biodiversidade.

Tabela 12. Síntese quantitativa e frequência das respostas à pergunta “Quais são as atuais alternativas econômicas?”

Alternativas econômicas	N. de resposta	%	% acumulada
Cacau (produção das amêndoas)	16	35,56	35,56
Turismo	16	35,56	71,11
Pesca	13	28,89	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

A agricultura comercial moderna diminuiu a biodiversidade ao adotar plantios extensos de monoculturas. No entanto, há alternativas tecnológicas na forma de policulturas, geralmente adotada na agricultura de natureza familiar, a qual possibilita um menor impacto ao ambiente. Segundo Maluf (2004), “Considera-se, aqui, a agricultura de base familiar como a forma mais conveniente de ocupação social do espaço agrário. A promoção dos pequenos produtores de alimentos promove a equidade e a inclusão social em simultâneo a uma maior e mais diversificada oferta de alimentos à população produzidos sob formas sustentáveis”. Lamarche (1993: p. 18) define agricultura de base familiar aquela onde a produção agrícola têm relações diretas com a família: “a agricultura faz apelo a grupos sociais limitados que têm em comum associar estreitamente família e produção, mas que se diferenciam uns dos outros por sua capacidade de se apropriar dos meios de produção e de desenvolvê-los”.

Os negócios atuais (cacauicultura, indústria de chocolate, pesca e turismo) aparecem como alternativas no contexto de novos projetos para a região, porém associados a medidas de melhorias (Tabela 13). Por exemplo, a diversificação da agricultura e agregação de valor a itens agrícolas atuais, em vez de dedicar-se apenas produção de amêndoas de cacau como era no passado. Portanto, as alternativas atuais otimizadas surgem como projetos futuros na dimensão econômica, evidenciando a necessidade de colocá-los como um dos cenários alternativos.

O cacau produzido pelo sistema de cultivo cabruca resguarda um sentido diferenciado das relações das comunidades rurais com o modo de encarar a natureza, tendo uma relação muito maior do que apenas a comercial, tem enraizado neste sistema de produção uma história do modo de vida das comunidades da região cacaueira, que tem grande valor por permitir através desse tipo de cultivo a sustentabilidade ambiental.

Os participantes que trabalharam na elaboração do PDMP em 2006 focaram como estratégias para o desenvolvimento da região o investimento na aquicultura, na pesca e no

turismo, ao referirem-se ao setor produtivo, mencionam a necessidade de atrair investimentos para setores produtivos de alto valor agregado, porém não explicita o cultivo e industrialização do cacau. Nas entrevistas realizadas para o presente trabalho em 2012, um item que foi bem ressaltado foi o desenvolvimento de estratégias que visem agregar valor ao cacau, com o fomento a indústrias que produzam o chocolate com valor de origem, o chocolate da Mata Atlântica, transformando o cacau em chocolate, não produzindo apenas para vender para grandes empresas.

São 14 atores contrários a implantação do Porto Sul, porém o mesmo ator aborda mais de um critério para alcançar o desenvolvimento da região. A dimensão econômica foi abordada por 12 atores, dentre os quais oito atores abordaram o critério emprego e renda, quatro abordaram o critério turismo, sete abordaram o critério agricultura e três atores abordaram o critério infraestrutura local. Assim, o ator que abordou o critério emprego e renda, também abordou turismo, agricultura e infraestrutura local. O número de vezes que cada atributo relativo a cada critério foi abordado pelos atores totalizaram, na dimensão econômica 35, sendo 11 para critério emprego e renda, oito para o critério turismo, 12 para o critério agricultura e pesca e quatro para infraestrutura local (Tabela 13). A Tabela 14, apresenta a síntese por grupo em relação a dimensão e escolha dos critérios.

Tabela 13. Síntese qualitativa e quantitativa das respostas às perguntas relativas ao desenvolvimento da região (projetos futuros), distribuídos nas dimensões econômica, social e ambiental e por critérios. Dados referentes aos atores contrários ao Porto Sul e favoráveis à alternativa “atividades atuais com medidas”.

Dimensão	N.º de atores por dimensão	critérios	N.º de atores por critério	Atributo por critério na visão dos atores	N. de vezes em que o atributo foi citado		
Econômica	12	Quantidade emprego e renda	8	Desenvolvimento de indústria	1		
				Criar pólo de empregos	2		
				Desenvolvimento econômico	2		
				Geração de emprego e renda	3		
				Revitalização do porto de Ilhéus	1		
				Venda coletiva dos produtores	1		
				Fortalecimento das cooperativas	1		
				Subtotal	11		
				Turismo	4	Turismo cultural	1
						Turismo de base comunitária	1
Desenvolvimento de Produtos turísticos	3						
Turismo ecológico rural	3						
Subtotal	8						
Agricultura e pesca	7	Política governamental para o cacau	1				
		Polo chocolateiro orgânico	1				
		Investir na agricultura familiar (cacau)	4				
		Implantação do polo chocolateiro	1				
		Desenv. Cacau como mata atlântica	1				
		Valorização do sistema cabruca	1				
		Agregar valor cultural ao cacau	3				
		Subtotal	12				
		Infraestrutura local	3	Estradas	1		
Infraestrutura	1						
Melhoria da infraestrutura urbana	2						
Subtotal	4						
Total atores		22	Total	35			

Continuação Tabela 13

Dimensão	N.º de atores por dimensão	critérios	N.º de atores por critério	Atributo por critério na visão dos atores	N. de vezes em que o atributo foi citado
Sócio-cultural	13	Qualidade emprego	0	-	-
				Subtotal	0
		Qualidade de vida	11	Melhoria do sistema de saúde	4
				Educação, educação para a natureza	7
				Hospital público	1
				Universidades públicas	1
				Melhoria da qualidade vida	3
				Harmonia entre os seres humanos	2
				Melhor ação política	3
				Plano de políticas públicas	1
				Gestão pública	2
				Desenvolvimento pleno	1
				Investir na diminuição da pobreza	1
				Empoderamento da sociedade civil	3
				Fortalecer o capital social no meio rural	1
				Subtotal	30
		Capacitação profissional	2	Investir na qualificação profissional	2
				Trabalhar o empreendedorismo	1
				Subtotal	3
		Cultura local	10	Respeito ao lugar	2
				Incentivar iniciativas comunitárias	2
				Desenvolvimento cultural	1
				Investir na cultura	5
				Economia criativa	2
				Pequenos empreendimentos	2
				Subtotal	14
		Total atores	23	Total	47
Ambiental	6	Água, ar e solo	0	-	-
				Subtotal	0
		Cobertura florestal	4	Desenvolvimento ambiental	3
				Desenvolvimento sustentável	1
				Pag. Por serviços ambientais	1
				Manutenção do ativo ambiental	1
				Subtotal	6
		Paisagem rural e urbana	1	-	0
				Subtotal	0
		Saneamento ambiental	2	Saneamento	2
				Subtotal	2
		Total atores	8	Total	8

Fonte: Fonte: Dados desta pesquisa.

Os critérios foram classificados de acordo com as respostas dos entrevistados, quando perguntados o que deveria ser feito para o desenvolvimento da região em termos econômicos, sócio-culturais e ambientais. Observa-se que para cada critério há famílias de atributos detectados nas entrevistas. Isso ocorre porque cada ator possui entendimento próprio sobre como cada critério conflui para melhorar a dimensão abordada.

Tabela 14 - Grupos contrários ao Porto e número de vezes que abordaram cada dimensão e critério relativas as perguntas de projetos futuros para o desenvolvimento da região

Dimensão	Critérios	Grupos								Total
		G1	G2	G3	G4	G6	G7	G8	G9	
Econômica	N.º de empregos	3	3	1	0	1	0	2	1	11
	Turismo	0	3	0	3	1	0	0	1	8
	Agricultura	3	2	1	5	0	0	0	1	12
	Infraestrutura	1	0	2	1	0	0	0	0	4
	Sub total	7	8	4	9	2	0	2	3	35
Sócio-cultural	Qualidade emprego	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Qualidade de vida	9	3	6	2	3	2	2	3	30
	Capac. profissional	0	1	1	1	0	0	0	0	3
	Cultura	3	5	0	1	2	1	2	0	14
	Sub total	12	9	7	4	5	3	4	3	47
Ambiental	Água, ar	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Cobertura florestal	2	1	0	1	0	0	2	0	6
	Paisagem	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Saneamento	1	0	1	0	0	0	0	0	2
	Subtotal	3	1	1	1	0	0	0	0	8
Total		22	18	12	14	7	3	6	6	90

Fonte: dados desta pesquisa.

Os atores que se posicionam favoráveis ao Porto Sul, totalizam 16, porém o mesmo ator aborda mais de um critério expressar suas idéias de como poderia ficar a região no futuro, para expressar o que seria preciso para o desenvolvimento da região, a dimensão econômica foi abordada por 13 atores, sendo que destes, 10 atores abordaram o critério emprego e renda, quatro atores abordaram o critério turismo, quatro atores abordaram o critério agricultura e quatro atores abordaram o critério infraestrutura local. Assim, o ator que abordou o critério emprego e renda, também abordou turismo, agricultura e infraestrutura local. O número de vezes que cada atributo relativo a cada critério foi abordado pelos atores totalizaram, na dimensão econômica 42, sendo 22 para critério emprego e renda, oito para o critério turismo, sete para o critério agricultura e pesca e quatro para infraestrutura local. Os critérios foram classificados de acordo com as respostas dos entrevistados, quando perguntados o que deveria ser feito para o desenvolvimento da região em termos econômicos, sociais-culturais e ambientais.

Observa-se que para cada critério há famílias de atributos detectados nas entrevistas (Tabela 15). Isso ocorre porque cada ator possui entendimento próprio sobre como cada critério conflui para melhorar a dimensão abordada. A Tabela 16 evidencia os grupos e as respectivas escolhas quanto a dimensão e critérios.

Tabela 15. Síntese qualitativa e quantitativa das respostas às perguntas relativas ao desenvolvimento da região (projetos futuros), distribuídos nas dimensões econômica, social e ambiental e por critérios. Dados referentes aos atores contrários ao porto sul e favoráveis à alternativa “Porto Sul com medidas”.

Dimensão	N.º de atores por dimensão	critérios	N.º de atores por critério	Atributo por critério na visão dos atores	N. de vezes em que o atributo foi citado
Econômica	13	Quant. Emprego e Renda	10	Implantação do Porto Sul	4
				Criar emprego e renda	5
				Atrair empresas	2
				Empregos nas áreas rurais	1
				Centro comercial reestruturado	1
				Projetos de comércio e serviços	2
				Projetos de indústria	2
				Destinar áreas degradadas ambientais para investimentos econômicos	1
				Isenção de impostos para novos investimentos	1
				Desenvolvimento econômico	1
				Criação de secretaria que busque financiamentos	1
				Implantação de grandes projetos	1
				Subtotal	22
		Turismo	4	Investir no turismo	3
				Des. Prod. Turísticos	1
				Turismo em várias vertentes	1
				Subtotal	5
		Agricultura e pesca	4	Maior investimento na pesca	1
				Cura da vassoura de bruxa	1
				Agricultura familiar	3
				Renascimento do cacau como vetor econômico	1
				Diversificar a agricultura	1
				Subtotal	7
		Infraestrutura a local	4	Infraestrutura	2
				Projetos de logística	1
				Plano de habitação	2
				Planejamento integrado de ilhéus e cidades vizinhas	1
				Estradas	1
				Região mais bem cuidada	1
				Subtotal	8
		Total atores	22	Total	42
Sócio- cultural	16	Qualidade de emprego	0	-	-
				Subtotal	0
		Qualidade de vida	16	Educação, educação para a natureza	13
				Melhorar escolas no campo	1
				Gestão pública	6
				Plano de políticas públicas	1
				Telefone	1
				Melhoria do sistema de saúde	7
				Segurança	3
				Alimentação para todos	1

Continua....

Continuação Tabela 15

Dimensão	N.º de atores por dimensão	critérios	N.º de atores por critério	Atributo por critério na visão dos atores	N. de vezes em que o atributo foi citado
Sócio- cultural		Qualidade de vida	16	Diminuição da pobreza	1
				Desenvolvimento pleno	1
				Melhoria da qualidade de vida	3
				Menos drogas	3
				Menos violência	1
				Planejamento e controle	1
				Empoderamento da sociedade civil	1
				Subtotal	44
	Capacitação profissional	3	Investir na capacitação profissional	3	
			Investir em conhecimento internacional	1	
			Subtotal	4	
	Cultural Local	2	Incentivar iniciativas comunitárias	1	
			Desenv. Projetos específicos para cada comunidade	1	
			Investir na cultura	1	
			Subtotal	3	
Total atores		21	Total	51	
Ambiental	9	Água, ar e solo	0	-	
				Subtotal	0
	Cobertura florestal	7	Desenvolvimento ambiental	4	
			Minimizar impactos ambientais	2	
			Criação de + unid conservação	1	
			Desenvolvimento sustentável	2	
			Criação ICMS ecológico	1	
			Subtotal	10	
	Paisagem rural e urbana	2	Melhorar paisagem urbana	2	
			Revitalização das praias	1	
			Subtotal	3	
	Saneamento ambiental	2	Saneamento ambiental	3	
			Tratamento de efluentes	1	
			Gestão de resíduos	1	
			Aterro sanitário	1	
			Coleta seletiva	1	
			Subtotal	7	
Total atores		11	Total	10	

Fonte: Fonte: Dados desta pesquisa.

Tabela 16 – Grupos a favor do Porto Sul - número de vezes que abordaram cada dimensão e critério relativos as perguntas de projetos futuros para o desenvolvimento da região

		Grupos						Total
Dimensão	Critérios	G 3	G4	G5	G7	G 8	G9	
Econômica	Emprego	1	12	0	2	6	1	22
	Turismo	0	1	0	0	4	0	5
	Agricul	2	1	2	2	0	0	7
	Infra	0	4	0	0	2	2	8
Sub total		3	18	2	4	12	3	42
Sócio-cultural	Qual. Emp	0	0	0	0	0	0	-
	Qual. Vida	5	16	4	6	6	7	44
	Capac prof	0	1	2	0	1	0	4
	Cultura	0	0	2	0	1	0	3
Sub total		5	17	8	6	8	7	51
Ambiental	Água, ar	0	0	0	0	0	0	
	Cob. Flores	1	4	0	4	1	0	10
	Paisagem	0	2	1	0	0	0	3
	Saneam.	0	6	0	0	1	0	7
Subtotal		1	12	1	4	2	0	20
Total		9	47	11	14	22	10	113

Os 30 entrevistados foram categorizados qualitativamente em nove grupos, considerando-se os diversos atores e seguimentos envolvidos no conflito Porto Sul (Tabela 17). Notam-se três grupos de opiniões diferentes, mas todos tem em comum um único objetivo: o “desenvolvimento”, entendido este para os atores que são a favor, como crescimento econômico, e esse crescimento propiciará melhoria nas condições de vida da população. São atores distintos, mas que tem o mesmo objetivo. Decorre desse fato que o crescimento econômico foi defendido por alguns atores que estão de acordo com a instalação do Porto Sul. Esse crescimento é preconizado principalmente pelo governo e pelas empresas, parecendo aos atores mais pobres como uma alternativa de desenvolvimento da região. Mas, como lembra Sachs (2004: p. 26), “num mundo de desigualdades abismais, é um absurdo pretender que os ricos devam ficar mais ricos ainda, para que os destituídos possam ser um pouco menos destituídos”.

Tabela 17 – Denominação dos grupos de atores e síntese qualitativa das respectivas posições sobre o Porto Sul, com indicação de número de respondente (NR), identidade e adversários.

Código	Nome do grupo	Posição	NR	Identidade	Adversários
G1	Ambientalista e	Contra	2	Ambiente e sociedade	Governos Federal, Estadual e Municipal, empresários
G2	Social	Contra	3	Qualidade de vida	Governos Federal, Estadual e Municipal, empresários
G3	Cacaucultor	Contra	1	Agricultura	Governos Federal, Estadual e Municipal, empresários
		A favor	2	Agricultura	ONGs ambientalistas
G4	Empresário	Contra	2	Turismo	Governos Federal, Estadual e Municipal, empresários
		A favor	5	Melhora para os negócios	ONGs ambientalistas
G5	Focal Sindical	A favor	8	Melhor emprego e renda	ONGs ambientalistas
G6	Índigena	Contra	2	Harmonia com a natureza	Globalização
G7	Institucional	A favor	3	Desenvolvimento local	ONGs ambientalistas
		Contra	1	Desenvolvimento local	Governos Federal, Estadual e Municipal, empresários
G8	Político	A favor	3	Desenvolvimento local	ONGs ambientalistas
		Contra	2	Desenvolvimento local	Governos Federal, Estadual e Municipal, empresários
G9	Residentes	Contra	1	Desenvolvimento local	Governos Federal, Estadual e Municipal, empresários
		A favor	2	Desenvolvimento local	ONGs ambientalistas

Fonte: Dados desta pesquisa.

Ao dialogar com os entrevistados sobre atores de suporte do desenvolvimento da região de influência do município de Ilhéus, atores econômicos, institucionais e sociais foram mencionados (Tabela 18).

Tabela 18. Síntese qualitativa das respostas à pergunta “Quem são os atores de suporte do desenvolvimento da região?”

Econômicos	Institucionais	Sociais
<ul style="list-style-type: none"> • BAMIN e Mineradoras • Grupo Chaves • Escolas • Polo de informática (Itautech, Bluray) • Turismo (hotéis, artesanato, restaurantes e barracas de praia) • Indústrias de cacau (Delphi Cacau, Nestlé, Cargil e outras) • Pescadores • Mucambo • VALEC • Construção civil • Comércio 	<ul style="list-style-type: none"> • CEPLAC e UESC • Governo estadual • Prefeitura • Secretaria de agricultura • INCRA • INEMA e IBAMA • CONDER • Governo federal • Bahia Pesca • SEBRAE e IF Baiano • Aeroporto 	<ul style="list-style-type: none"> • ONGs • Associação de moradores • Agricultura familiar • Quilombolas

Fonte: dados da pesquisa.

Dentre os agentes econômicos, além de empresas tradicionais na região, foram citadas a Bamim e mineradoras, organizações que chegaram mais recentemente na região. Nesse aspecto, deve-se ressaltar que “a solução dos problemas regionais e a melhoria da qualidade de vida demandam o fortalecimento da sociedade e das instituições locais, pois são estas que transformarão o impulso externo de crescimento em desenvolvimento” (Oliveira e Lima, 2003).

Os entrevistados evidenciam poucos pontos positivos quando se pediu para descreverem a situação atual da região, sendo apenas três na dimensão econômica, uma na social e duas na ambiental (Tabela 19).

Tabela 19. Síntese quantitativa e frequência das respostas à pergunta “Como você descreve a situação atual em termos econômicos, sociais e ambientais?”

Dimensão	Direção	Impacto	N. Resp.	%	% acum.
Econômica	Positiva	agricultura familiar fortemente enraizada	3	20,00	20,00
Econômica	Positiva	Propriedades agrícolas pequeno e médio porte	1	66,67	86,67
Econômica	Positiva	Polo industrial informát. como gerador de renda	1	13,33	100
		Subtotal(+)	5	100	
Econômica	Negativa	Declínio da cacauicultura pela vassoura-de-bruxa	14	46,67	46,67
Econômica	Negativa	Sem infra-estrutura	5	16,67	63,34
Econômica	Negativa	alto índice de desemprego	6	20,00	83,34
Econômica	Negativa	economia não tem base sólida	1	3,33	86,67
Econômica	Negativa	estagnada, crítica	3	10,00	96,67
Econômica	Negativa	Comércio sem dinheiro	1	3,33	100
		Subtotal(-)	30	100	
Social	Positiva	UESC trouxe desenvolvimento	1	100	100
		Subtotal(+)	1	100	
Social	Negativa	resquícios do coronelismo	1	3,33	3,33
Social	Negativa	grande desigualdade social	1	3,33	6,66
Social	Negativa	falta empoderamento social	1	3,33	10,00
Social	Negativa	Omissão do poder público	4	13,33	23,33
Social	Negativa	abandono na área rural	2	6,67	30,00
Social	Negativa	déficit na área de saúde	3	10,00	40,00
Social	Negativa	falta de serviço público	2	6,67	46,67
Social	Negativa	déficit na área de educação	3	10,00	56,67
Social	Negativa	Déficit na área de segurança	1	3,33	60,00
Social	Negativa	abandono na área urbana	1	3,33	63,33
Social	Negativa	muita pobreza	3	10,00	73,33
Social	Negativa	muita droga	3	10,00	83,33
Social	Negativa	Ausência de pol. Pub. Para o rural	1	3,33	86,66
Social	Negativa	Estradas péssimas	1	3,33	90,00
Social	Negativa	pessoas jogadas na rua	3	10,00	100
		Subtotal(-)	30	100	
Ambiental	Positiva	• Elevada cobertura vegetal se incluir cabucas (67%)	2	66,67	66,67
Ambiental	Positiva	• Hidrografia perene	1	33,33	100
		Subtotal (+)	3	100	

Continua...

Continuação da Tabela 19

Dimensão	Direção	Impacto	N. Resp.	%	% acum.
Ambiental	Negativa	• sem aterro sanitário	3	15,00	15,00
Ambiental	Negativa	• déficit de esgotamento sanitário	1	5,00	20,00
Ambiental	Negativa	• Ocupação irregular de APP urbana (mangues e encostas)	5	25,00	45,00
Ambiental	Negativa	• sem reciclagem de lixo, lixo nas ruas	2	10,00	55,00
Ambiental	Negativa	• não tem projeto de revitalização das praias	1	5,00	60,00
Ambiental	Negativa	• destruição ambiental	4	20,00	80,00
Ambiental	Negativa	• Falta saneamento	3	15,00	95,00
Ambiental	Negativa	• Pressão antrópica na mata da esperança	1	5,00	100,00
Subtotal(-)			20	100	

Fonte: dados da pesquisa.

A necessidade de gerar emprego e renda para a população foi reconhecida pelos entrevistados, mas eles frisam a necessidade de respeitar a vocação da região, que os projetos sejam compatíveis com a vocação regional, o cuidado com a cultura, o respeito ao local, as pessoas. É desafio para os formuladores de políticas públicas entender o “mundo” das pessoas que vivem em certo espaço, uma vez que são guiados por uma subjetividade que somente é explicada dentro de um contexto social historicamente construído, o que evitaria muitos conflitos sociais.

Os atores entrevistados queixam da omissão do poder público em relação a itens básicos como segurança, saúde, educação, estradas e telefone. A agricultura de base familiar preponderou na dimensão econômica como o maior gerador de renda, porém o declínio da cacauicultura foi o ponto negativo mais expressivo para os entrevistados.

A análise de importância relativa entre as dimensões pelo conjunto dos entrevistados revelou tendência de igualdade entre elas (Tabela 20). Observa-se que 16 respostas (portanto, 16 pessoas distintas) apontam para a indissociabilidade entre as dimensões na análise do conflito.

Tabela 20. Síntese quantitativa e frequência das respostas à pergunta “Qual dimensão é mais importante?”

Prioridade	Qual dimensão é a mais importante?	No. Respostas	%	% acumulada
1ª.	Ambiental	03	6,82	6,82
2ª.	Ambiental	02	4,55	11,37
3ª.	Ambiental	04	9,09	20,46
1ª.	Social	04	9,09	29,55
2ª.	Social	05	11,36	40,91
3ª.	Social	00	0,0	40,91
1º.	Econômico	03	6,82	47,73
2º.	Econômico	01	2,27	50,00
3º.	Econômico	04	9,09	59,09
-	Indissociabilidade ou equilíbrio entre as três	16	36,37	95,46
-	Econômica e ambiental equilibradas	01	2,27	97,73
-	Econômica e social equilibradas	01	2,27	100,0
Total		44	100,0	

- importância idêntica entre duas ou três dimensões, em vez de prioridades a uma delas.

Os entrevistados indicaram uma maior proporção de impactos negativos, em relação aos positivos (Tabela 21). Na dimensão econômica, 53% dos impactos foram considerados

positivos. Na dimensão social, apenas 17% dos impactos indicados foram considerados positivos. As dimensões de infraestrutura, ambiental e cultural foram listadas pelos entrevistados apenas com impactos negativos em relação à implantação do porto.

Tabela 21. Síntese quantitativa e frequência das respostas à pergunta “Quais impactos o porto terá sobre a população?”

Dimensão	Direção	Impacto	N. Resp.	%	% acum.
Econômica	Positiva	Novos negócios (imobiliária)	1	5,88	5,88
Econômica	Positiva	Geração de emprego e renda	13	76,47	82,35
Econômica	Positiva	Des. Econ. traz relação adequada com o meio ambiente	2	11,76	94,12
Econômica	Positiva	expectativa do porto trouxe empresas para região	1	5,88	100
Subtotal (+)			17	100,	
Econômica	Negativa	Falta de planejamento	3	15,79	15,79
Econômica	Negativa	Ocupação urbana desordenada	3	15,79	31,58
Econômica	Negativa	Desemprego geral	6	31,58	63,16
Econômica	Negativa	desvalorização da prod agrícola do assentamento	3	15,79	78,95
Econômica	Negativa	sem estrutura para receber as pessoas que virão	1	5,26	84,21
Econômica	Negativa	Impacto na cacauicultura	1	5,26	89,47
Econômica	Negativa	perda de áreas produtivas	1	5,26	94,74
Econômica	Negativa	vai piorar o turismo	1	5,26	100
Subtotal (-)			19	100	
Social	Positiva	Capacitação de forma geral, iniciada pela BAMIN	3	60,00	60,00
Social	Positiva	Qualidade de vida para todos	2	40,00	100
Subtotal(+)			5	100	
Social	Negativa	Porto: empregos decedentes	1	4,17	4,17
Social	Negativa	bolsão (povão) em volta da cidade	7	29,17	33,34
Social	Negativa	desordem social	2	8,33	41,67
Social	Negativa	Falta de transparência	1	4,17	45,84
Social	Negativa	Impacto negativo na saúde	2	8,33	54,17
Social	Negativa	perda da qualidade de vida	3	12,50	66,67
Social	Negativa	Vai aumentar as diferenças sociais	1	4,17	70,84
Social	Negativa	Vai aumentar a pobreza	1	4,17	75,00
Social	Negativa	Prostituição	3	12,50	87,50
Social	Negativa	vai gerar emprego mas sem qualidade	1	4,17	91,67
Social	Negativa	Falta qualificação	2	8,33	100
Subtotal (-)			24	100	
Cultural	Negativa	Redefinição no modo de vida das pessoas	2	33,33	33,33
Cultural	Negativa	Desconfiguração das vocações	2	33,33	66,66
Cultural	Negativa	desrespeito às pessoas, ao local	1	16,67	83,33
Cultural	Negativa	Vai tirar o homem do campo	1	16,67	100
Subtotal (-)			6	100	
Ambiental	Negativa	tornar-se-á uma mini Cubatão	1	4,55	4,55
Ambiental	Negativa	Impacto ambiental, impacto direto na natureza	7	31,82	36,37
Ambiental	Negativa	impossibilidade de compensação	5	22,73	59,10
Ambiental	Negativa	Perda da Mata Atlântica	3	13,64	72,73
Ambiental	Negativa	vai acabar com as praias	1	4,55	77,28
Ambiental	Negativa	contaminação da água	1	4,55	81,82
Ambiental	Negativa	destruição ambiental	2	9,09	90,91
Ambiental	Negativa	destruição das nascentes	1	4,55	95,46
Ambiental	Negativa	destruição das árvores	1	4,55	100,00
Subtotal (-)			22	100	

Fonte: dados da pesquisa.

Dentre as 93 ideias apresentadas pelos entrevistados acerca do impacto que o porto irá causar, foram constatadas apenas 19 (20%) respostas indicativas de impacto positivo, e todas as demais 75 (80%) respostas foram indicativas de impactos negativos (Tabela 21). Embora a dimensão econômica tenha registrado geração de emprego e renda como impacto positivo, o desemprego foi indicado na social como maior impacto negativo na população local.

O governo (Federal, Estadual e Municipal), bem como os empresários em geral, com exceção apenas do seguimento empresarial que se dedica ao turismo, acreditam que com práticas capitalistas o desenvolvimento acontecerá, entendem o Porto Sul como sinônimo de modernização e desenvolvimento. Neste sentido, questões de ordem social e ambiental são relevadas ao segundo plano pelos formuladores de políticas públicas, por entenderem que estes são contrários ao desenvolvimento. Até então, a preocupação do governo foi validar a aprovação dos órgãos competentes para implantação do Complexo Intermodal, ignorando esforços conservacionistas, bem como os valores locais, construídos pelos atores que neste local vivem, que tem um modo de vida arraigado em seu lugar de origem, evidenciando ser uma política autoritária e excludente. Como afirma Furtado (1985: p. 161):

“o desenvolvimento material é quase necessariamente imitativo, dado que os empresários industriais têm, à sua disposição, processos produtivos comprovados pela experiência de economias mais adiantadas, entre os quais faz a sua escolha. Mas a problemática do desenvolvimento abarca todo o processo social e político, razão pela qual a política de desenvolvimento terá que ser inventada localmente”.

Os atores sociais, que vivem no entorno do Porto Sul e que são a favor deste, vêm neste uma esperança de poder melhorar de vida, sair do estado de miséria em que vivem. O “desenvolvimento” bem como o subdesenvolvimento, são caras da mesma moeda, um é produto do outro, mas o subdesenvolvimento impede que o crescimento econômico se transforme em desenvolvimento, não sendo este consequência do crescimento econômico. Segundo Castro, citado por Andrade (2003: p. 78):

“O subdesenvolvimento não é, como muitos pensam equivocadamente, insuficiência ou ausência de desenvolvimento. O subdesenvolvimento é um produto ou um subproduto do desenvolvimento, uma derivação inevitável da exploração econômica colonial ou neocolonial, que continua se exercendo sobre diversas regiões do planeta”.

Por sua vez, ONGs ambientalistas, veem na natureza algo mais que dinheiro, defendem um desenvolvimento pautado na conservação e preservação do meio ambiente, bem como no respeito a cultura local. Atribuem a degradação do meio ambiente ao sistema capitalista e a exclusão social como consequência da crise ambiental. Valores como conservação ambiental, justiça, democracia, dentre outros, é o que norteia as ações desses movimentos.

Em lugar do Porto Sul, os ambientalistas defendem alternativa de desenvolvimento que esteja pautado na conservação do meio ambiente, um desenvolvimento com sustentabilidade ambiental. Nas palavras de Furtado (2004: p. 7):

“...o desenvolvimento traduz a realização das potencialidades humanas, é natural que se empreste à ideia um sentido positivo. As sociedades são consideradas desenvolvidas à medida que nelas o homem logra satisfazer suas necessidades e renovar suas aspirações”.

Pode-se inferir que nenhum dos grupos é contra o “desenvolvimento”, mas preconiza uma reconversão, um novo entendimento do que seja este desenvolvimento, não simplesmente pautado nos números. Logicamente que o desenvolvimento econômico é necessário, mas que aconteça respeitando os limites do meio ambiente. Para Costanza (1994: p. 121):

“Sustentabilidade é um relacionamento entre sistemas econômicos dinâmicos e sistemas ecológicos maiores e também dinâmicos, embora de mudança mais lenta, em que: a) a vida humana pode continuar indefinidamente; b) os indivíduos podem prosperar; c) as culturas humanas podem desenvolver-se; mas em que d) os resultados das atividades humanas obedecem a limites para não destruir a diversidade, a complexidade e a função do sistema ecológico de apoio à vida”.

Diversos atores da sociedade civil formam coalizões, fazendo surgir uma identidade coletiva: a defesa do meio ambiente. Esses atores possuem um objetivo comum: a qualidade de vida, a conservação ambiental, o direito de viver no local que nasceu. Eles defendem o desenvolvimento para além da sua dimensão econômica, enxergam-no como algo que está ligado a defesa do lugar, local este de diálogo dos “saberes”, da cultura, do pertencimento, os quais são valores fundamentais para o relacionamento com a natureza.

Os atores que não fazem parte do grupo a favor ou contra, alguns expressam insegurança quanto aos benefícios que o Porto Sul possa trazer. Outros, pela falta de empoderamento, tomam o Porto como algo certo, e por isso sua posição (a favor ou contra) não importa, logo não a emite.

Nesse contexto, é possível definir alguns tipos inerentes ao conflito Porto Sul, bem como definir algumas identidades e suas características (Tabela 22). De um modo geral, as ONGs defendem a preservação da natureza. As comunidades locais mobilizam-se em defesa do espaço em que vivem. Há ainda os que defendem o respeito e a harmonia de todos os seres com a natureza, e os “desenvolvimentistas” que defendem o Porto Sul como a saída para o desenvolvimento da região.

Tabela 22 – Identidade, oposição e objetivo para diferentes tipos de atores entrevistados.

Tipo/exemplo	Identidade	Opositor	Objetivo
Conservação, preservação e recuperação da Natureza (ONGs)	Manutenção de habitat	Desenvolvimento pautado no capitalismo	sustentabilidade
Defesa do Próprio espaço	Comunidade e artistas locais	Agentes poluidores	Qualidade de vida e saúde, preservação do espaço onde vivem
Integração com as árvores, água, etc	O ser des-localizado, tendo como casa o planeta	A ordem mundial capitalista	Integração com a natureza
Desenvolvimentistas	Capitalismo	ONGs ambientalistas	Crescimento econômico

FONTE: adaptação a partir de Castells (1999).

Buscando satisfazer suas necessidades, o homem desenvolve relações com o meio que se caracterizam por experiências de criação e destruição, nas quais o espaço humanizado se desenvolve a partir da alteração da natureza. Por meio deste processo, o ambiente natural é transformado através de técnicas que permitem ao homem o domínio do mundo natural e sua

exploração, recriando novas formas de natureza portadoras de novos significados. Esta perspectiva considera o meio ambiente de forma mais ampla, enfatizando a sua construção e definição social, sem negar a concepção do “natural” em si mesmo, ou seja, considerando-o além da sua concepção biológica.

A elaboração da natureza obedece, dessa forma, a um processo de escolha humana, uma vez que tanto o processo de degradação ambiental quanto o de preservação do meio ambiente são elaborados e executados através das ações antrópicas. Dessa forma, existem duas possibilidades de percepções da natureza: uma que a considera como algo independente da ação humana e outra que a percebe como uma extensão das atividades humanas, uma vez que tanto as formas de exploração quanto de preservação são determinadas a partir de escolhas humanas. De acordo com Florit, 2004: p. 23): “... de um lado, a natureza é considerada como algo independente das atividades humana, mas do outro, a atividade humana está multiplicando incessantemente o seu poder de modificação do mundo natural, não deixando praticamente nada livre de sua ingerência”.

Enfatiza-se, no entanto, a ação do homem sobre o meio natural como uma atividade humana capaz de reconstruir a natureza alterando sua conformação biológica através da supressão e inserção de elementos constituintes das cadeias ecológicas. A relação entre homens e o ambiente natural é entendida aqui como uma relação contínua entre os dois elementos, baseando-se em:

“... uma nova visão, cuja ênfase recaia nos resultados da ação do homem sobre o meio ambiente. Devemos entender a natureza não mais como um dado externo e imóvel, mas como um produto de uma prolongada atividade humana...” (TEIXEIRA, 1997: p. 203)

Considerando-se que as ações antrópicas produzem as transformações no meio natural, e que o homem por meio de suas ações produz a história (DEAN, 1996), percebemos as alterações nos ecossistemas e consequentemente nas paisagens como elementos originados das mudanças humanas realizadas no meio ambiente natural, portanto uma expressão da atividade cultural humana.

4.4 Análise multicritério de alternativas de desenvolvimento e relações de preferência

4.4.1 Interação e ordenação das alternativas de desenvolvimento

Os dados obtidos nas entrevistas foram transformados em valores percentuais para a construção da matriz de critérios (Tabela 23). Os critérios de quantificação da alternativa “Porto sem medidas” foram extraídos da Tabela 21. Os critérios de quantificação da alternativa “atividades atuais com medidas” e também do “Porto com medidas” foram sintetizados a partir da Tabelas 13 e 15 respectivamente. Os critérios de quantificação da alternativa “atividades atuais sem medidas” foram sintetizados a partir da Tabela 19.

Tabela 23. Matriz de critérios (impactos) definidos em relação a cada dimensão considerando as os cenários “com” e “sem” o complexo intermodal Porto Sul em Aritaguá, BA, ajustado as alternativas de adoção de medidas de melhoria nos dois cenários, partir da percepção dos atores (os valores representam frequência (%)) com que o critério é utilizado pelos atores nas respostas da entrevista)

Dimensões e critérios	Porto Sul		Atividades Atuais	
	Com medidas (otimizado)	Sem medidas	Com medidas (otimizadas)	Sem medidas
1. Econômico				
C1. Quantidade de emprego e renda	22	+17(-6)	11	+1(-21)
C2. Hotéis e turismo	5	(-1)	8	-
C3. Agricultura e pesca	7	(-5)	12	+14(-15)
C4. Infraestrutura local	8	(-7)	4	(-5)
2. Sócio cultural				
C5. Qualidade de emprego	0	(-2)	0	-
C6. Qualidade de vida	44	(-20)	30	(-36)
C7. Capacitação profissional	4	(-2)	3	-
C8. Cultura local	3	(-6)	14	-
3. Ambiental				
C9. Água, ar e solo	0	(-2)	0	-
C10. Cobertura florestal	10	(-10)	6	+3(-4)
C11. Paisagem rural e urbana	3	(-10)	0	(-7)
C12. Saneamento ambiental	7		2	(-9)

PDMP, Plano Diretor Municipal Participativo de Ilhéus. EIA/RIMA, Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto do Meio Ambiente. Observação: para a análise pelo NAIADÉ, os valores positivos e negativos em mesmo critério por alternativa foram agregados em um só valor.

Considerando as alternativas atuais e Porto, sem medidas, a situação ambiental se mostra muito ruim, mas percebe-se uma preocupação maior com a dimensão ambiental os grupos favoráveis a implantação do Porto com medidas otimizadas. As mudanças climáticas, os riscos de desastres ambientais e a impossibilidade de compensação são discursos inerentes à maioria dos grupos, porém, mesmo a consciência dos riscos a que todos estão expostos, não reflete uma mudança de paradigma, de compromisso com o meio ambiente, nota-se que não querem abrir mão do conforto que desfrutam para facilitar a vida de outras pessoas ou de futuras gerações (Veiga, 2007):

A tabela 24 mostra as preferências dos nove grupos em relação às dimensões: econômica, social e ambiental, diante das quatro alternativas de desenvolvimento possíveis.

TABELA 24. Resumo das respostas por grupos, alternativas e dimensão, evidenciando a natureza (positiva ou negativa) em que cada critério que foi evocado pelos entrevistados integrantes de cada grupo: 1 – ambientalistas; 2 – Social; 3 – Cacauilcultor, 4 – Empresários; 5 - Focal Sindical; 6 – Indígena, 7 – Institucional, 8 – Políticos, 9 – Residentes. Dados utilizados para gerar a matriz alternativas por dimensão.

Dimensão	Grupo	Valor atribuído pelo entrevistado	N.º de vezes que o grupo reportou à dimensão, positiva ou negativamente			
			Porto Sul	Atividade Atual	Porto otimizado	Atual Otimizada
Econômica	1	Negativo	4	5	0	0
		Positivo	0	0	0	7
Social	1	Negativo	4	6	0	0
		Positivo	0	0	0	12
Ambiental	1	Negativo	3	1	0	0
		Positivo	0	1	0	3
Econômica	2	Negativo	5	6	0	0
		Positivo	0	2	0	8
Social	2	Negativo	10	12	0	0
		Positivo	0	1	0	9
Ambiental	2	Negativo	5	2	0	0
		Positivo	0	0	0	1
Econômica	3	Negativo	3	3	0	0
		Positivo	2	0	3	4
Social	3	Negativo	2	3	5	0
		Positivo	0	0	0	7
Ambiental	3	Negativo	1	2	1	0
		Positivo	0	0	0	1
Econômica	4	Negativo	2	12	0	0
		Positivo	6	0	18	9
Social	4	Negativo	6	7	0	0
		Positivo	1	0	17	4
Ambiental	4	Negativo	3	5	0	0
		Positivo	0	0	12	1
Econômica	5	Negativo	0	1	0	0
		Positivo	1	0	2	0
Social	5	Negativo	1	3	0	0
		Positivo	1	0	8	0
Ambiental	5	Negativo	0	1	0	0
		Positivo	0	0	1	0
Econômica	6	Negativo	0	1	0	0
		Positivo	0	0	0	2
Social	6	Negativo	4	0	0	0
		Positivo	0	0	0	5
Ambiental	6	Negativo	4	0	0	0
		Positivo	0	0	0	0
Econômica	7	Negativo	0	2	0	0
		Positivo	3	0	4	0
Social	7	Negativo	0	2	6	0
		Positivo	0	0	0	3
Ambiental	7	Negativo	0	3	0	0
		Positivo	0	0	4	3
Econômica	8	Negativo	0	8	0	0
		Positivo	4	3	12	2
Social	8	Negativo	2	5	0	0
		Positivo	0	0	8	4
Ambiental	8	Negativo	1	5	0	0
		Positivo	0	2	2	6

Continua...

Dimensão	Grupo	Valor atribuído pelo entrevistado	N.º de vezes que o grupo reportou à dimensão, positiva ou negativamente			
			Porto Sul	Atividade Atual	Porto otimizado	Atual Otimizada
Econômica	9	Negativo	3	2	0	0
		Positivo	1	0	3	3
Social	9	Negativo	2	1	0	0
		Positivo	1	0	7	3
Ambiental	9	Negativo	6	0	0	0
		Positivo	0	0	0	0

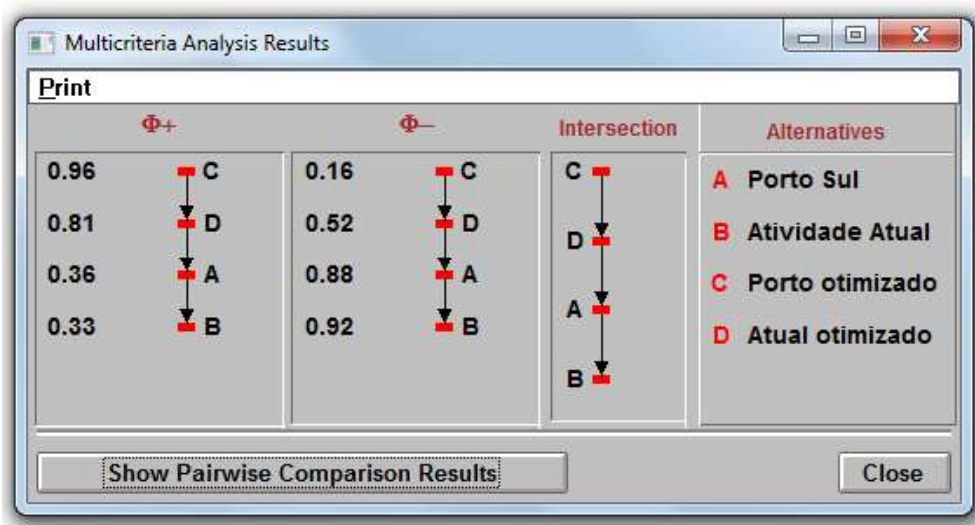
Fonte: a autora, elaboração própria

4.4.2 Matriz de impacto de critérios por alternativas

Os critérios de quantificação da alternativa Porto Sul (isto é, porto sem medidas) foram extraídos da tabela 21, quantificando-se em pontos percentuais relativos ao número de respostas da dimensão econômica e infraestrutura. As informações dadas pelos atores entrevistados que foram agregadas aos diferentes critérios possibilitaram detectar as preferências em relação às quatro alternativas construídas no presente estudo (Figura 5). A intercessão entre as ordenações revelou que tanto o Porto otimizado como a atividade atual otimizada são preferidos pelos atores em relação ao porto como foi apresentado no projeto bem como à situação atual como se encontra a região atualmente. A seguir, vamos estabelecer uma análise crítica dessa situação, evidenciando quais critérios são favorecidos pelos entrevistados em cada alternativa. Uma análise mais detalhada dos resultados comparativos para-a-par entre as alternativas pode ser encontrada no Apêndice D.

As estimativas do parâmetro indicativo de preferências positivas dos entrevistados estão indicadas como Φ^+ , significando que os critérios são atendidos no sentido de melhoria esperada pelo entrevistado. As estimativas do parâmetro indicativo de não-preferência, estão indicadas como Φ^- , significando que os critérios não é contemplado na alternativa. As alternativas C e D possuem 96 e 81 %, respectivamente, de atendimento dos critérios favoráveis na visão dos atores conforme expresso pela estimativa do parâmetro Φ . Pode-se observar que esse alto grau de preferência revela uma aceitação equivalente das duas alternativas otimizadas. No entanto, é necessário explicitar uma comparação qualitativa entre essas duas alternativas:

- As duas alternativas otimizadas mostram-se como indiferentes para os seguintes critérios: C5, C7, C9 e C12.
- O porto otimizado apresenta maior preferência em relação aos critérios C1, C4, C6, C10 e C11.
- O atual otimizado apresenta maior preferência em relação aos critérios C2, C3 e C8.



I

Figura 5. Ordenação das alternativas definidas a partir das entrevistas, revelando a ordem de preferência dos atores. I – ordem de preferência como melhor alternativa indicada pelo índice de preferência dos entrevistados, Φ^+ , e como pior alternativa (Φ^-), e intercessão das alternativas que potencialmente representam a preferência, com base nos critérios analisados com base no método NAIADE. Obs. o NAIADE permite uma ordenação (ranking) de alternativas com base nos índices de intensidades de preferência que são sintetizados na classificação final a partir da interseção de duas classificações distintas, cada uma das quais variando de 0 a 1, como representado no gráfico I. A primeira classificação advém dos atributos “melhor” e “muito melhor”, sendo representado pela letra grega Φ maiúscula seguida do sinal positivo (Φ^+), e significa que quanto mais próximo de 1, melhor é a alternativa. A segunda classificação advém dos atributos “pior” e “muito pior” (Φ^-), e significa que quanto mais próximo de 1, pior é a alternativa. No gráfico de intercessão dessas duas classificações, as alternativas do topo são as melhores e as da base são as piores.

As alternativas “Porto Sul” e “atividade atual” mostraram 88 e 92% de não-preferência pelos atores, respectivamente, ao considerar os 12 critérios adotados nesta pesquisa, indicando que elas foram consideradas inadequadas pelos entrevistados. Ao comparar essas duas alternativas, pela análise multicritério a partir dos 12 critérios adotados no presente trabalho, observa-se um panorama complexo, porque quatro critérios distribuídos nas três dimensões são indicados como favoráveis ao Porto Sul, ao passo que três critérios concentrados nas dimensões social e ambiental são considerados como melhores na alternativa “atividade atual” (Apêndice: Figura E1). Além disso, a maioria dos critérios apresentam-se indiferentes na comparação dessas duas alternativas definidas a priori.

A superioridade das alternativas otimizadas nos dois cenários estabelecidos *a priori* foi demonstrada pelos entrevistados. O Porto Sul mostrou-se alternativa pior que as duas alternativas otimizadas com relação a 10 critérios (Apêndice: Figura E2). Esse resultado indica que as pessoas estão mais dispostas a aceitar alternativas de desenvolvimento que incluam as atividades realizadas atualmente, na forma que os entrevistados imaginaram projetos futuros. Essa disposição dos atores locais em otimizar as propostas de políticas de desenvolvimento é consistente com a premissa de que o desenvolvimento regional ou local depende da conciliação das políticas externas imaginadas impulsionar o crescimento com os objetivos locais (Oliveira e Lima, 2003).

Para os atores entrevistados, as duas alternativas coincidentes com a definição a priori (Porto Sul e atividades atuais), da forma como se encontra a região atualmente, são piores do

que as duas alternativas que incluem medidas otimizadoras das potencialidades locais. Observa-se que, para a maioria dos critérios, a comparação indica essa relação de preferência exceto para os critérios C5 e C9 aparecem como indiferentes na comparação dessas duas alternativas (Apêndice: Figura E2).

De forma semelhante ao caso anterior, as atividades atuais são piores do que essas mesmas atividades acompanhadas de medidas otimizadoras destas potencialidades locais. Para a maioria dos critérios, a comparação indica relação de preferência exceto para C5 e C9 que aparecem como indiferentes entre essas duas alternativas. Da mesma forma, a alternativa do porto otimizado é preferida à “situação atual”, mas indiferente para C5 e C9.

A comparação entre “porto otimizado” e “atividade atual otimizada” revela diferenças em relação a essas duas alternativas. Para quatro critérios (emprego e renda, infraestrutura, qualidade de vida e saneamento), o porto otimizado é indicado pelos entrevistados como superior a atividade atual otimizada (Apêndice: Figura E3). Por outro lado, os critérios turismo, agricultura, qualidade de emprego e capacitação profissional e recursos hídricos são indiferentes nessa comparação. Novamente, o critério cultural somente é relevante na alternativa atividade atual otimizada, isto é, sem o porto. Deve-se ressaltar que, mesmo com medidas otimizadoras para um porto preconizado para o futuro da região, não há garantias de que os benefícios serão equitativos, pois o subdesenvolvimento não é construído pela ausência de desenvolvimento e sim uma consequência deste (CASTRO, 1973). Como mostra a história da política brasileira, os grupos mais vulneráveis foram sempre os mais sacrificados, vítimas do poder de grupos dominantes.

4.4.3 Coalizões e discordâncias de diferentes atores

Em todas as comparações de alternativas realizadas com base nos 12 critérios, o critério qualidade do emprego e recursos hídricos apareceram como indiferentes para distinguir as alternativas. Esses dois critérios aparecem poucas vezes como resposta dos entrevistados a projetos futuros. A descrição das dimensões econômica, social e ambiental em relação as alternativas para cada grupo de atores encontram-se no Apêndice, Tabela D1, D2 e D3. Os grupos encontram-se descritos na Tabela 25.

Tabela 25. Matriz de grupos de atores (relações de preferência) em relação às alternativas sobre o projeto de implantação do complexo intermodal Porto Sul em Aritaguá, BA

Grupos	Porto Sul		Atividades Atuais	
	Com medidas	Sem medidas	Com medidas	Sem medidas
G1 Ambientalista	-	(-7)	+22	+1(-12)
G2 Social	-	(-20)	+18	+3(-20)
G3 Cacaucultor	+9	+2(-6)	+12	(-3)
G4 Empresários	+47	+7(-11)	+14	(-24)
G5 Focal Sindical	+11	+2(-1)	-	(-5)
G6 Indígena	-	(-8)	+7	(-1)
G7 Institucional	+14	+3	+3	(-7)
G8 Político	+22	+4(-3)	+6	+5(-18)
G9 Residentes	+10	+2(-11)	+6	(-3)

Fonte: dados da pesquisa.

A avaliação das preferências por cada alternativa foi realizada com base nos escores obtidos por cada alternativa (Tabela 26). Observamos que em geral as alternativas otimizadas foram estatisticamente semelhantes, caindo na classe de “perfeito” para todas as três dimensões avaliadas. A dimensão social está na categoria “muito ruim”, de acordo com os escores de preferências dos diferentes atores para a situação atual e para o projeto Porto Sul. Portanto, qualitativamente as duas alternativas otimizadas são igualmente preferidas pelos entrevistados.

Ao analisar a importância relativa das três dimensões para os nove grupos de atores, verifica-se que apenas o G1 possui unanimidade em adotar a indissociabilidade entre as dimensões (Tabela 27), visto que todas essas dimensões apresentam-se em equilíbrio.

As possíveis coalizões entre grupos de atores indicam três subcoalizões com baixo conflito (Figura 6). Procedendo-se um corte analítico no dendrograma no ponto médio entre os extremos do agrupamento $[(0,7260+0,7794)/2=0,7527]$, ficam explícitos os seguintes subgrupos de subcoalizões:

- I. A subcoalizão de G1 e G2 exibe 77,4% de similaridade entre si, refletindo afinidades de proposições entre grupos sociais e ambientais. Trata-se do grupo formado por ONGs.
- II. A subcoalizão de G3 e G9 exibe 76,5% de similaridade entre si, refletido afinidades de proposições entre cacauicultores e residentes.
- III. A subcoalizão com maior número de grupos (G4, G7, G8) apresenta uma similaridade média de 76,5% quanto aos valores atribuídos aos diferentes critérios, incluindo empresários, institucional e políticos.
- IV. O grupo G5 (focal sindical) encontra-se isolado, exibindo similaridade de 72,6%, inferior ao valor médio estabelecido para distinguir os agrupamentos. Há uma leve tendência em se agrupar com a subcoalizão III, o que era esperado por ser formado por prestadores de serviços (visão empresarial).
- V. O grupo G6 (indígenas) exibe similaridade de apenas 72,2% às subcoalizões anteriores, sendo o grupo com posicionamentos mais distintos em relação a todos os demais. Talvez essa configuração seja reflexo de um menor número de critérios informativos entre G6 e demais grupos, visto que eles apresentaram propostas restritas a poucos critérios.

Tabela 26. Avaliação das alternativas em relação ao somatório de preferências (critérios) para cada dimensão

ALTERNATIVAS	DIMENSÃO	ESCORE	AValiação
Com o Porto	ECONÔMICA	(-3)	Moderado
Atividade atual		(-35)	Muito ruim
Com o Porto Otimizado		+42	Perfeito
Atividade atual Otimizado		+35	Muito bom
Com o Porto	SOCIAL	(-31)	Muito ruim
Atividade atual		(-39)	Muito ruim
Com o Porto Otimizado		+51	Perfeito
Atividade atual Otimizado		+47	Perfeito
Com o Porto	AMBIENTAL	(-23)	Ruim
Atividade atual		(-16)	± Ruim
Com o Porto Otimizado		+20	Bom
Atividade atual Otimizado		+6	Moderado

Os grupos G1 a G9 encontram-se descritos na Tabela 25.

Escala = perfeito (≥ 40), muito bom (30 a 39), bom (20 a 29), ± bom (10 a 19), moderado (-9 a 9), ± ruim (-10 a -19), ruim (-20 a -29), muito ruim (-30 a -39), extremamente ruim ≤ -40 .

TABELA 27. Análise das dimensões por grupo quanto a importância das dimensões na temática Porto Sul.

Grupo	Econômica	Social	Ambiental	Nº respostas
G1	Equilíbrio	Equilíbrio	Equilíbrio	2
G2	Equilíbrio	Equilíbrio	Equilíbrio	1
	1ª.	2ª.	3ª.	1
	3ª	1ª	2a	1
G3	Equilíbrio	Equilíbrio	Equilíbrio	2
	Equilíbrio	1ª	Equilíbrio	1
G4	Equilíbrio	Equilíbrio	Equilíbrio	4
	Equilíbrio		Equilíbrio	2
		1ª		1
G5	2a	1ª	3a	1
G6	Equilíbrio	Equilíbrio	Equilíbrio	1
	3ª	2a	1a	1
G7	Equilíbrio	Equilíbrio	Equilíbrio	3
	1a	2a	3ª	1
G8	Equilíbrio	Equilíbrio	Equilíbrio	4
	1a	2a	3a	1
G9	Equilíbrio	Equilíbrio	Equilíbrio	2
	3ª	2a	1a	1

Os grupos G1 a G9 encontram-se descritos na Tabela 25.

Fonte: dados da pesquisa.

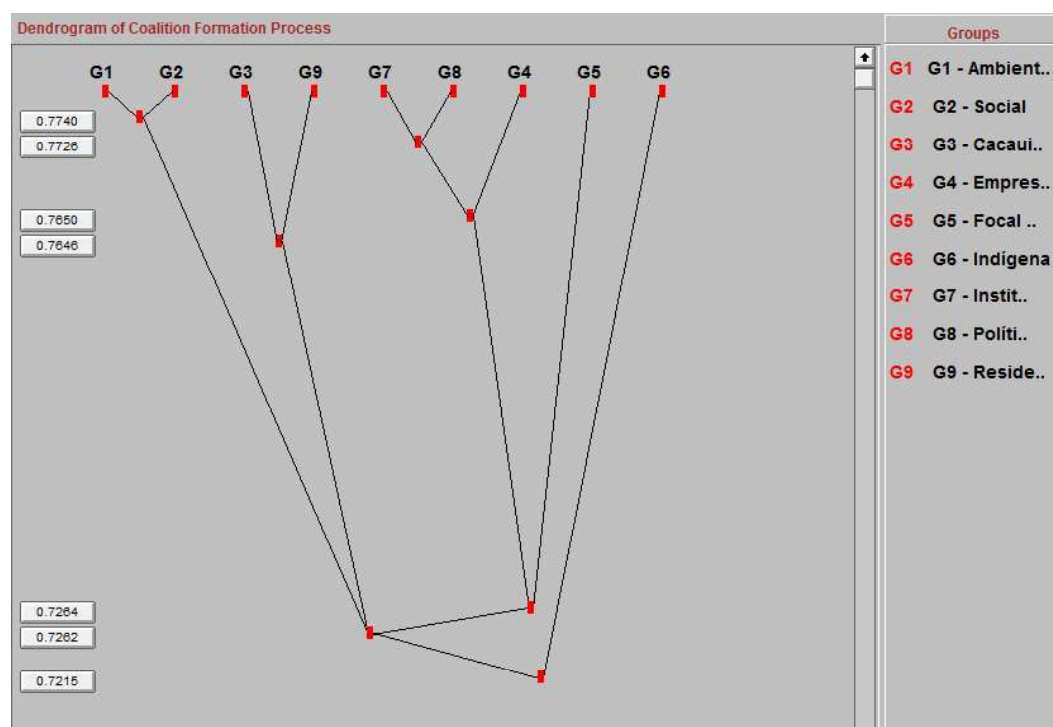


Figura 6. Dendrograma dos grupos de atores, revelando três coalizões principais. A escala de transformação de frequências em notas consistiu em: perfeito (≥ 17), muito bom (12 a 16), bom (7 a 11), \pm bom (2 a 6), moderado (-1 a 1), \pm ruim (-6 a -2), ruim (-7 a -11), muito ruim (-12 a -16), extremamente ruim (≤ -17).

A análise multicritério de similaridade entre os grupos, realizada com auxílio do programa NAIADE, possibilitou identificar que G1 apresenta a maior similaridade com G2 e a menor similaridade com G4 e G6 exibindo os dois valores extremos (Tabela 28).

A partir das transcrições das respostas dos entrevistados sobre projetos de futuro, foram identificadas entre 7 e 61 diferentes ideias associadas aos diferentes critérios, pelos diferentes grupos de atores (Tabela 29).

Tabela 28. Matriz de similaridades entre grupos de atores calculadas a partir dos critérios indicados nas entrevistas. Em negrito, destacam-se os valores de similaridade extremos da distribuição.

Grupos	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9
G1	1,0000								
G2	0,7740	1,0000							
G3	0,7262	0,6530	1,0000						
G4	0,6416	0,6309	0,7258	1,0000					
G5	0,5932	0,5462	0,6673	0,6244	1,0000				
G6	0,7203	0,6333	0,7179	0,5762	0,6483	1,0000			
G7	0,5703	0,5249	0,6578	0,6573	0,7264	0,5711	1,0000		
G8	0,5949	0,5651	0,6893	0,7650	0,7101	0,5706	0,7726	1,0000	
G9	0,6830	0,6386	0,7646	0,6868	0,7224	0,7215	0,6375	0,6890	1,0000

Os grupos G1 a G9 encontram-se descritos na Tabela 25

Fonte: dados da pesquisa.

Tabela 29: Número de ideias aderentes a cada critério, por grupo de atores, nas três dimensões.

Dimensão	Critério	Número de ideias de projetos por grupo								
		G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9
Econômica	Emprego e renda	3	3	2	12	0	1	2	8	2
Econômica	Turismo	0	3	0	4	0	1	0	4	1
Econômica	Agricultura	3	2	3	6	2	0	2	0	1
Econômica	Infraestrutura.	1	0	2	5	0	0	0	2	2
Social	Qualidade de emprego	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Social	Qualidade de vida	9	3	11	18	4	3	8	8	10
Social	Capacitação profissional	0	1	1	2	2	0	0	1	0
Social	Cultura	3	5	0	1	2	2	1	3	0
Ambiental	Água, ar e solo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ambiental	Floresta	2	1	1	5	0	0	4	1	0
Ambiental	Paisagem	0	0	0	2	1	0	0	0	0
Ambiental	Saneamento	1	0	1	6	0	0	0	1	0
Σ grupo		22	18	21	61	11	7	17	28	16

Os grupos G1 a G9 encontram-se descritos na Tabela 25.

Fonte: dados da pesquisa.

Na dimensão econômica, o turismo foi o critério mais importante, ficando os demais critérios com pequena diferença de importância, na seguinte ordem: agricultura, emprego e renda e infraestrutura. Na dimensão social, a qualidade de vida foi mais importante, seguida de cultura e capacitação profissional, não sendo referenciada a qualidade de emprego por nenhum dos grupos. Na dimensão ambiental, a paisagem foi um critério mais importante que saneamento, cobertura florestal e recurso hídrico e solo.

O efeito do critério qualidade de vida em discriminar os grupos de coalizões revelou como mais expressivo em relação aos demais critérios para os grupos G4, G8 e G9 (Figura 7). Observa-se ainda que o critério cultura foi mais expressivo para revelar a singularidade do G2. De um modo geral, os critérios qualidade de vida e emprego e renda foram os mais referidos por diferentes atores.

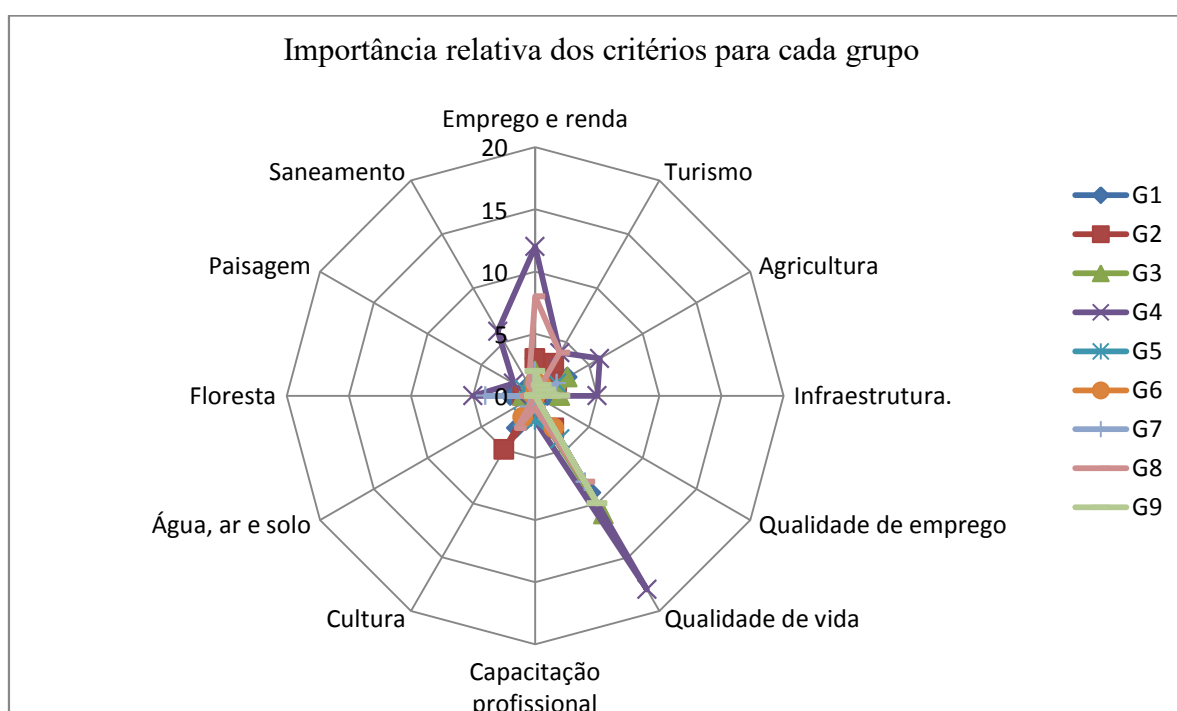


Figura 7. Diagramas de dispersão de critérios em relação a grupos. Análise circular evidenciando importância relativa dos critérios para os grupos, em que se adotou a escala perfeito (≥ 17), muito bom (12 a 16), bom (7 a 11), \pm bom (2 a 6), moderado (-1 a 1), \pm ruim (-6 a -2), ruim (-7 a -11), muito ruim (-12 a -16), extremamente ruim (≤ -17). Os grupos G1 a G9 encontram-se descritos na Tabela 25.

4.5 Conclusões e síntese: ordenação de alternativas, agrupamentos e suas implicações

A análise institucional combinada com dados das entrevistas em profundidade com atores-chave envolvidos no conflito revelaram quatro alternativas de desenvolvimento para a região. Essas alternativas foram analisadas considerando-se 12 critérios, abrangendo as dimensões econômica, social e ambiental. Dentre as quatro alternativas, apenas duas apresentaram preferência positiva significativa pela análise feita no NAIADÉ, pelos atores entrevistados. Essas duas alternativas ficaram assim classificadas:

- (1ª) porto otimizado (com políticas locais indicadas pelos atores);
- (2ª) atividades atuais otimizadas (com políticas locais indicados pelos atores).

A superioridade relativa do porto otimizado em relação ao atual otimizado deve-se principalmente a uma maior expectativa de geração de emprego no porto otimizado. Essa alternativa atende mais concentradamente o critério econômico. Por outro lado, o atual otimizado representa a alternativa que atende de forma mais homogênea aos critérios de cada dimensão analisada (econômica, social e ambiental).

Por outro lado, as duas alternativas foram rejeitadas pelos entrevistados, ao considerarmos que foram igualmente classificadas como piores:

(3^a) porto (como apresentado pelo governo);

(4^a) atividades atuais (como se encontra a região).

As alternativas otimizadas apresentam-se aceitáveis pelos atores, porque agregam melhorias ao que existe na região, valorizando as potencialidades locais (espaço, cultura, natureza). Portanto, somente alternativas que consideram investimentos em potenciais já existentes na região, como agricultura, pesca e turismo apresentaram aceitação entre atores. Nesse contexto, devem-se incluir estratégias que atendem toda a população, principalmente os mais pobres que vivem em crise permanente.

O conflito porto sul revela situação de aparente consenso entre todos os nove grupos em reconhecer a necessidade de desenvolvimentos na região. Consideramos como consenso aparente porque o significado que cada ator atribui a desenvolvimento é variável, havendo atores que apresentam uma noção de desenvolvimento como equivalente a crescimento econômico, outros se mostram aderentes à noção de desenvolvimento sustentável e, ainda outros, possuem uma visão de desenvolvimento como bem estar humano e integração contemplativa da natureza.

A divergência mais explícita consistiu em posicionar a favor ou contra a implantação do Porto Sul. Contudo, esse posicionamento não se mostrou consistente dentro de grupos, especialmente nos grupos mais ligados ao empreendedorismo. Várias divergências específicas levaram à formação de subcoalizões em relação às políticas alternativas oriundas dos atores locais. As ONGs ambientalistas e sociais formaram um grupo de coalizão a parte, distinguindo-se dos demais quanto ao critério social e ambiental.

Os empresários, políticos, cacauicultores e residentes formaram o maior grupo de coalizão. Vários atores desse grupo acreditam que o Porto Sul representa riscos aos empreendimentos atuais, especialmente nos ramos do turismo e geração de produtos ecológicos, artesanais, economia criativa.

Os demais grupos (sindical, indígena e institucional) não formaram coalizões, apresentando-se independentes. Esses grupos que estão fora de coalizões apresentam peculiaridades tais como: o grupo sindical constituiu-se em grupo focal que se distingue dos demais pelo interesse majoritário nas iniciativas que gerem emprego e tem a esperança de que o porto seja gerador de emprego. O grupo indígena apresenta uma noção de bem estar associado a uma visão contemplativa da natureza, sem apresentar qualquer adesão à ideia de grandes empreendimentos. O grupo institucional, por outro lado, lida com análises mais complexas, apresentando hipóteses em que o Porto poderia somar-se às potencialidades locais, especialmente numa visão de porto multiexportador, para acolher produtos regionais com alto valor agregado.

Como principais implicações, destaca-se que as alternativas “porto otimizado” e “atividades atuais otimizadas”, nesta ordem, são as que apresentam combinações mais equitativas das dimensões econômica, social e ambiental. As alternativas “porto” e “atividades atuais” são as piores alternativas. As diferentes subcoalizões podem ser consideradas no aperfeiçoamento de políticas locais de desenvolvimento, de modo a melhor integrar as dimensões econômica, social e ambiental.

CONCLUSÕES

A implantação do Porto Sul vem acompanhada de conflitos sociais e ambientais, uma vez que apresenta ameaças às comunidades locais e ao meio ambiente. O empreendimento não foge a regra histórica da implantação de grandes empreendimentos, traz consigo a alteração da dinâmica local das comunidades, ainda que a empresa mineradora parceira da proposta governamental diz-se esforçar para minimizar os impactos socioambientais que causará. O suporte a essa conclusão pode ser encontrado em Sen (1990), o qual demonstra que o local (cultural) opõe-se ao global (capital). Nossa pesquisa nos levou a perceber que o implante de uma economia *nova* na região na forma de um complexo intermodal na essência corresponde ao modelo pré-industrial de exportar matéria prima – no caso, o minério de ferro, grãos e outros produtos do setor primário – para suprir a expansão industrial em outros países emergentes. Essa política que o governo está adotando na região substitui de uma forma perversa a ideia de, por exemplo, produzir o cacau da Bahia com a qualidade local diferenciada (variedades com sabor distinto, solo, clima, cultura do povo local etc), que atenderia consumidores em nichos urbanos dispostos a valorizar e consumir tais produtos, porque clamam por produtos ecologicamente sustentáveis. Embora se trate também de setor primário, diferentemente do projeto Porto Sul, esse produto regional utilizado aqui como exemplo, permite agregar a sustentabilidade na forma de melhoria da qualidade de vida local associada ao uso dos recursos naturais de acordo com sua resiliência. Essa ideia de qualidade de vida associada ao respeito à capacidade regenerativa do ecossistema é expressa em Martinez Alier (2008) e Veiga (2009).

As questões relacionadas com desenvolvimento, que difere substancialmente de crescimento econômico, a exclusão causada pelo sistema capitalista, a defesa do lugar como espaço identitário e a comunhão homem-natureza, foram o que inspiraram a realização deste trabalho. Sendo a região de Ilhéus o lugar onde emerge um conflito pela instalação de um grande empreendimento, o qual vê o lugar como mero produto de expansão capitalista, em oposição, diversos atores sociais entendem o lugar como reprodução da sua vida, cotidianamente, solidariamente, se construíram vínculos, laços, valores impregnados de subjetividade e simbolismo, dessa forma, cada ator traz consigo um modo de olhar o mundo, um jeito de planejar o que é melhor para a região, para o lugar onde vivem. A análise multicritério foi a opção adequada para levantar as questões relativas ao conflito Porto Sul, uma vez que, mesmo imbuídos de simbolismo, subjetividade, é importante saber o que cada um tem a dizer a respeito desse empreendimento.

Com base nas teorias analisadas, verificou-se que a visão de risco implica na improbabilidade de se mesurar um dano causado ao meio ambiente, uma vez que nem todos os danos são passíveis de mensuração, e esses danos são consequência do uso indiscriminado dos recursos naturais, o que coloca a vida do planeta em risco de sua não continuidade (Beck 2006). Quanto à questão do mercado, na visão da sociologia econômica entende o mercado de uma maneira distinta da economia clássica. Na sociologia econômica, o mercado é construído a partir de valores que não obedecem a uma lógica racional, os atores sociais são guiados por valores simbólicos, subjetivos, construídos através do tempo, em que múltiplas dimensões são consideradas: econômica, social, ambiental, cultural; em suma, considera a dimensão humana do ser.

O mercado não determina o valor de um recurso ambiental, uma vez que muitos recursos não possuem preço. A economia ecológica defende a incomensurabilidade de um recurso natural, uma vez que este agrega diferentes valores: sociais, econômicos, ambientais,

culturais, valores que vão além da dimensão somente econômica, também considera a dimensão humana. A economia política também defende que o valor de um recurso ambiental deve considerar valores culturais e éticos, a relação do homem com a natureza. Os recursos naturais, na perspectiva da valoração econômica, também reconhece a importância de se incorporar em seus critérios, a visão das comunidades, uma vez que valores tangíveis e intangíveis afetam os valores dos recursos ambientais.

Este trabalho apresenta reflexões acerca da noção de desenvolvimento, discutindo alguns critérios na forma de repensar o desenvolvimento. Essencialmente, deve-se dar uma maior valorização do local (aqui entendido como espaço, natureza e cultura), e de forma participativa. O desenvolvimento foi abordado a partir da dinâmica local, superando a visão restrita a crescimento econômico (renda monetária é incapaz de medir a qualidade de vida de lugares diversos de maneira generalizada), na medida em que se opta pelo desenvolvimento que conjuga aumento na qualidade de vida e garantia da capacidade regenerativa dos ecossistemas.

O Porto Sul foi proposto pelo governo baiano, que o defende como estratégia de desenvolvimento socioeconômico para o Estado da Bahia. Esse porto transportará principalmente o minério de ferro, principal atividade econômica da empresa privada parceira neste empreendimento. Os defensores dessa iniciativa argumentam que haverá geração de emprego direto e atração de indústrias para a região, promovendo empregos indiretos. Por outro lado, não há consenso entre atores locais e ONGs nacionais e internacionais acerca dessa proposta. Portanto, em torno desse cenário, há um conflito entre diferentes atores, porque cada ator considera múltiplos critérios dentro das diferentes dimensões (econômica, social e ambiental) que geralmente são afetados por grandes empreendimentos.

O fato de o governo estadual aderir aos interesses de uma grande empresa, potencializou os conflitos, provocando em vários atores envolvidos comportamentos de insatisfação e frustração. Para estes atores o conflito gira em torno da defesa do patrimônio natural, sendo intrínsecos a um modo de viver da comunidade local, expressando uma relação conflituosa entre o poder estatal e a defesa do meio ambiente. A empresa vê no local a expansão do seu empreendimento e a permanência no mercado internacional, enquanto que para a comunidade a manutenção do local significa a continuidade de seu modo de viver, já enraizados num modo próprio de ser das comunidades. A empresa mineradora segue a lógica de outras empresas que tem o mesmo propósito, já trabalham na conquista da comunidade local, com ações de capacitação profissional, melhorando estradas, fazendo palestras, para facilitar o processo de aceitação do empreendimento por parte da comunidade.

Segundo Beck (2006), a modernidade se tornou reflexiva por ser ao mesmo tempo causa e consequência na produção dos riscos socioambientais, uma vez que na produção da riqueza se produz também os riscos que são expostos a todos, porém afeta com maior intensidade os mais vulneráveis. O destino da humanidade tornou-se assunto amplamente discutido, uma vez que certos riscos são incomensuráveis, demonstra a necessidade de repensar o atual modelo de ‘desenvolvimento’ capitalista, que coloca em risco a geração presente e as futuras. Os riscos não são explicitados claramente para a população, e mesmo com todo o esforço da empresa BAMIN em minimizar os impactos, vários atores argumentam que estes não serão suficientes. Nesse contexto, a modernidade cria riscos sobre os quais não sabe prevenir e remediar.

Pouco tempo atrás um vazamento de combustível marítimo de uma empresa petrolífera aconteceu no píer do Terminal Almirante Barroso (Tebar), em São Sebastião (SP), o que demonstra a necessidade de considerar os riscos socioambientais nas atividades industriais, bem como divulgar a sociedade a respeito desses riscos a que a todos estão expostos, devendo considerar os diversos atores no processo decisório quanto a implantação de grandes empreendimentos, uma vez que este risco é uma escolha para alguns, resultado de

uma decisão tomada, geralmente, dentro de grandes organizações, pautados no aumento do capital econômico, e é consequência para muitos, sendo incapaz de promover o desenvolvimento, uma vez que, como defendido por Josué de Castro, o subdesenvolvimento não é consequência da falta de desenvolvimento e sim consequência desse, pois, o desenvolvimento deveria proporcionar ao homem o desenvolvimento de suas capacidades e não sua privação. O desenvolvimento implica participação das pessoas e escolha dos caminhos e objetivos para alcançá-los.

O crescimento econômico é algo que não se pode impedir e, sem dúvida, é um dos caminhos para se alcançar o desenvolvimento, mas é indiscutível que o atual modelo de desenvolvimento é insustentável. Desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental é um enigma que precisa ser decifrado, para que a existência humana não fique comprometida. O desenvolvimento entendido como crescimento econômico, implica, como defendido pelo ecologismo popular, no aumento dos riscos causados pelos impactos ambientais, e como é distribuído de forma desigual esses riscos, uma vez que grandes corporações escolhem os países em desenvolvimento para instalarem suas filiais, expondo pessoas a risco de contaminação ambiental, uma grande maioria que não teve poder em optar por eles ou não.

A situação constitui um terreno um tanto quanto melindroso, uma vez que de um lado está a região carente e de outro uma proposta de um empreendimento, que ao trazer outros investimentos, poderá sim, ser um vetor de crescimento econômico, uma das faces do desenvolvimento, mas a que preço? Os recursos provenientes do meio ambiente tem algum preço? A exclusão dos atores sociais de participarem nos processos decisórios, o que gera um sentimento de frustração, pode ser mensurado? Como se inferir valor às riquezas naturais, culturais, vínculos sociais construídos ao longo da vida? Martinez Alier relata em seu livro *Ecologismo dos Pobres*, que os negros pagam um valor menor no preço da passagem para que sentem no final do ônibus, para não importunar os brancos. Bem, a humilhação não tem preço que possa recompensar. Os danos psíquicos causados por uma desapropriação em uma comunidade, não tem como ser compensado. São valores simbólicos, enraizados e construídos em relações de reciprocidade e solidariedade dentro de um determinado espaço, e que são o sentido de viver da comunidade. É um campo subjetivo, mas que é importante conhecer, saber como cada comunidade abstrai a noção de desenvolvimento, a maior riqueza de um local deve ser o seu povo, questões que desafiam a objetividade. A busca pelo crescimento apregoado como desenvolvimento, não pode esquecer as pessoas, o ser humano deve ser essencialmente o centro de todo o processo que leve ao desenvolvimento. Desenvolver implica adentrar no imaginário dos atores sociais.

Os benefícios e malefícios do crescimento, são questões difíceis de serem equacionadas, uma vez que os benefícios são intensos para uma minoria e para a grande maioria restam algumas sobras, nas palavras de Sachs, não tem como aceitar que alguns fiquem muito ricos para que os menos favorecidos fiquem um pouco melhor. Desenvolver exige uma reflexão integrada entre os vários atores sociais, participação, motivação, envolvimento, são requisitos necessários a qualquer processo de desenvolvimento. Participar ativamente nas decisões sobre o destino da região, significa o exercício da cidadania em um espaço democrático.

A região de estudo, onde será implantado o Porto Sul, carece de investimentos econômicos, empregos para a população, melhores condições de vida. Por esse motivo, aproximadamente metade dos atores entrevistados aceita a ideia de que o Porto se apresenta como uma alternativa válida de crescimento e emprego, principalmente para as pessoas da área diretamente afetada (três das quatro comunidades diretamente afetadas). No entanto, questiona-se a forma como tudo está sendo feito, de maneira autoritária, de cima para baixo, de forma a cooptar a comunidade, com melhoras pontuais, em termos de saúde, capacitação

profissional, ou seja, de forma desrespeitosa. Não foi implantada uma política educacional e de saúde, pelo governo, consistente com as necessidades regionais. Essas necessidades estiveram presentes na fala da maioria dos entrevistados, independentemente de serem favoráveis ou contrários ao projeto do porto.

Há uma reclamação por parte dos atores sociais em relação ao apoio político para a região, dizem que a região está abandonada politicamente, não tem políticas para a agricultura, especificamente para o cacau. Demonstra que para o desenvolvimento local, é necessário a intervenção do Estado de forma planejada e responsável, com respeito às características intrínsecas deste lugar.

Os formuladores de políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento, utilizam métodos numéricos para mensurar a viabilidade ou não de um empreendimento, mas a necessidade de se desenvolver meios que sejam capazes de mensurar o quanto o empreendimento poderia afetar a vida das pessoas, a dinâmica do lugar não são contemplados.

Destaca-se a limitação do governo em manter a democracia e os interesses da população, uma vez que não respeitou um local protegido legalmente por ser espaço que abriga grande diversidade ambiental e uma linda paisagem, principalmente ao propor inicialmente a instalação do porto dentro de uma APA de relevância local e internacional.

O Projeto obedece a uma lógica do mercado internacional, desconsidera o lugar onde será instalado, culturas, paisagens. O que é o lugar pouco importa na proposta governamental; o que importa nessa proposta é que este lugar possa contribuir para que possam permanecer no mercado globalizado, obedece a uma lógica estritamente individualista, já que desconsidera o que existe ao seu redor. O lugar importa enquanto possa contribuir com a competitividade no mercado mundial, quando isso não mais ocorrer, este lugar perde o seu valor.

O intuito de globalizar certos locais, com a instalação de grandes empreendimentos, a fim de ser competitivo no mercado mundial, faz com que este lugar fique desconfigurado, com um perfil mais industrializado, mas chama a atenção o fato de vários atores defenderem este lugar, o conflito Porto Sul, vem acompanhado de profunda reflexão entre o local e o global, evidenciando o quanto contraditório este empreendimento se apresenta neste lugar. Os empreendedores não conseguiram inserir a lógica globalista neste lugar, há uma defesa do lugar, este colocado como produto para servir ao capitalismo, há a defesa da desconfiguração territorial e do desenraizamento pessoal e comunitário, há uma recusa em se entregar como mercadoria. O homem tirado do seu lugar, desenvolve um sentimento de não pertencer a nenhum lugar, perde sua identidade.

O esforço, através de vários estudos de pesquisadores das universidades, bem como de órgãos do governo como o IBAMA e o Ministérios Público, onde a lei defende áreas de preservação ambiental, comprovando que o local não é a melhor escolha para a implantação do empreendimento. No entanto, o Estado mostrou-se repressor e autoritário, ao caracterizar uma área de APP como sendo de utilidade pública para finalidade distinta daquela prevista em lei, com o discurso desenvolvimentista, para a implantação de um projeto de mineração, que não traz consigo um ideal desenvolvimentista e sim um ideário voltado para o capitalismo. O papel do Estado foi proteger os interesses da empresa BAMIN, mesmo a custa de um grande conflito de ordem socioambiental. O problema decorre da forma de como o local foi apropriado pelo governo, em benefício de uma empresa de mineração, sobrepondo-se às opções já existentes, como a pesca e agricultura. O conflito necessita ser equacionado, de modo que possa beneficiar a todos e não um pequeno grupo.

O projeto Porto Sul traz consigo problemas de diferentes ordens sociais, como atração desordenada de pessoas para a região, prostituição, aumento da violência e outras mazelas sociais, bem como a destruição da paisagem, estes produzirão mudanças radicais no ambiente socioeconômico e ambiental da região. Frente as percepções dos diferentes atores quanto a

utilização dos recursos naturais, o discurso desenvolvimentista adentrou-se para um caminho de incertezas. O conflito Porto Sul foi inevitável, resultado do modo diferente de como cada ator entende o acesso ao recurso natural. Existe uma aversão entre mineração e desenvolvimento sustentável.

O contexto do conflito porto sul é ambiente propício de identificação de critérios analíticos e proposição de alternativas de desenvolvimento. As alternativas reveladas pelos atores entrevistados são: porto, porto otimizado, atividades atuais, atividades atuais otimizadas. Pela análise multicritério dessas alternativas, o porto otimizado e a atividade atual otimizada são as alternativas preferidas pelos atores em relação ao porto como foi apresentado pelo governo, bem como em relação à situação de atividades atualmente desenvolvidas na região. Portanto, outras ações são requeridas pelos atores para que a região se desenvolva, não tendo no porto a única saída para a região. A maioria considera que as atividades de agricultura, turismo e pesca continuam sendo válidas para a região, independente de estarem a favor ou contra a implantação do porto sul.

Os 30 entrevistados distribuem-se em nove grupos de acordo com os segmentos ou atividades econômicas em que atuam e aderem-se a cinco subgrupos de coalizões de acordo com os 12 critérios utilizados, considerando-se as necessidades e expectativas de melhoria para a região, reveladas durante as entrevistas e analisadas pelo NAIADÉ neste trabalho. Atualmente, a região em que se planeja implantar o Porto Sul encontra-se deficitária em termos econômicos, sociais e ambientais. Todos os atores apontam medidas para buscar a melhoria da região, independentemente de ser contra ou a favor da implantação do Porto Sul. Metade dos atores indica o “porto com medidas otimizadoras” e metade indica as “atividades atuais com medidas otimizadoras” como alternativas adequadas para um aporte relativo da melhoria da qualidade de vida para a população. A geração de emprego, qualidade de vida e paisagem são os critérios que sobressaem na alternativa “porto otimizado”, ao passo que o critério agricultura e cultura local sobressaem na “atividade atual otimizada”.

O conflito porto sul, na realidade, revela três situações: um aparente consenso (isto é, o interesse no desenvolvimento da região), dois conflitos gerais explícitos (isto é, atores que divergem de empresa e governo para que não se instale o complexo intermodal, e atores que acreditam no porto como a melhor saída para a região), e vários conflitos específicos revelados na formação de subcoalizões e grupos identificados nesse trabalho (isto é, interesses específicos por subgrupos de atores bem como formas distintas de planejar o futuro para a região). Três subcoalizões principais são formadas (I - grupos ambientalistas e sociais; II – cacauicultor e residentes; III – empresários, institucional e políticos) enquanto dois grupos não formaram coalizões (focal sindical, e indígena). Em suma, o consenso no interesse pelo desenvolvimento, associado ao antagonismo verificado entre atores quanto à implantação do porto, revela que o conceito de desenvolvimento é distinto para os diferentes atores. Na maioria das vezes, respeito em relação às tradições locais e conservação da natureza estão associados nas respostas da maioria dos atores contrários à implantação do porto.

Há muitos desafios para o futuro, uma vez que nas alternativas delineadas a partir da percepção dos atores, tanto o porto que eles tomaram conhecimento como a situação atual da região que eles vivenciam, ambos necessitam medidas para que possam dar melhores condições de vida para todos. Nesse contexto, devem-se incluir estratégias que atendem toda a população, principalmente os mais pobres que vivem em crise permanente, por causa do acúmulo de capital que beneficia poucos. Na ordenação das alternativas a partir da percepção dos entrevistados, percebe-se que as alternativas “porto sul otimizado” e “atividade atual otimizada”, nesta ordem, são as que melhor integram as dimensões econômica, social e ambiental. Por outro lado, as alternativas “porto sul” e “atual como se encontra” são as alternativas que não consideram de forma equitativa as múltiplas dimensões.

O desenvolvimento, uma vez que ainda não pode se basear apenas no simbólico, no imaginário, na utopia, é conduzido de forma a contemplar o aspecto econômico como sua maior estratégia para alcançá-lo. Mas é necessário que seja assegurado ao indivíduo meios que lhe permitam o desenvolvimento enquanto sujeito social. Deve-se assegurar que os atores sociais tenham melhorias na sua qualidade de vida. O emprego prometido tem que acontecer, pois o emprego é um fator chave para que o sujeito se sinta cidadão. O desenvolvimento é multidimensional, o desenvolvimento do sujeito como ser social, deve preceder o crescimento econômico. Neste sentido, enquanto o governo do Estado prega um discurso democrático de desenvolvimento, o que se observa na prática, são atitudes autoritárias, desrespeitosas e excludentes. O que prevalece é a lógica do mercado, a lógica do capital, que leva ao individualismo, provocando a perda de valores caros, como a solidariedade. Mas o emprego é a maior expectativa dos atores sociais quanto ao empreendimento, não discutem a qualidade desse emprego, mas querem simplesmente o emprego. É uma região como tantas outras, em que há grande desigualdade social, existem dois mundos visíveis: o dos muito ricos (minoria) e o dos muito pobres (grande maioria), sendo urgente que um equilíbrio se estabeleça, que o desejo de transformação possa colocar um fim à injustiça social. Uma mudança necessária para que as futuras gerações possam acontecer.

O ideal de desenvolvimento apresenta-se fora de contexto da dinâmica territorial, liga-se a um contexto nacional. O capital humano existente em um determinado território são fundamentais na promoção do desenvolvimento. O conflito de interesses entre diversos atores dentro de um mesmo espaço, os quais concebem modelos de desenvolvimento baseados em um modo subjetivo de análise, tendo com base, sua história, sua ligação com o lugar, valores que vão muito além da racionalidade, são questões que merecem ser consideradas ao se delinear um modelo de desenvolvimento, seja local, regional ou nacional. O modelo de desenvolvimento são distintos para governo, sociedade civil e empresas. Fazer com que os modelos confluem para um único modelo é algo quase impossível. Mas um projeto que melhor atenda as necessidades da coletividade precisa ser implementado, com políticas que atendam as especificidades de cada lugar.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. Diferenciação ou identidade: quando o saco de batatas para em pé. (Capítulo 2). *In: Paradigma do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec/Anpocs/ED Unicamp, 1992.

ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o Diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 16, n.2. 2004.

AGUILAR, M. A. S. Toma de Decisiones com Criterios Múltiples: um resumen conceptual. *Trabajo Final de Graduacion*. 100p. 2006.

ALMEIDA, A. T., COSTA, A. P. C. S., Modelo de Decisão Multicritério para priorização de Sistemas de Informação com base no Método Promethee. *Gest. Prod.* vol.9. no.2. São Carlos.Aug.2002.

AMORIM, M. S. S., Cidadania e participação democrática. *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil.

ARAÚJO, M., LEOPOLDINO, F., FANDI, A. C., GOMES, A. R.. Implementando corredores ecológicos a estratégia da área núcleo una-serra das lontras, no corredor central da mata atlântica. *Anais do VIII Congresso de Ecologia do Brasil*, 23 a 28 de Setembro de 2007, Caxambu – MG

AVRITZER, L.. O orçamento Participativo: As experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte. *IN Dagnino Evelina (organizadora). Sociedade Civil e espaços Públicos no Brasil*. Editora Paz e Terra S/A, São Paulo, 2002.

BAHIA EM FOCO. Cidade de Ilhéus Bahia. Disponível em: <http://www.bahiaemfoco.com/portal/municipios-da-bahia/ilheus>. Acesso em: 23 jul. 2012.

BAHIATURSA de Meios de Hospedagem – Bahia. Disponível em: <http://www.setur.ba.gov.br>. Acesso em 23 jul. 2012.

BECK, U. (1997). A reinvenção da política: Rumo a uma Teoria da Modernização Reflexiva. *In: Modernização Reflexiva - Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna* (U. Beck, A. Giddens & S. Lash, org.), pp. 11-71, São Paulo: Editora Unesp.

BECK, U. (1999), *World Risk Society*, Cambridge, Polity Press

BECK, U. (2006). *La sociedad del riesgo. Hacia una nueva modernidad*. Trad. Jorge Navarro, Daniel Jiménez, Maria Rosa Borrás, Barcelona, Paidós

BECK, U. (2006). *Incertezas Fabricadas*. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1158345309.26pdf.pdf>. SÃO LEOPOLDO, 22 DE MAIO DE 2006

BECK, U. e ZOLO, D.. A Sociedade Global do Risco. Trad. Selvino José Assmann. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/ulrich.htm>. Acessado em 08 de janeiro de 2010.

BECK, U.. “Momento Cosmopolita” da Sociedade de risco. Trad. Germana Barata e Rodrigo Cunha. Disponível em:
<http://www.comciencia.br/comciencia/index.php?section=8&edicao=41&id=501>.
Acessado em 08.01.2010.

BECKERT, J. The Social Order of Markets. Max Planck Institute for the study of societies. P 1-32. 2007.

CAMPANHOLA C.& SILVA, J. G. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.17, n.1, p.11-40, jan./abr. 2000.

CASTELLS, M. O poder da identidade. v. II, São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, J. de. Subdesenvolvimento: causa primeira da poluição. In: Revista Correio da UNESCO, ano I, n. 3, março de 1973.
Disponível em: http://www.uff.br/geographia/rev_08/josue8.pdf. Acessado em 8 jul. 2013.

ANDRADE, M. C. de et al.. Josué de Castro e o Brasil – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 73-82.

CAVALCANTI, G. Uma contribuição para o desenvolvimento sustentável de Angola. Disponível em:
http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/v_en/Palestra/1.pdf. Acessado em 12 de janeiro de 2013.

CARVALHO, J.M.B. 2008. Porto Sul. Estudo ambiental preliminar do sítio selecionado para locação de porto e aeroporto no Sul da Bahia. IESB. 104 p.

CECEÑA, A. E.. “Estados Unidos: reposicionamento hegemônico para o século XXI”. In: MARTINS, Carlos Eduardo; SÁ, Fernando, BRUCKMAN, Mônica (orgs.). Globalização: dimensões e alternativas. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

COSTANZA, R. Economia ecológica: uma agenda de pesquisa. In: MAY, P.H.; MOTTA, R.S. (Org.). Valorando a natureza: análise econômica para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1994, p. 111-140.

COSTA, S.. As cores de Ercília. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003. (Capítulos: 1, 2, 3 e 4).

DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: Dagnino, E. (orga.). Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 279-301

DAGNINO, E.. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?, Políticas de Ciudadania y Sociedad Civil en Tiempos de Globalización, Daniel Mato e Illia Garcia (coords.), Caracas: UCV. 2004a.

DAGNINO, E.. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Política e sociedade*. n.5, outubro, 2004b.

DEAN, W.. A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira. Trad. De Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das letras, 1996.

DELGADO, N. G. Extensão e desenvolvimento local: em busca da construção de um diálogo, *Desenvolvimento em Questão*, I(1), janeiro-junho 2003, pp. 229-237.

DEMAJOROVIC, J.. Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental: perspectivas para a educação corporativa. São Paulo: SENAC, 2000. 277p.

DURKHEIM, É.. As regras do método sociológico. 8 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. Pag 3, 11.

ECODESENVOLVIMENTO NO SUL DA BAHIA, 2010). Disponível em: <http://acaoilheus.org/downloads/ECOdesenvolvimentoVSFINALcDIVISORIAS11-11.pdf>. Acessado em 18 jul 2012.

EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto do Meio Ambiente. Disponível em: <http://licenciamento.ibama.gov.br>. Acessado em 18 set. 2011.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza a natureza do lugar: globalização ou pós desenvolvimento? In: LANDER. E. (org.) A colonialidade do saber: euro centrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005 (p. 133- 168)

SCOREL, S.. Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. in: Leal, Giuliana Franco. Exclusão social e rupturas dos laços sociais: análise crítica do debate. Campinas, SP : [Tese de doutorado], 2008.

ESTATUTO DAS CIDADES, 2001 – disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acessado em 18 jul 2012.

FABRA, M. G. M. Carlo. Gerenciamento de Riscos em Projetos de Implantação de Sistemas ERP. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. 2006.

FEITOSA, M. L. P. A. M. Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais. *Prim@ Facie* (UFPB), v. 5, p. 36-46, 2006.

FELTRAN, G. de S.. Deslocamento – trajetórias individuais, relações entre sociedade civil e Estado no Brasil. In: Dagnino Evelina; Olvera Alberto J; Panfichi Aldo (org) A disputa pela construção democrática na América Latina. São Paulo: Paz e Terra: Campinas, SP: Unicamp, 2006. Cap 9.

FERNANDES, J. E. de M. Seleção de uma aeronave para atividades de charter regional: uma abordagem multicritério baseada no método NAIADE. Dissertação de Mestrado Profissionalizante em Administração. 110 p. 2009.

FERREIRA, H. C. H.. Redefinindo territórios: preservação e transformação no Aventureiro-Ilha grande (RJ). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de desenvolvimento, agricultura e sociedade – UFRRJ. curso de pós-graduação em desenvolvimento, agricultura e sociedade. Rio de Janeiro, 2004, 111 p.

FLIGSTEIN, N. O Mercado enquanto política: uma abordagem político-cultural às instituições de mercado. *A Nova Sociologia Econômica*. Ed. Celta. p. 196. 2003.

FLORIT, Luciano. A reinvenção social do natural: natureza e agricultura no mundo contemporâneo. Blumenau: Edifurb, 2004. p. 23

FURTADO, C. *A Fantasia Organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985

FURTADO, C. Os desafios da nova geração. *Revista de Economia Política*, v. 24, n. 4, Out./dez, p. 483-486, 2004.

GAMBOA, G.. Evaluación multicriterio social de escenarios de futuro en la xiª Region de Aysen, Chile.. Doctorado en Ciencias Ambientales - Mencion economia ecológica y gection ambiental - Trabajo de Investigación – Universitat Autònoma de Barcelona – UAB. 2003.131 p.

GAMBOA, G.. Social Multi-Criteria Evaluation in Practice: two real-world case studies. Doctoral Thesis. Institut de Ciències I Tecnologia Ambientals. Doctorate in Environmental Sciences, (Ecological Eoomics and Environmental Management). Universitat Autònoma de Barcelona – UAB. 2009.161 p.

GAMBOA, G.. Social Multi-Criteria Evaluation of different development scenarios of the Aysén region, Chile. *Ecological Economics* 59 (2006) 157-170.

GIL, G. Algumas notas sobre cultura e ambiente. In: *Meio ambiente no século 21: 21 especialistas nas suas áreas de conhecimento*. TRIGUEIRO, A. (Coord.) Rio de Janeiro: Sextante, 2003. P 45-58.

OLIVEIRA, G. B., LIMA J. E. de. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável *Rev. FAE, Curitiba*, v.6, n.2, p.29-37, maio/dez. 2003

GOMES, C. F. S. Principais características da Teoria da Utilidade Multiatributo, e análise comparativa com a teoria da modelagem de preferências e teoria das expectativas. Disponível em:
http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP1998_ART042.pdf. Acessado em 18.02.2011.

GIDDENS, A. A Vida em uma sociedade pós-tradicional. In: *Em Defesa da Sociologia: ensaios, interpretações e trélicas*. São Paulo: Editora UNESP, 2001. P. 21 a 96.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. *RAE Eletrônica*, v. 6, n. 1, art. 9, p. 1-41, jan/jun 2007.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2010. Disponível em <http://http://cidades.ibge.gov.br>. Acessado em 18 jul. 2012.

INSTITUTO Nossa Ilhéus, 2010. Disponível em <http://www.nossailheus.org.br/>. Acessado em 18 jul. 2012)

JEHU-APPIAH, C., ROB B., CHARLES A., MOSES A., SALASSI A. d'A., WILLIAM K. B., XANDER K., JEREMY L.r, DAN O., SAM A.. Balancing Equity and Efficiency in Health Priorities in Ghana: The Use of Multicriteria Decision Analysis. *Value in Health*, v. 11, n. 7, p. 1081-1087. 2008.

Jornal a Região, 16 de fevereiro de 2011, disponível em: http://www2.uol.com.br/aregiao/2011/02/entry_3793.html).

Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente (LIMA). Programa de Planejamento Energético. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/COPPE). Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Multimodal de Transporte e Desenvolvimento Mineral-Industrial da Região Cacaueira – COMPLEXO PORTO SUL – Produto 2: Marco Referencial. Quadro de Referência Estratégico, 2008.

Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente (LIMA). Programa de Planejamento Energético. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/COPPE). Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Multimodal de Transporte e Desenvolvimento Mineral-Industrial da Região Cacaueira – COMPLEXO PORTO SUL – Produto 3: Marco Referencial. Quadro de Referência Estratégico, 2009.

LAMARCHE, H.. A Agricultura familiar: comparação internacional. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1993.

LARAIA, R. de B.. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores, 1993.

LEITE, S. P.. A reforma agrária como estratégia de desenvolvimento: uma abordagem a partir de Barraclough, Furtado, Hirschman e Sen. *Boletim de Ciências Económicas*, Coimbra, v. XLIX, 2007.

LOBÃO, D.E., Cacau-Cabruca - um modelo sustentável de agricultura tropical. CEPLAC, 2p, Ilhéus. Disponível em:
<http://www.ceplac.gov.br/radar/sistema_agro.htm> Acesso: 20/08/2009.

LORIO, C. Sobre estratégias de empoderamento e de direitos. In: Romano, J. O. e Antunes, M. (orgs.).]. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, dezembro 2002, p. 21-44.

MALUF, R.. Atribuindo sentidos(s) ao desenvolvimento econômico. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 2000. n. 15 (p. 53-86)

MARTÍNEZ-ALIER, J. e ROCA J. J.. Economía ecológica y política ambiental. Cidade do México : Fondo de Cultura Económica, 2001.

MARTINEZ-ALIER, J.. O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto. 379 p. 2007.

MAY, P. H (coord.), Valoração Econômica dos Recursos Naturais da Mata Atlântica – Estado da Arte. Fundação S.O.S. Mata Atlântica. Rio de Janeiro, 2005.

MARQUES, J. F.; COMUNE, A. E. A teoria neoclássica e a valoração ambiental. In: ROMEIRO, A. R.; REYDON, B. P.; LEONARDI, M. L. A. (Org.) Economia do Meio Ambiente: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais. Campinas: UNICAMP, 1997. p. 21-42

MARTES, A. C. B. (et al.) Apresentação. In: STEINER, Philippe. A sociologia econômica. São Paulo: Atlas, 2006. Pag. Xi

MATA, H. T. C.; CAVALCANTI, J. E. A. A ética ambiental e o desenvolvimento sustentável. Revista de Economia Política, v. 22. N.1 85, p. 170-185.2002.

MCNEELY, J. A. Critical Issues in the Implementation of the Convention on Biological Diversity. In: KRATTIGER, A.F.; MCNEELY, J.; LESSER, W.H.; MILLER, K.R.; HILL, Y.; SENANAYAKE, R. (ed.) Widening Perspectives on Biodiversity. Gland: The World Conservation union and International Academy of Environment, 1994. 473 p.

MELO, A. S. S A; RAMOS, M. H; RAMOS, F. S. Uma avaliação qualitativo-exploratória dos impactos de uma refinaria de petróleo usando o método multicritério social: o caso da Abreu e Lima, PE, Documentos Técnicos Científicos. Volume 41, nº 02, Abril-junho/2010

MIRANDA, L. M. de.. Contribuição a um modelo de análise multicritério para apoio à decisão da escolha do corredor de transporte para escoamento da produção de grãos agrícolas de mato grosso. Tese de doutorado. Programas de pós-graduação de engenharia da universidade federal do rio de janeiro. 2008. 272p.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. 2002. Avaliação e Ações Prioritárias para Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos. Brasília.

MORENO, D. A. E., Valoración campesina de la diversidad del maíz. Estudio de caso de dos comunidades Indígenas em Oaxaca, México. Tesis Doctoral, 252 p. 2006

MUNDA G. Multicriteria evaluation in a fuzzy environment. Theory and applications in ecological economics. Physica-Verlag, Heidelberg. 1995.

MUNDA, G.. Social multi-criteria evaluation: Methodological foundations and operational consequences. European Journal of Operational Research. (2002) 1-19.

MUNDA, G.. Social multi-criteria for urban sustainability policies. Land Use Policy. 2004a.

MUNDA, G.. Métodos y Procesos Multicriterio para la Evaluación Social de las Políticas Públicas. Revista Iberoamericana de Economía Ecológica. 2004b. Vol. 1:31-45.

MUNDA, G., RUSSI, D.. Energy Policies for Rural Electrification Social: Multi-Criteria Evaluation Approach. UHE/UAB – 10-01-2005

NAVARRO. Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. Estud. av. vol.15. no.43. São Paulo. Sept./Dec.2001

NEVES, L. S.; KLEINMAYER, L. A. M. ; TOCACHI, R. . A transição do Desenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável. In: II Aeminário de Sustentabilidade, 2007, Curitiba. II Seminário de Sustentabilidade, 2007.

NOIA, A. C. Por uma perspectiva endógena do turismo: avaliação, expectativas, participação e identidade de residentes da cidade de Ilhéus – BA. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Santa Cruz – Univesidade Federal da Bahia. 2008. 115p.

NORTON, B. Mercadoria, Comodidade e Moralidade: Os limites da quantificação na avaliação da biodiversidade. In: WILSON, E. O.; PETER, F. M.; PENNA, C.G. (Eds) e SANTOS, M. E SILVEIRA, R. (Trad.) Biodiversidade. Rio de Janeiro; Nova Fronteira, 1997, p. 253-260.

OLIVEIRA, A. P. de. Representações sociais sobre elementos naturais e culturais como subsídios ao planejamento turístico sustentável em Olivença, Ilhéus-Bahia. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Santa Cruz. 2005. 130p.

OLIVEIRA, E S. Impactos socioambientais e econômicos do turismo e suas repercussões no desenvolvimento local: o caso de Itacaré – Bahia. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Santa Cruz. 2008. 153p.

POLANYI, K.. A grande transformação: as origens da nossa época, Campus, Rio de Janeiro; Elsevier, 2000. Segunda parte – Ascensão e queda da economia de mercado. Parte I - O moinho satânico. p. 51-157.

POLANYI, K. (1980), A grande transformação, as origens da nossa época, Campus, Rio de Janeiro, 1980, p. 86 e 87.

PLANO Diretor Municipal Participativo de Ilhéus. Disponível em: <http://www.atil.tur.br/download/Plano%20Diretor%20de%20%20Ilh%C3%A9us%20-%20Minuta.PDF>. Acessado em 18 jun de 2013.

PROJETO ORLA DE ILHÉUS, 2007. Disponível em: <http://www.iesb.org.br/biblioteca/Projeto%20Orla%20Ilheus%20final.pdf>. Acessado em: 18 jul. 2012.

RAICHELIS, R. Democratizar a gestão das políticas sociais – um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. Disponível em: www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-4.pdf. Acessado em 12 de janeiro de 2013. P. 1-17.

RIBEIRO, L. Projetos de cidadania: uma leitura de iniciativas de participação social em favela paulista. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo (USP). Instituto de Psicologia. São Paulo. 2008. 227p.

RIMA, Relatório de impacto ambiental. Disponível em: http://licenciamento.ibama.gov.br/Porto/Porto%20Sul%20-%20Bahia/RIMA/Rima-FINAL-06_09_2011_ITC.pdf. Acessado em 10 set. 2011).

ROMEIRO, A. R.. Economia ou economia política da sustentabilidade. In: MAY, Peter H. ; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da (Orgs.) *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. 1-29.

ROMANO, J. O. Empoderamento: enfrentemos primeiro a questão do poder para combater juntos a pobreza. In: Romano, J. O. e Antunes, M. (orgs.). *Empoderamento e Direitos no Combate à Pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, dezembro 2002, p. 9-20.

ROSA, R. Cidadania Expandida e Identidades Compartilhadas. RAZÓN Y PALABRA, No. 70. Noviembre-enero, 2009. Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Monterrey. México. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=199520478030>.

SACHS, I. Desenvolvimento incluyente e trabalho decente para todos. In: Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 25-68.

SACHS, I. Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento [Org. Paulo Freire Vieira]. São Paulo: Cortez, 2007. 472 p.

SÁNCHEZ, L. E.. - Avaliação Ambiental Estratégica e sua aplicação no Brasil – disponível em <http://www.ica.usp.br/ica/aaeartigo.pdf>. (acessado em 12/02/2012)

SÁNCHEZ-PARGA, J.. Del conflicto social al ciclo político de la protesta. In: Ecuador Debate, nº 64, CAAP, Centro Andino de Accion Popular, Quito, Ecuador, Abril 2005. 27p.

SANZ, N. M., Processos de desición e instrumentalización en La evaluación de actuaciones em el território: Una propuesta metodológica de evaluación integrada em el entorno del Parque Nacional de Aigüesstortes y Estany de Sant Maurici: el estudio Diafanis. Tesis de Master. 2001.

SANS, N. M., La Multifuncionalidad de los Sistemas Locales de alimentación em los Andes Peruanos: los *chalayplasa* del Valle de Lares (cusco). Tesis doctoral. 187 p. 2006.

SCHIAVETTI, A.; LEOPOLDINO, F.; PAGLIA, A. & PINTO, L.P. 2005. *Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Conduru*.

SHAUN, M. O elo perdido. Ilhéus. Editus. 1999, 148p.

SEN, A. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras. 2000

SEN, A.. (1999: 23). Sobre ética e economia. Trad. port., São Paulo: Companhia das Letras. IN: Para ler Adam Smith: novas abordagens. Hugo E. A. da Gama Cerqueira. <http://www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/A20.pdf>

SEN, A. (1990) The standard of living(The Tanner lectures).Cambridge, Cambridge University Press. In: Kerstenetzky, C. L. Desigualdade e Pobreza: Lições de Sen. Rev. bras.Ci. Soc. vol.15. n.42. São Paulo. Feb. 2000.

SHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125.

SILVA, R. B. Educação Comunitária. Além do Estado e do Mercado? A experiência da campanha nacional de escolas da comunidade CNEC (1985-1988). Campinas – São Paulo. Autores Associados, 2003. Pag. 32-54.

SILVA, M. A. L. Democracia, Participação e Cidadania no Discurso de Campanha Dos Candidatos à Presidência da República nas Eleições de 2002. Dissertação de Mestrado, 171p. Universidade Estadual do ceará – UECE. Centro de Humanidades – CH. Centro de Estudos Sociais Aplicados – CESA. Mestrado acadêmico em políticas públicas. 2005.

SILVA, C, L, da.. Proposta de um modelo de monitoramento e avaliação do desenvolvimento sustentável. In: SILVA, Christian Luiz da (Org.). Desenvolvimento sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo. Petrópolis: Vozes, 2006. p.15-28.

SOUZA, A. P. A.. O turismo como transformador do espaço em Ilhéus e Itacaré, Bahia. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Santa Cruz. 2005. 130p.

STEINER, P.. A sociologia econômica. São Paulo: Atlas, 2006. Pag. 30, 37

TEIXEIRA, A. C. C.. Os Fóruns Temáticos da Sociedade Civil: Um estudo sobre o Fórum Nacional de Reforma Urbana. IN Dagnino Evelina (organizadora). Sociedade Civil e espaços Públicos no Brasil. Editora Paz e Terra S/A, São Paulo, 2002.

TEIXEIRA da S., FRANCISCO C.. “História das Paisagens” In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 203

TOBÓN, D. M. U. La Evaluación Multicriterio y su aporte em La construcción de una función de valor econômico total para Los Bosques en Piedras Blancas. Dissertação de Mestrado. 177 pg. 2001.

VEIGA, J. E. Desenvolvimento Sustentável: Alternativas e Impasses. In: Organizações sustentáveis: utopias e inovações. / Organização de Tânia Margarete Mezzomo Keinert. – São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007. (p. 21 a 41).

VEIGA, J. E. Como monitorar o desenvolvimento sustentável? A resposta da Comissão Stiglitz-Sen-Fitoussi (CMEPSP) de Junho 2009. Disponível em: <http://www.fea.usp.br/feaecon//media/fck/File/jev-%20Monitorar%20o%20DS%20-%202014jun09.pdf>

VIEIRA, P. F. Ecodesenvolvimento: do conceito a ação. In: VIEIRA, P. F. (Org.). Rumo a ecossocioeconomia: teoria e prática do ecodesenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

XIMENES, J. M. Reflexões sobre o conteúdo do Estado Democrático de Direito. Atena. Revista Jurídica do Curso de Ciências Jurídicas do IESB. 2008. Disponível em: <http://www.iesb.br/ModuloOnline/Atena/?fuseaction=fbx.Materia&CodMateria=3384&CodeDitoria=20>

WANDERLEY, M. de N. B.. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. (Orgs.) et al. Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

WILKINSON, J. “Sociologia Econômica, a Teoria das Convenções e o Funcionamento dos Mercados”, Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 805-824. 2002.

Sites Consultados para Análise Institucional

www.acaoilheus.com.br

www.net.marinha.com.br

http://www2.uol.com.br/aregiao/2011/02/entry_3793.html

<http://www.otabuleiro.com.br/blog/?p=13290>

<http://www.blogdogusmao.com.br/v1/category/porto-sul/>

<http://www.blogdogusmao.com.br/v1/2012/05/21/cacauicultores-opoem-se-ao-porto-sul-na-bahia/>

<http://prolagoaencantada.blogspot.com.br/2010/06/greenpeace-projeto-porto-sul-ja-esta.html>

<http://www.bahianoticias.com.br/principal/noticia/66703-mpf-critica-complexo-porto-sul.html>

<http://seinp.wordpress.com/category/portuaria/page/2/>

Ministério do Meio Ambiente, disponível em:
http://www.mma.gov.br/estruturas/dai_pnc/_arquivos/pnc_caderno_licenciamento_ambiental_01_76.pdf (acessado em 12 de janeiro de 2013).

Ministério do Meio Ambiente, (MMA 2002) disponível em:
http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/aae.pdf, (acessado em 12 de janeiro de 2013).

APÊNDICE A – Termo de consentimento

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Sr/Sr^a

Convido o Sr. (a) para participar como voluntário (a), na pesquisa que tem o título de **“AVALIAÇÃO SOCIAL MULTICRITÉRIO DA IMPLANTAÇÃO DO PORTO SUL, ILHÉUS, BA”**, e tem como objetivo analisar os impactos econômicos, sociais, culturais e ambientais da construção do Complexo Intermodal (Porto, Aeroporto e Ferrovia em um só lugar), planejado para ser construído dentro do Assentamento de Aritaguá, município de Ilhéus, Bahia. Este estudo se justifica pelo relacionamento tenso entre o Estado, mercado e os movimentos sociais ambientalistas, devido à possibilidade da implantação do Porto Sul no entorno de remanescentes de Mata Atlântica. Os atores envolvidos, buscam as melhores alternativas para encontrar um caminho “harmônico” no processo decisório, e medidas mitigatórias e compensatórias ou maximizadoras, caso o Porto Sul venha a ser implantado.

No caso de aceitar fazer parte da mesma, o Sr. (a) _____ estará colaborando para o conhecimento do que as pessoas pensam sobre a implantação do Porto Sul. Sua informação será muito útil para a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), pois lhe permitirá avançar no conhecimento da compreensão das pessoas sobre as questões socioeconômicas e ambientais. Informo que esta entrevista será gravada.

O Sr. (a) terá liberdade para pedir esclarecimentos sobre qualquer questão, bem como para desistir de participar da pesquisa a qualquer momento que desejar, mesmo depois de ter assinado este documento, e não será, por isso, penalizado de nenhuma forma. Caso desista, basta avisar ao (s) pesquisadores (s) e este termo de consentimento será devolvido, bem como todas as informações dadas pelo Sr. (a) serão destruídas.

Informo que o resultado deste estudo poderá servir para subsidiar políticas públicas para o desenvolvimento de políticas compensatórias ou mitigatórias para o menor dano ao meio ambiente. Como responsável por este estudo comprometo-me em manter sigilo de todos os

seus dados pessoais e indenizá-lo (a), caso sofra algum prejuízo físico ou moral decorrente do mesmo.

Solange R. Santos Corrêa

Pesquisador Responsável

Telefone para contato: **(73) 3680-5443, 3231-7917**

Eu, _____, RG _____, aceito participar das atividades da pesquisa: “**AValiação Social Multicritério DA Implantação do Porto Sul, Ilhéus, BA**”. Fui devidamente informado que a entrevista será gravada. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade, e que os dados de identificação e outros pessoais não relacionados à pesquisa serão tratados confidencialmente.

[**Obs.:** Informo que o presente documento será obtido em duas vias (uma via para o sujeito da pesquisa e uma para guarda do pesquisador) e será impresso em folha única (frente e verso).]

APÊNDICE B – Roteiro para entrevista semiestruturada



**Universidade Estadual de Santa Cruz
Doutorado em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade UFRRJ –
UESC - DINTER**

Questões destinadas ao conhecimento dos impactos socioeconômicos e ambientais do Porto Sul (caso seja implantado)

Bom dia / boa tarde, estou trabalhando com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro no desenvolvimento de algumas entrevistas, a fim de conhecer o que as pessoas pensam sobre a implantação do Porto Sul. Sua informação será muito útil para a UFRRJ, pois lhe permitirá avançar no conhecimento da compreensão das pessoas sobre as questões socioeconômicas e ambientais. Eu agradeço se você responder a esta breve entrevista.

Visão geral do ator entrevistado.

Nome _____

Dia ____ / ____ / 2012 - Local _____

A. Conhecendo alternativas de desenvolvimento

1. Qual benefício você gostaria de ver na região nos próximos 15 anos?
2. O que você acha que é necessário fazer em termos sociais, econômicos e ambientais para melhorar a região?
3. Que tipo de projeto você considera necessário implantar nesta região para desenvolvê-la?
4. Qual dimensão é mais importante: econômica, social ou ambiental? E a segunda mais importante qual é?

5. O que você acha das alternativas econômicas atuais: Porto, Turismo, Pesca, cacau, etc.?

B. Avaliação dos impactos das atividades sobre os atores sociais

6. Como as diferentes atividades econômicas da região impactam sua vida? (Porto, pesca, turismo, etc)

C. EXPECTATIVAS SOBRE O PORTO SUL

7. Você sabe o que é o Complexo intermodal, amplamente conhecido como Porto Sul?
8. Você sabe quem vai pagar pela construção do Porto, da Ferrovia e do Aeroporto?
9. Em sua opinião quem serão os mais beneficiados com a construção do Porto (caso seja construído)?
10. Você acha que vai gerar mais empregos para a região?
11. Você acha que o emprego que está sendo prometido será só pela implantação ou se serão duradouros?
12. Será que vão exigir muita qualificação, escolaridade?
13. Com o Porto você acha que mais pessoas serão atraídas para a região?
14. Você é a favor ou contra a implantação do Porto Sul?
15. Por quê?
16. Quais são suas expectativas em relação ao Porto Sul?

APÊNDICE C – Fotos de agrossistemas cabruca e tradicional



Figura C1. Visão de dois cultivos nas proximidades da cidade de Ilhéus, BA. A – um sistema de cultivo a pleno sol; B – vista aérea de um sistema tipo *cabruca* de cultivo do cacau, evidenciando-se predomínio da estrutura arbórea. C – visão interna de um sistema tipo *cabruca* em que os cacaueiros estão no sobosque com insolação parcial; D – um fruto verde de cacau no caule colonizado por epífitas na *cabruca*. Foto: Ronan X. Corrêa.

APÊNDICE D – Ideias dos atores para desenvolver Ilhéus obtidas nas entrevistas

Tabela D1- Avaliação da dimensão econômica em relação as alternativas para cada grupo de atores

GRUPOS	ALTERNATIVAS	SCORE	AVALIAÇÃO
G1	Com o Porto	(-4)	± Ruim
	Atividade atual	(-5)	± Ruim
	Com o Porto Otimizado	-	Moderado
	Atividade atual Otimizado	+7	Bom
G2	Com o Porto	(-5)	± Ruim
	Atividade atual	+2(-6)	± Ruim
	Com o Porto Otimizado	-	Moderado
	Atividade atual Otimizado	+8	Bom
G3	Com o Porto	+2(-3)	Moderado
	Atividade atual	(-3)	± Ruim
	Com o Porto Otimizado	+3	± Bom
	Atividade atual Otimizado	+4	± Bom
G4	Com o Porto	+1	Moderado
	Atividade atual	(-1)	Moderado
	Com o Porto Otimizado	+2	Moderado
	Atividade atual Otimizado	-	Moderado
G5	Com o Porto	-	Moderado
	Atividade atual	(-1)	Moderado
	Com o Porto Otimizado	-	Moderado
	Atividade atual Otimizado	+2	Moderado
G6	Com o Porto	+3	± Bom
	Atividade atual	(-2)	Moderado
	Com o Porto Otimizado	+4	± Bom
	Atividade atual Otimizado	-	Moderado
G7	Com o Porto	+4	± Bom
	Atividade atual	+3(-8)	± Ruim
	Com o Porto Otimizado	+12	Muito bom
	Atividade atual Otimizado	+2	Moderado
G8	Com o Porto	+1(-3)	Moderado
	Atividade atual	(-2)	Moderado
	Com o Porto Otimizado	+3	± Bom
	Atividade atual Otimizado	+3	± Bom
G9	Com o Porto	+1(-6)	± Bom
	Atividade atual	(-7)	Muito ruim
	Com o Porto Otimizado	+3	Bom
	Atividade atual Otimizado	+7	Bom

Os grupos G1 a G9 encontram-se descritos na Tabela 25.

Fonte: dados da pesquisa.

Escala = perfeito (≥ 15), muito bom (11 a 14), bom (7 a 10), \pm bom (3 a 6), moderado (2 a -2), \pm ruim (-3 a -6), ruim (-7 a -10), muito ruim (-11 a -14), extremamente ruim ≤ -15 .

Tabela D2. Avaliação da dimensão social em relação as alternativas para cada grupo de atores

GRUPOS	ALTERNATIVAS	SCORE	AValiação
G1	Com o Porto	(-4)	± Ruim
	Atividade atual	(-6)	Ruim
	Com o Porto Otimizado	-	Moderado
	Atividade atual Otimizado	+12	Perfeito
G2	Com o Porto	(-10)	Muito ruim
	Atividade atual	+1(-12)	Extremamente ruim
	Com o Porto Otimizado	-	Moderado
	Atividade atual Otimizado	+9	Muito bom
G3	Com o Porto	(-2)	± Ruim
	Atividade atual	(-3)	± Ruim
	Com o Porto Otimizado	+5	Bom
	Atividade atual Otimizado	+7	Bom
G4	Com o Porto	+1(-1)	Moderado
	Atividade atual	(-3)	± Ruim
	Com o Porto Otimizado	+17	Perfeito
	Atividade atual Otimizado	+4	± Bom
G5	Com o Porto	+1(-1)	Moderado
	Atividade atual	(-3)	± Ruim
	Com o Porto Otimizado	+6	Bom
	Atividade atual Otimizado	-	± Bom
G6	Com o Porto	(-4)	± Ruim
	Atividade atual	-	Moderado
	Com o Porto Otimizado	+5	Moderado
	Atividade atual Otimizado	-	Bom
G7	Com o Porto	-	Moderado
	Atividade atual	(-2)	± Ruim
	Com o Porto Otimizado	+3	± Bom
	Atividade atual Otimizado	+6	± Bom
G8	Com o Porto	(-2)	± Ruim
	Atividade atual	(-5)	Ruim
	Com o Porto Otimizado	+8	Perfeito
	Atividade atual Otimizado	+4	Muito bom
G9	Com o Porto	+1(-2)	Moderado
	Atividade atual	(-1)	Moderado
	Com o Porto Otimizado	+3	Perfeito
	Atividade atual Otimizado	+7	± Bom

Os grupos G1 a G9 encontram-se descritos na Tabela 25.

Escala = perfeito (≥ 11), muito bom (8 a 10), bom (5 a 7), \pm bom (2 a 4), moderado (-1, 0 e 1), \pm ruim (-2 a -4), ruim (-5 a -7), muito ruim (-8 a -10), extremamente ruim ≤ -11 .

Fonte: dados da pesquisa..

Tabela D3. Avaliação da dimensão Ambiental em relação as alternativas para cada grupo de atores

GRUPOS	ALTERNATIVAS	ESCORE	AValiação
G1	Com o Porto	(-3)	Muito ruim
	Atividade atual	+1(-1)	Moderado
	Com o Porto Otimizado	-	Moderado
	Atividade atual Otimizado	+5	Perfeito
G2	Com o Porto	(-5)	Extremamente ruim
	Atividade atual	(-2)	Ruim
	Com o Porto Otimizado	-	Moderado
	Atividade atual Otimizado	+1	± Bom
G3	Com o Porto	(-1)	± Ruim
	Atividade atual	(-2)	Ruim
	Com o Porto Otimizado	+2	Bom
	Atividade atual Otimizado	+1	± Bom
G4	Com o Porto	(-3)	Muito ruim
	Atividade atual	(-5)	Extremamente ruim
	Com o Porto Otimizado	+12	Perfeito
	Atividade atual Otimizado	+1	± Bom
G5	Com o Porto	-	Moderado
	Atividade atual	(-1)	± Ruim
	Com o Porto Otimizado	+1	± Bom
	Atividade atual Otimizado	-	Moderado
G6	Com o Porto	(-4)	Muito ruim
	Atividade atual	-	Moderado
	Com o Porto Otimizado	-	Moderado
	Atividade atual Otimizado	-	Moderado
G7	Com o Porto	-	Moderado
	Atividade atual	(-3)	Muito ruim
	Com o Porto Otimizado	+4	Muito bom
	Atividade atual Otimizado	-	Moderado
G8	Com o Porto	(-1)	± Ruim
	Atividade atual	+2(-5)	Muito ruim
	Com o Porto Otimizado	+2	Bom
	Atividade atual Otimizado		Moderado
G9	Com o Porto	(-6)	Extremamente ruim
	Atividade atual	-	Moderado
	Com o Porto Otimizado	-	Moderado
	Atividade atual Otimizado	-	Moderado

Os grupos G1 a G9 encontram-se descritos na Tabela 25.

Fonte: dados da pesquisa.

Escala = perfeito (≥ 5), muito bom (4 e 3), bom (2), ± bom (1), moderado (0), ± ruim (-1), ruim (2), muito ruim (-4 e -3), extremamente ruim ≤ -5 .

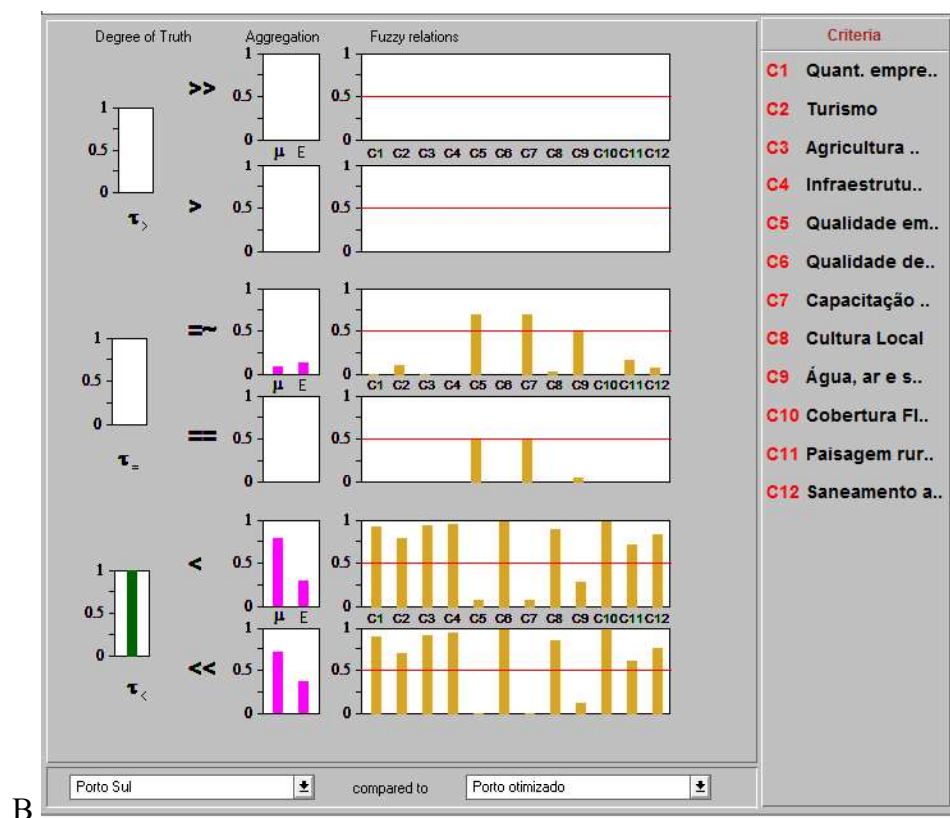
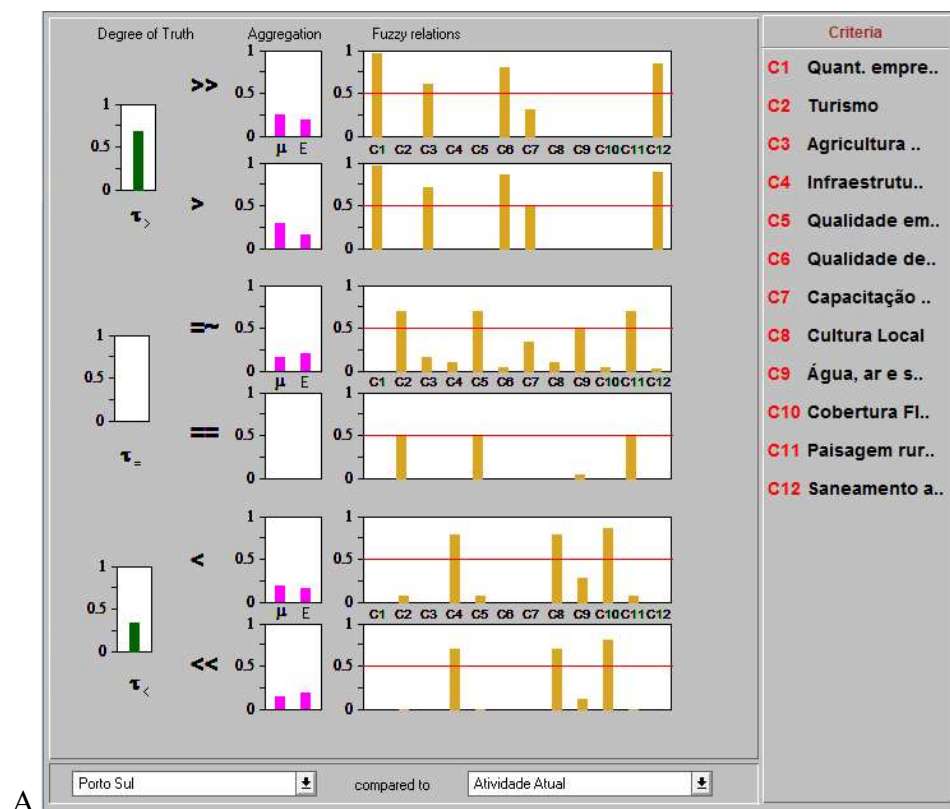


Figura E1. Comparações entre alternativas: A – Porto Sul com atividade atual. B – Porto Sul com Porto Sul otimizado, com relação aos doze critérios. Os critérios C1 a C12 encontram-se descritos na tabela E1.

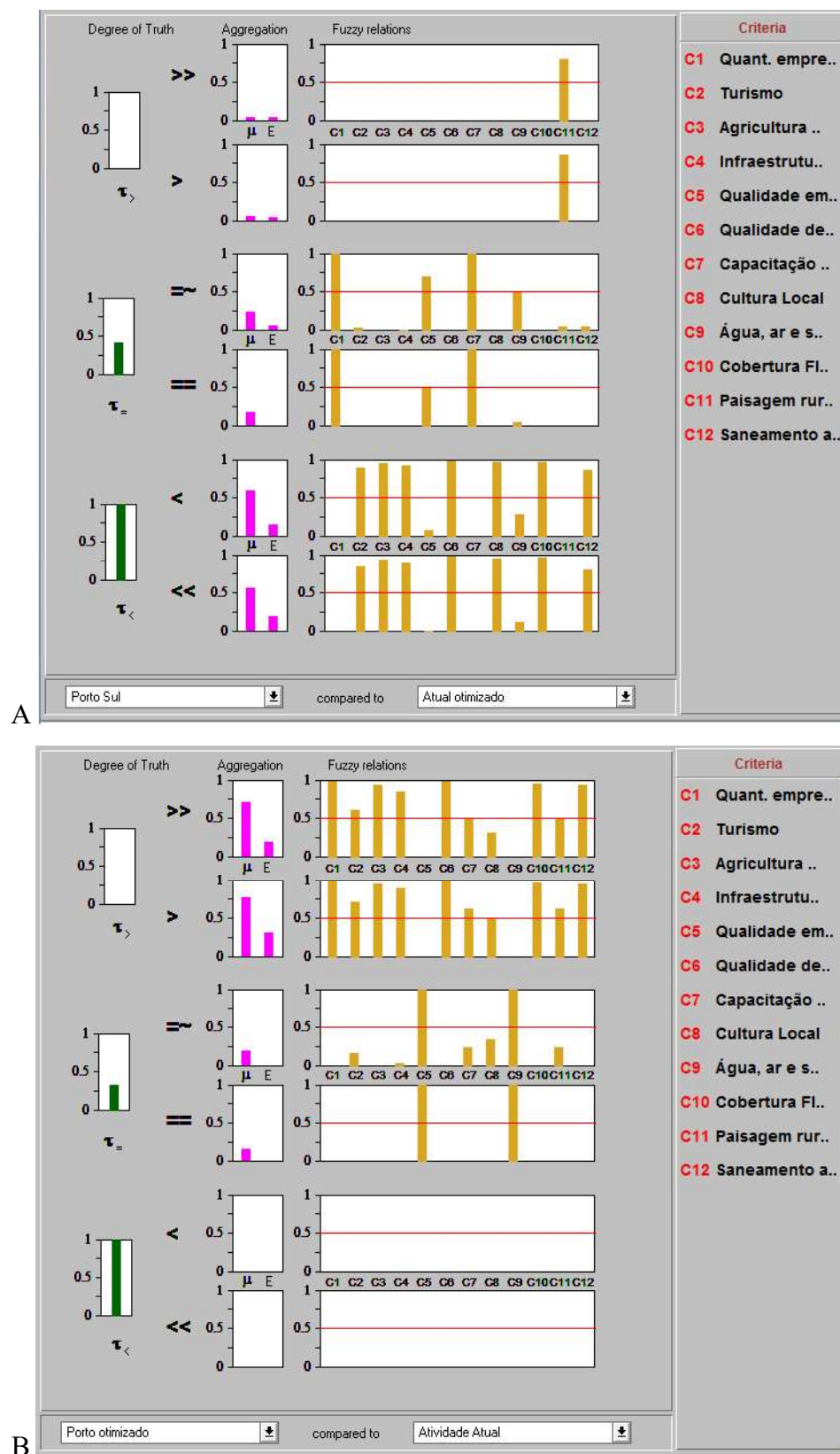


Figura E2. Comparações entre alternativas. A – Porto Sul com atividade atual otimizada. B - atividade atual com o porto otimizado, com relação aos doze critérios. Os critérios C1 a C12 encontram-se descritos na Tabela E1.

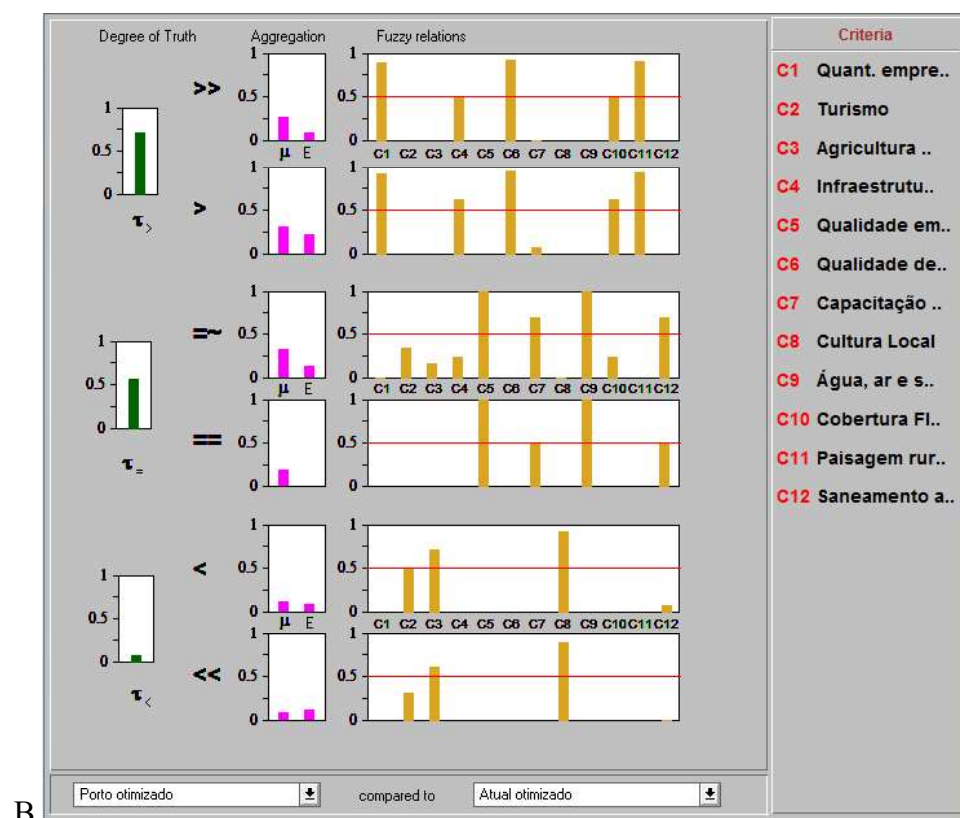
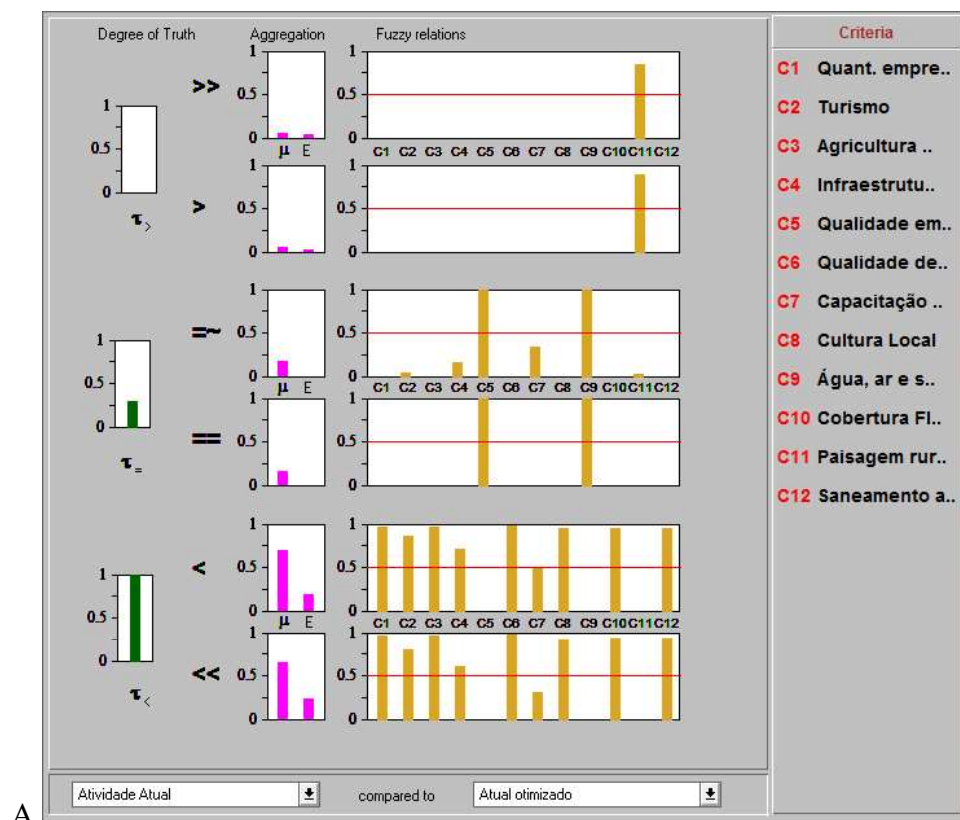


Figura E3. Comparações entre alternativas. A – atividade atual com atividade atual otimizada. B – Porto otimizado” e “atividade atual otimizada”, com relação aos doze critérios. Os critérios C1 a C12 encontram-se descritos na tabela E1.

ANEXO A – Fotos atuais e antigas da cidade de Ilhéus



Figura A1. Fotos da cidade de Ilhéus atual e antiga. A, Vista aérea de Ilhéus, habilitada pela Fifa como centro de treinamento (Foto José Nazal, <http://www.pimenta.blog.br/2012/06/13/ilheus-e-a-copa-2014>); B, Vista panorâmica de Ilhéus, evidenciando-se o atual Porto ao centro da fotografia (http://ilheusnews.net/ilheusnews_english.html); C, Detalhe de floresta Atlântica (primeiro plano), com vista panorâmica da lagoa encantada (segundo plano); D, navio de passageiros no Porto do Malhado, Ilhéus, BA, Brasil (<http://www.panoramio.com>); E, Rua da linha, mostrando a praça Cel. Pessoa no início do século XX; F, trem antigo.